



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**

**INGRID LORRANE MIRANDA DE SOUSA**

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: VERIFICAÇÃO DA EFETIVIDADE  
DO PNAES PARA O COMBATE À EVASÃO UNIVERSITÁRIA NA UFOPA**

**SANTARÉM - PA  
2024**

**INGRID LORRANE MIRANDA DE SOUSA**

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: VERIFICAÇÃO DA EFETIVIDADE  
DO PNAES PARA O COMBATE À EVASÃO UNIVERSITÁRIA NA UFOPA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade (PPGCS), do Mestrado Acadêmico em Ciências da Sociedade; Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Sociedade; Área de concentração: políticas públicas e estratégias de desenvolvimento regional.

**Orientador:** Prof. Dr. Abner Vilhena de Carvalho

**Coorientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Glauce Vitor da Silva

**SANTARÉM - PA  
2024**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

---

S725p Sousa, Ingrid Lorrane Miranda de  
Política de assistência estudantil: verificação da efetividade do PNAES para o combate à evasão universitária na UFOPA./ Ingrid Lorrane Miranda de Sousa. -Santa-rém, 2024.  
118 p. : il.  
Inclui bibliografias.

Orientador: Abner Vilhena de Carvalho.  
Coorientadora: Glauce Vitor da Silva.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade.

1. Orçamento Público. 2. PNAES. 3. Evasão Universitária. 4. Cointegração de séries.  
I. Carvalho, Abner Vilhena de, *orient.* II. Silva, Glauce Vitor da, *coorient.* III. Título.

CDD: 23 ed. 352.48098115

---

Bibliotecária - Documentalista: Cátia Alvarez – CRB/2 843



## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 21 dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às 15h00min, na sala virtual link: <https://meet.google.com/tjo-cqdr-pwk>, instalou-se a **banca de defesa** do(a) aluno(a) **Ingrid Lorrane Miranda de Sousa**. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr. Jarsen Luis Castro Guimarães - PPGCS/UFOPA, examinador interno; Dr. Mario Tanaka Filho - PPGCS/UFOPA, examinador interno; Dr. André Cutrim Carvalho, PPGEDAM/NUMA/UFPA, examinador externo; Dra. Glauce Vitor da Silva - PPGCS/UFOPA, coorientadora; e Dr. Abner Vilhena de Carvalho - PPGCS/UFOPA, orientador/presidente. Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte do Orientador/presidente, que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, passou de imediato à mestranda para que iniciasse sua apresentação, intitulada POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: Avaliação da Efetividade do PNAES para o Combate à Evasão Universitária na Ufopa, marcando um tempo de 30 minutos para a apresentação. Concluída a exposição, o Prof. Dr. Abner Vilhena de Carvalho, presidente, passou a palavra aos examinadores, para arguirem o(a) candidato (a). Após as considerações sobre o trabalho em julgamento, foi **APROVADO(A)** o(a) candidato(a), conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Oeste do Pará. Para efeito legal segue a presente ata assinada pelo professor orientador e coorientadora, pelos professores avaliadores e pelo(a) mestrando(a).

Dr. Abner Vilhena de Carvalho  
Orientador/Presidente

Documento assinado digitalmente  
 **ABNER VILHENA DE CARVALHO**  
Data: 23/03/2024 17:33:25-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr<sup>a</sup>. Glauce Vitor da Silva  
Coorientadora

Documento assinado digitalmente  
 **GLAUCE VITOR DA SILVA**  
Data: 23/03/2024 17:55:58-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. André Cutrim Carvalho  
Examinador(a) Externo(a) ao Programa/Instituição

Documento assinado digitalmente  
 **ANDRE CUTRIM CARVALHO**  
Data: 21/03/2024 23:46:58-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Mario Tanaka Filho  
Examinador(a) Interno(a)

Documento assinado digitalmente  
 **MARIO TANAKA FILHO**  
Data: 26/03/2024 09:34:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Jarsen Luis Castro Guimarães  
Examinador(a) Interno(a)

Documento assinado digitalmente  
 **JARSEN LUIS CASTRO GUIMARAES**  
Data: 22/03/2024 15:39:39-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ingrid Lorrane Miranda de Sousa  
Mestrando(a)

Documento assinado digitalmente  
 **INGRID LORRANE MIRANDA DE SOUSA**  
Data: 26/03/2024 09:54:52-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dedico este trabalho aos meus pais Amando José, “in memoriam”, e Helda Vânia, e ao meu filho Lohan Vinícius por serem o motivo da minha motivação e dedicação diária.

## AGRADECIMENTOS

A Deus por sua presença e por guiar os meus passos.

Ao meu pai Amando José, “in memoriam”, o reconhecimento de todo o carinho, incentivo, apoio e confiança que me transmitiu.

A minha amada mãe Helda Vânia, pelo amor e apoio incondicional em todos os momentos da minha vida, por me ensinar a importância da educação e dar suporte a realização dos meus sonhos.

Ao meu filho Lohan Vinícius, pelos sorrisos e brincadeiras e por ser a razão da minha motivação diária. Agradeço por você ser a minha melhor companhia.

Ao meu padrasto Elivandro Porto por toda ajuda, disponibilidade e amizade.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade por todos os ensinamentos repassados, em especial ao meu orientador Prof. Dr. Abner Vilhena e coorientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Glauce Vitor, em virtude da dedicação, confiança e direcionamentos na condução da realização desta pesquisa, e manifesto minha gratidão e admiração por vocês.

Aos meus colegas de trabalho da Diretoria de Planejamento da Ufopa, em especial a Renata Lisboa e a Polianne Almeida. Vocês fazem a diferença na área de planejamento e acompanhamento orçamentário, têm minha admiração.

## RESUMO

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) foi instituído por meio da Portaria Normativa do Ministério da Educação nº 39/2007. O contexto da criação deste plano reflete no cenário de expansão e democratização da educação superior no Brasil, onde houve um aumento expressivo no quantitativo de estudantes ingressos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Com a finalidade de combater as desigualdades sociais, o público atendido pelo Pnaes são estudantes matriculados em cursos de graduação presencial, provenientes de escola pública ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Posteriormente, foi criado o Decreto Nº 7.234/2010 que estabelece como um dos objetivos centrais do plano a redução das taxas de retenção e evasão. Nessa perspectiva, este estudo tem como intuito avaliar a efetividade do Pnaes para o combate à evasão universitária na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Para tanto, foi utilizado o método estatístico de Cointegração de séries para verificar a relação funcional entre o orçamento executado em ações de assistência estudantil e o índice de evasão, no período de 2010 a 2022. Com base nos resultados, verificou-se que a Bolsa Permanência foi a ação com maior orçamento executado, sendo a sua implementação um marco como o início da política de assistência estudantil na Ufopa, seguida das bolsas de iniciação científica e monitoria, sendo que no período da pandemia a Ufopa priorizou ações que tinham como finalidade promover condições adequadas para a permanência dos estudantes nos cursos de graduação e a participação nas aulas remotas. Em relação a evasão, constatou-se a existência de alguns picos nos anos que ocorrem os editais de prescrição acadêmica e que na pandemia aumentou a quantidade de estudantes em situação de trancamento e cancelamento. A respeito do perfil dos estudantes da Ufopa, identificou-se que a maioria é do sexo feminino, com idade até 24 anos e autodeclarados pardos. Ademais, este estudo teve como hipótese teórica a existência de uma relação inversa entre a taxa de evasão da Ufopa e a execução de ações de assistência estudantil realizadas com o orçamento do Pnaes. Contudo, foi observado que ambas as séries exibiram uma tendência crescente ao longo do período analisado e que estas são cointegradas, isto é, apresentam uma relação quando analisadas ao longo de todo o período da série, embora não evidenciem relação de ajuste imediato no curto prazo. É importante salientar que a cointegração não implica uma relação de causa e efeito entre a evasão e a execução de ações de assistência estudantil na Ufopa.

**Palavras-chave:** Orçamento Público. Pnaes. Evasão Universitária. Cointegração de séries.

## ABSTRACT

The National Student Assistance Plan (Pnaes) was established through Normative Ordinance of the Ministry of Education nº 39/2007. The context in which this plan was created reflects the scenario of expansion and democratization of higher education in Brazil, where there was a significant increase in the number of students in situations of socioeconomic vulnerability. In order to combat social inequalities, the public served by Pnaes are students enrolled in in-person undergraduate courses, coming from public schools or with a per capita family income of up to one and a half minimum wages. Subsequently, Decree No. 7,234/2010 was created, establishing as one of the central objectives of the plan the reduction of retention and dropout rates. From this perspective, this study aims to evaluate the effectiveness of Pnaes in combating university dropouts at the Federal University of Western Pará (Ufopa). To this end, the statistical method of Series Cointegration was used to verify the functional relationship between the planned budget for student assistance actions and the dropout rate, in the period from 2010 to 2022. Based on the results, it was obtained that the Scholarship Permanence was the action with the largest completed budget, with its implementation being a milestone as the beginning of the student assistance policy at Ufopa, followed by scientific initiation and monitoring scholarships, and during the pandemic period, Ufopa prioritized actions that aimed to promote adequate conditions for students to remain on undergraduate courses and participate in remote classes. In relation to evasion, it was noted that there were some peaks in the years in which the academic prescription notices were issued and that during the pandemic the number of students in a situation of withdrawal and cancellation increased. Regarding the profile of Ufopa students, it is agreed that the majority are female, aged up to 24 years old and self-declared mixed race. Furthermore, this study had as theoretical hypotheses the existence of an inverse relationship between Ufopa dropout rates and the execution of student assistance actions carried out with the Pnaes budget. However, it was observed that both series exhibited an increasing trend throughout the specific period and that they are cointegrated, that is, they present a relationship when proven throughout the entire period of the series, although they do not show an immediate adjustment relationship in the short term. . It is important to emphasize that cointegration does not imply a cause and effect relationship between evasion and the execution of student assistance actions at Ufopa.

**Keywords:** Public Budget. Pnaes. University Dropout. Cointegration of series.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Hierarquia orçamentária .....	38
Figura 2 - Mapa da presença da Ufopa no Estado do Pará.....	54
Figura 3 - Fluxograma das etapas para elaboração da base de dados da execução orçamentária do Pnaes.....	55
Figura 4 - Fluxograma das etapas para identificar as categorias de ações de assistência estudantil executadas com o orçamento do Pnaes .....	57
Figura 5 - Fluxograma das etapas para elaboração da base de dados do perfil dos estudantes e da trajetória acadêmica .....	60
Figura 6 - Fluxograma das etapas para comparar a taxa de evasão total e a taxa de evasão sem considerar a prescrição acadêmica .....	63
Figura 7 - Tendência determinística versus tendência estocástica .....	67
Figura 8 - Tendência da série valor pago total .....	98
Figura 9 - Tendência da série taxa de evasão total .....	99
Figura 10 - Evolução conjunta das séries de valor pago total e taxa de evasão total, em valores absolutos .....	100
Figura 11 - Evolução conjunta das séries de valor pago total e taxa de evasão total, em valores logaritmizados .....	100

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução no quantitativo de alunos ingressantes, matriculados, concluintes, trancados e desvinculados da Ufopa, no período de 2010 a 2022 .....	70
Gráfico 2 - Evolução da taxa de evasão acadêmica da Ufopa, no período de 2010 a 2022 .....	71
Gráfico 3 - Quantitativo de alunos desvinculados por área de curso, no período de 2010 a 2022 .....	72
Gráfico 4 - Quantitativo de alunos desvinculados por curso, no período de 2010 a 2022 .....	73
Gráfico 5 - Alunos ingressantes, matriculados e concluintes por sexo, no período de 2010 a 2022 .....	74
Gráfico 6 - Alunos ingressantes por faixa etária, no período de 2010 a 2022.....	75
Gráfico 7 - Alunos matriculados por faixa etária, no período de 2010 a 2022 .....	76
Gráfico 8 - Alunos concluintes por faixa etária, no período de 2010 a 2022.....	77
Gráfico 9 - Alunos ingressantes por cor/raça, no período de 2010 a 2022.....	78
Gráfico 10 - Alunos matriculados por cor/raça, no período de 2010 a 2022 .....	79
Gráfico 11 - Alunos concluintes por cor/raça, no período de 2010 a 2022.....	79
Gráfico 12 - Alunos ingressantes que participaram do programa de reserva de vagas, no período de 2010 a 2022 .....	82
Gráfico 13 - Alunos matriculados que participaram do programa de reserva de vagas, no período de 2010 a 2022 .....	82
Gráfico 14 - Alunos concluintes que participaram do programa de reserva de vagas, no período de 2010 a 2022 .....	83
Gráfico 15 - Quantitativo de estudantes assistidos com o orçamento do Pnaes, no período de 2010 a 2022 .....	84
Gráfico 16 - Evolução da dotação orçamentária, despesas empenhadas e valor pago total do Pnas na Ufopa, no período de 2010 a 2022 .....	90
Gráfico 17 - Execução orçamentária da Bolsa Permanência, no período de 2010 a 2022.....	92
Gráfico 18 - Execução orçamentária por tipo de Bolsa permanência, no período de 2010 a 2022 .....	93
Gráfico 19 - Execução orçamentária das Bolsas de Ensino, Pesquisa e Extensão, no período de 2010 a 2022.....	94
Gráfico 20 - Execução orçamentária total por ações de assistência estudantil na Ufopa, nos anos da pandemia (2020 - 2022) .....	95
Gráfico 21 - Evolução da taxa de evasão acadêmica total no período da pandemia.....	97

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valor empenhado do orçamento da Educação Superior e do PNAES, no período de 2010 a 2022. ....	86
Tabela 2 - Dotação orçamentária do Pnaes na Ufopa, no período de 2010 a 2022.....	88
Tabela 3 - Execução orçamentária do Pnaes na Ufopa, no período de 2010 a 2022.....	89
Tabela 4 - Execução orçamentária por ações de assistência estudantil na Ufopa, no período de 2010 a 2022 .....	91
Tabela 5 - Execução orçamentária anual por ações de assistência estudantil na Ufopa, nos anos da pandemia (2020 - 2022) .....	96
Tabela 6 - Regressão para análise de Tendência da série valor pago total.....	98
Tabela 7 - Regressão para análise de Tendência da série taxa de evasão total .....	99
Tabela 8 - Regressão da série taxa de evasão total em relação a série valor pago total .....	101
Tabela 9 - Regressão para análise da raiz unitária dos resíduos.....	101
Tabela 10 - Regressão da diferença entre as séries .....	102

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ações de combate à evasão propostas pelo MEC .....	30
Quadro 2 - Ciclo orçamentário ampliado .....	38
Quadro 3 - Indicadores de Execução Orçamentária .....	56
Quadro 4 - Categorias de ações de assistência estudantil implementadas na Ufopa com o orçamento do Pnaes .....	57
Quadro 5 - Variáveis do perfil dos estudantes da Ufopa .....	60
Quadro 6 - Variáveis da trajetória acadêmica .....	61

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CF	Constituição Federal
CFI	Centro de Formação Interdisciplinar
CGPRITs	Comitê Gestor dos Programas Institucionais
CMO	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Consepe	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
Diplan	Diretoria de Planejamento
DRA	Diretoria de Registro Acadêmico
EC	Emenda Constitucional
Ifes	Instituições Federais de Ensino Superior
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PGO	Plano de Gestão Orçamentária
PI	Plano Interno
Pnaes	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
PSE	Processo Seletivo Especial
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
Parfor	Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
Proges	Pró-reitoria de Gestão de Pessoas
Proplan	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Reuni	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SECTET	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
Ufopa	Universidade Federal do Oeste do Pará
UO	Unidades Orçamentárias

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>1.1 Objetivos da Pesquisa</b> .....	<b>19</b>
1.1.1 Objetivo Geral .....	19
1.1.2 Objetivos Específicos .....	19
<b>1.2 Estrutura Textual</b> .....	<b>19</b>
<b>2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL</b> .....	<b>22</b>
<b>2.1 Ciclo de Políticas Públicas</b> .....	<b>22</b>
<b>2.2 As recentes políticas de acesso e permanência no ensino superior público</b> .....	<b>23</b>
2.2.1 Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni .....	24
2.2.2 Programa Nacional de Assistência Estudantil .....	25
<b>2.3 A assistência estudantil como estratégia de combate à evasão universitária</b> .....	<b>27</b>
<b>2.4 Política de Assistência Estudantil na Ufopa</b> .....	<b>32</b>
<b>3 ORÇAMENTO PÚBLICO PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR</b> .....	<b>36</b>
<b>3.1 Ciclo Orçamentário</b> .....	<b>37</b>
<b>3.2 Evolução do orçamento destinado as universidades públicas</b> .....	<b>40</b>
<b>3.3 Gestão Orçamentária na Universidade Federal do Oeste do Pará</b> .....	<b>41</b>
<b>4 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>45</b>
<b>4.1 A assistência estudantil como estratégia de combate à evasão universitária a níveis de Brasil e Santarém</b> .....	<b>45</b>
4.1.1 Estudos de casos à nível Nacional.....	45
4.1.2 Estudos à nível local .....	50
<b>5 ASPECTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>53</b>
<b>5.1 Delineamento da pesquisa</b> .....	<b>53</b>
5.1.1 Lócus da pesquisa .....	53
<b>5.2 Levantamento das informações e escolhas das variáveis</b> .....	<b>55</b>
5.2.1 Dados da execução orçamentária do Pnaes .....	55
5.2.2 Dados acadêmicos da Ufopa.....	59
5.2.3 Cálculo da Taxa de Evasão.....	62
<b>5.3 Métodos estatísticos utilizados para verificar a relação do Pnaes e a evasão</b> .....	<b>63</b>
5.3.1 Análise de Tendência (taxa de variação) e Estacionariedade (ADF) das séries.....	64
5.3.2 Cointegração (Engle-Granger) entre séries .....	67
5.3.3 Cointegração e mecanismo de correção de erro .....	68

<b>6 ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS .....</b>	<b>69</b>
<b>6.1 Trajetória acadêmica e a Evasão na Ufopa.....</b>	<b>69</b>
<b>6.2 Perfil dos (as) estudantes da Ufopa .....</b>	<b>73</b>
6.2.1 Sexo dos (as) estudantes .....	74
6.2.2 Faixa etária dos (as) estudantes .....	75
6.2.3 Cor ou raça dos (as) estudantes .....	77
6.2.4 Reserva de vagas para os (as) estudantes .....	80
6.2.5 Estudantes assistidos com o orçamento do Pnaes .....	83
<b>6.3 Orçamento do Pnaes.....</b>	<b>85</b>
6.3.1 Orçamento destinado a Educação Superior e ao PNAES.....	85
6.3.2 Descrição da Dotação e Execução Orçamentária do Pnaes na Ufopa.....	87
6.3.3 Execução orçamentária por ações de assistência estudantil .....	90
<b>6.4 Impacto da Pandemia de Covid-19 nas ações de assistência estudantil implementadas na Ufopa e na evasão acadêmica e trancamentos .....</b>	<b>95</b>
<b>6.5 Relação funcional entre o orçamento executado nas ações de assistência estudantil e a taxa de evasão acadêmica da Ufopa.....</b>	<b>97</b>
6.5.1 Análise de Tendência (taxa de variação) e Estacionariedade (ADF) das séries.....	97
6.5.2 Cointegração (Engle-Granger) entre séries .....	100
6.5.3 Cointegração e mecanismo de correção de erro .....	102
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>108</b>
<b>APÊNDICE A – TESTES ADF DE RAIZ UNITÁRIA DAS SÉRIES .....</b>	<b>116</b>

## **TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL: UM BREVE RELATO**

Antes de iniciar a discussão desta pesquisa sobre a avaliação da efetividade do Pnaes para o combate à evasão universitária na Ufopa, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade (PPGCS) - Mestrado Acadêmico em Ciências da Sociedade, da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), acredito ser relevante compartilhar com os leitores sobre minha formação acadêmica e experiência profissional, bem como a conexão dessas com o tema supracitado.

Comecei a jornada acadêmica cursando o Bacharelado em Ciências Econômicas, na Ufopa – Campus de Santarém, graduação concluída em 2018. Posteriormente, fiz a especialização “Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal”, pelo Centro Universitário Internacional (Uninter), finalizada em 2019, que teve como intuito aprimorar a minha atuação profissional na Ufopa cujo ingresso se deu por concurso público em 2018, ocupando o cargo de nível superior (nível E) de Economista.

Ao ser nomeada para a Ufopa, fui designada para desempenhar minhas atividades administrativas na Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan), mais precisamente lotada na Diretoria de Planejamento (Diplan), local onde permaneço até o presente momento.

A relação que se estabelece entre a atividade de técnica administrativa com o objeto de estudo está estritamente ligada com a minha atuação, pois ao atuar como Coordenadora de Acompanhamento orçamentário (2018) e Coordenadora de Planejamento orçamentário (2019 – até o presente), trabalho com a elaboração do planejamento do orçamento do Pnaes e acompanho sua execução ao longo dos exercícios financeiros, tema central da minha pesquisa.

A expertise em orçamento público, bem como em bases de dados propiciou o desenvolvimento da dissertação. Na Diplan desenvolvo junto com os colegas um projeto de análise de informações gerenciais sobre o planejamento e acompanhamento orçamentário da Ufopa, através da elaboração e publicação de painéis orçamentários, os quais já demonstraram inúmeros resultados nos controles do orçamento da instituição e na tomada de decisões dos gestores. Inclusive tal projeto intitulado como “Boas Práticas em bases de dados para Acompanhamento Orçamentário (UFOPA)” ficou em quarto lugar na categoria “Fortalecimento da gestão de riscos e dos controles internos” do I Concurso de Boas Práticas do MEC, realizado em 2023.

Esse conhecimento foi fundamental para elaborar a base de dados que relaciona as

ações de assistência estudantil e a execução orçamentária do Pnaes e a base histórica do censo da Educação superior apenas com as informações da Ufopa, visto que precisei utilizar ferramentas de inteligência de negócios, como o uso profissional do Excel e Power BI, para importar, transformar e estruturar os dados, realizando a modelagem através do Power Query, além da criação de relacionamentos entre bancos de dados e a elaboração de indicadores. Ressalta-se que a base com os dados de execução do Pnaes foi encaminhada, em 2022, para colaborar com o setor da auditoria na construção do Relatório de Auditoria de Acessibilidade.

Ademais, tive a oportunidade de participar do grupo de trabalho responsável por elaborar a atual proposta de regulamentação da Política de Assistência Estudantil da Ufopa, conforme a Portaria nº 300/GR/UFOPA, de 27 de junho de 2019. Sobre o grupo de trabalho, considero-o relevante, pois foi nesse local onde pude aprofundar com a temática da política supracitada. Isso me permitiu conhecer um pouco mais dos planos, programas, projetos, ações, serviços, auxílios financeiros e acompanhamento acadêmico do estudante, que estão ancorados no tripé acesso, permanência e diplomação, devendo ser implementada de forma plena e transversal, articulando os três eixos fundamentais da universidade: ensino, pesquisa e extensão. Posso afirmar que esta experiência foi decisiva para que eu adotasse a temática proposta e desenvolvesse a pesquisa de mestrado no PPGCS/Ufopa.

Como servidora técnica na Proplan acompanho, de forma online, as reuniões do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (Forplad), bem como as reuniões e eventos propostos pela regional norte e participei presencialmente da 3ª Reunião Ordinária do Forplad realizada em Ilhéus em 2023. Esses espaços de debate são de suma importância para a discussão a respeito do Pnaes, evasão e o orçamento disponibilizado para as Ifes. Inclusive nesta reunião que participei foi apresentado o projeto de lei da Política Nacional de Assistência Estudantil, visto que até o momento existe apenas um Decreto para regulamentar tal política.

Diante do exposto, a experiência e a vivência com o orçamento do Pnaes, desde o início da minha atuação profissional na Ufopa e, posteriormente, na formação em nível de mestrado, foram e são pontos importantes para eu constatar evidências de um cenário que me permitiu formular alguns questionamentos sobre a execução orçamentária do Pnaes na Ufopa e a política de Assistência Estudantil implementada na Instituição.

## 1 INTRODUÇÃO

Compreender a assistência estudantil como um elemento essencial da política educacional é de extrema importância, pois estas políticas, que são regulamentadas e coordenadas pelo governo, incorporam suas peculiaridades e pormenorizam o ensino superior. No Brasil, especialmente nas últimas décadas, a política educacional e o ensino superior têm passado por transformações significativas devido a necessidade de obter soluções para os entraves proporcionados pelo aumento das demandas econômicas para matricular os estudantes no contexto da vulnerabilidade nas instituições de ensino (PALAVEZZINI, ALVES, 2019).

Segundo Palavezzini e Alves (2019), até o ano de 2007, as iniciativas de auxílio ao estudante eram executadas unicamente de maneira autônoma pelas instituições de ensino superior, possuíam natureza facultativa, eram ações eventuais, desvinculadas, sem normatização em âmbito nacional e sem previsão de orçamento específico. Os gestores recorriam ao orçamento geral das instituições para realizar as ações de auxílio ao estudante, destaca-se que esta prática ainda persiste, porém em escala reduzida devido ao orçamento específico do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).

O Pnaes foi criado como uma política de combate à evasão a partir da sua atuação em áreas estratégicas como moradia, alimentação, saúde, transporte, bem como ações que contribuem na melhoria do desempenho acadêmico, com vistas à democratização do ensino (BETZEK, 2015). Ressalta-se que a criação do Pnaes foi resultado de uma luta histórica liderada por dirigentes, docentes e discentes com a finalidade de garantir que a assistência estudantil se tornasse um direito social, visando aos estudantes a oportunidade de permanência no ensino superior.

Desse modo, o Plano Nacional de Assistência Estudantil é, atualmente, considerado um marco na história da assistência concedida a estudantes no Brasil, isso se deve especialmente a sua finalidade de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais para viabilizar a conclusão dos cursos de graduação, contribuindo para proporcionar a inclusão social e reduzir os casos de retenção e evasão universitária (GIÚDICE; LORETO; AZEVEDO, 2013).

O governo federal instituiu o Pnaes como uma política pública educacional e se comprometeu a efetuar repasses de recursos às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) através da Lei Orçamentária Anual (LOA). Na conjuntura de cortes orçamentários nas Ifes, a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) apresentou cortes no recurso do Pnaes. Essa medida torna ainda mais insustentável que a universidade consiga disponibilizar auxílios a

todos os estudantes que necessitam.

Na Ufopa esses cortes estão ocorrendo desde 2020, visto que na LOA de 2019 foi aprovado o montante de R\$8.804.659,00 enquanto que em 2020 reduziu para R\$8.510.275,00 e em 2021 houve um corte ainda mais significativo sendo repassado para a universidade apenas R\$6.795.948,00. Diante do exposto, observa-se a redução de 20,14% em 2021 em relação a 2020 e de 22,81% em comparação a 2019 (UFOPA, 2021).

Este fenômeno promove novos desafios as Ifes, visto que a situação exige que seja elaborado estudos sobre quais as medidas mais eficazes a serem adotadas para atenuar as consequências causadas pelos cortes orçamentários. Algumas possibilidades devem ser analisadas como a redução do quantitativo, período de vigência ou valores das bolsas acadêmicas, visando investir o recurso em bolsas permanência, entre outras. Ressalta-se que todas as medidas que culminam em redução de bolsas e/ou auxílios podem refletir diretamente no aumento da evasão universitária devido as universidades receberem cada vez mais estudantes em estado de fragilidade econômica (SANTOS; ABRANTES; ZONTA, 2021).

O cenário da pandemia reforçou a relevância da assistência estudantil, pois as ações adotadas no âmbito das Ifes nesse período, onde além dos auxílios financeiros foram disponibilizados serviços de suporte de acolhimento social e psicológico, contribuem para abrandar os impactos da pandemia sobre a vida dos beneficiários, dessa forma, é importante expandir as ações a todos os estudantes que delas necessitarem (SANTOS; ABRANTES; ZONTA, 2021).

Nesse contexto, Costa (2016) enfatiza a importância do Pnaes como uma política de combate à evasão, visto que este é um dos maiores entraves do sistema educacional público, inclusive no ensino superior. O abandono do estudante sem a conclusão do curso se configura como uma perda de recursos, social e de tempo de todos os envolvidos no processo de ensino.

Assim, os cortes orçamentários e aumento no quantitativo de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica agravam a necessidade de otimizar a utilização do recurso do Pnaes, priorizando as ações que mais impactam para a permanência do estudante nos cursos de graduação, portanto, o desenvolvimento desta pesquisa se desdobra no questionamento central, a saber: as ações de assistência estudantil implementadas, no âmbito do Pnaes, na Ufopa são efetivas no combate à evasão universitária na instituição?

Desse modo, as ações de assistência estudantil precisam ser avaliadas anualmente e relacionadas com indicadores fundamentais da qualidade da instituição, como a taxa de

evasão acadêmica. Diante disso, esse estudo tem como escopo verificar a efetividade do Pnaes para o combate à evasão universitária na Ufopa, no período de 2010 a 2022. Para tanto utilizou o método estatístico de cointegração de séries.

A contribuição desse trabalho consiste em elaborar uma base de dados que caracterize as ações de assistência estudantil e relacione com a execução orçamentária do Pnaes, para posteriormente avaliar sua relação com a taxa de evasão. Além disso, será delineado o perfil dos discentes da Ufopa, pois com base nesses dados é viável comprovar a importância da continuidade do direcionamento de recursos orçamentários para a manutenção dos programas e iniciativas de apoio ao estudante. Esses resultados serão de grande importância para fornecer subsídios para a gestão da Ufopa priorizar as ações mais efetivas no combate à evasão na universidade.

## **1.1 Objetivos da Pesquisa**

### **1.1.1 Objetivo Geral**

O objetivo do estudo é verificar a efetividade do Pnaes para o combate à evasão universitária na Ufopa, a partir da relação funcional entre o orçamento executado em ações de assistência estudantil e a taxa de evasão, no período de 2010 a 2022.

### **1.1.2 Objetivos Específicos**

1. Elaborar uma base de dados para relacionar as ações de assistência estudantil e a execução orçamentária do Pnaes;
2. Investigar as ações de assistência estudantil, a execução orçamentária do Pnaes e a taxa de evasão da Ufopa;
3. Apresentar a evolução quantitativa da trajetória acadêmica na Instituição;
4. Identificar o perfil dos estudantes da Ufopa;
5. Verificar como os cortes no orçamento do Pnaes e a pandemia refletiram nas ações de assistência estudantil e na evasão;

## **1.2 Estrutura Textual**

A dissertação está dividida em sete seções, contendo a introdução, o referencial

teórico, a revisão de literatura, os aspectos metodológicos, os resultados e discussões e, por fim, as considerações da pesquisa. Nessa perspectiva, a Introdução se encontra na primeira seção, onde estão abordados os aspectos gerais que orientam o estudo com o contexto na qual a temática está inserida, a justificativa e problemática, posteriormente os objetivos geral e específicos e, por último, esta descrição da estrutura textual da pesquisa.

A segunda seção abrange o referencial teórico que embasa todas as discussões sobre a Política de Assistência estudantil e a Evasão, com o intuito de abordar sobre o ciclo de políticas públicas, as recentes políticas de acesso e permanência no ensino superior público, o Pnaes como estratégia de combate à evasão universitária e a política de assistência estudantil implementada na Ufopa.

A terceira seção também diz respeito ao referencial teórico, contudo, abordando a temática do Orçamento Público para a Educação Superior, enfatizando sobre o ciclo orçamentário, a evolução da dotação orçamentária destinado as universidades públicas, e é explicado como ocorre a gestão orçamentária na Ufopa, evidenciando a elaboração do planejamento do orçamento do Pnaes. A quarta seção, por sua vez, discorre sobre a revisão de literatura, distribuída em duas subseções que abrangem estudos, à nível nacional e local, que abordam o Pnaes como instrumento de combate à evasão e melhora do rendimento acadêmico nas instituições públicas.

A quinta seção delinea o Percurso Metodológico estabelecido para o desenvolvimento do estudo. A ênfase inicial é direcionada ao lócus da pesquisa, identificando a Universidade Federal do Oeste do Pará como a instituição educacional de origem da coleta de dados, ressaltando sua abrangência em cerca de vinte municípios da mesorregião do Baixo Amazonas. Elucida-se sobre a forma como os dados foram obtidos por meio do sistema do Tesouro Gerencial e do Censo da Educação Superior, conduzido anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. São explanados os procedimentos de consolidação das informações, através das bases de dados no Excel e Software Estatístico, assim como a construção dos indicadores financeiros e de evasão acadêmica e a análise de Tendência e Cointegração das séries para avaliar a efetividade do Pnaes na redução da evasão da Ufopa.

Na seção seis, são apresentados os resultados alcançados neste estudo, convertendo-os em informações de alta qualidade e de forma estruturada, com a finalidade de responder às questões propostas relativas à trajetória acadêmica dos estudantes na instituição, a taxa de evasão, o perfil dos alunos da Ufopa, as ações de assistência estudantil implementadas com o orçamento do Pnaes, o impacto dos cortes orçamentários e da

Pandemia de Covid-19 nas ações supracitadas e na evasão, bem como a relação funcional entre o orçamento executado nas ações de assistência estudantil e a taxa de evasão.

Por fim, na sétima e última seção, são expostas as Considerações Finais, discorrendo sobre a avaliação da efetividade das ações de assistência estudantil implementadas na Ufopa no combate à evasão, no período de 2010 a 2022. Ressaltando as possíveis alterações futuras que podem ocorrer nesta análise devido à mudança no valor das bolsas e o Projeto de Lei do Pnaes que está em tramitação no Senado Federal, o qual expande o perfil dos alunos beneficiados pelo orçamento Pnaes e as ações de assistência estudantil realizadas.

## 2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Esta seção será dividida em quatro subseções: na primeira, será frisado o ciclo de políticas públicas; na segunda, será apresentada as recentes políticas de acesso e permanência no ensino superior público; na terceira, será abordada a assistência estudantil como estratégia de combate à evasão universitária e, na quarta e última parte, será exposto sobre a política de assistência estudantil na Ufopa.

### 2.1 Ciclo de Políticas Públicas

A política pública pode ser considerada como uma diretriz criada com a finalidade de enfrentar um determinado problema coletivo relevante, assim, essa política atua para a resolução de problemas públicos (SECCHI, 2011). Nessa perspectiva, a análise de políticas públicas precisa, especialmente, que o problema esteja bem delimitado, da definição de alternativas tecnicamente consistentes, bem como a projeção de custo e benefício para a implantação dessas políticas. Secchi (2020) salienta que a

Análise de políticas públicas é a atividade e o campo de conhecimento teórico e metodológico voltados para a geração e a sistematização de conhecimentos aplicados ao enfrentamento de problemas públicos. A análise de políticas públicas visa melhorar o processo decisório público com o uso de métodos e técnicas de análise de problema de análise de problemas (*problem analysis*) e análise de soluções (*solution analysis*) para auxiliar nas decisões e na estruturação de políticas, leis, programas, campanhas, projetos ou ações públicas (SECCHI, 2020, p. 10).

Desse modo, os estudos alusivos a análise de políticas públicas, geralmente, direciona para a compreensão sobre o ciclo de políticas públicas, o qual, segundo alguns autores, perpassa quatro etapas, a saber: agenda, formulação, implementação e avaliação. No entanto, esse ciclo não reflete necessariamente a realidade, embora facilite a compreensão sobre as discussões da temática, pois muitas políticas são indevidamente criadas de forma improvisada e pautadas no interesse particular (SOUZA, 2003).

Conforme Souza (2003), a agenda, primeira etapa do ciclo, é a ocasião em que é discutido uma diversidade de questões importantes para a sociedade e definidas as prioritárias a serem explanadas pelo governo, devido obter a atenção da opinião pública e necessitar de alguma ação concreta do Estado. Posteriormente a etapa supracitada ocorre a formulação da política pública, momento em que são definidas e avaliadas as alternativas e propostas para resolver o problema.

A etapa de implantação, por sua vez, refere-se a fase de execução propriamente dita da política, onde as alternativas propostas anteriormente são colocadas em prática. Dessa forma, é na implantação que acontece a interação entre a definição dos objetivos da política com as ações a serem executadas para alcançá-las (SALES *et. al.*, 2019).

Ressalta-se que existem duas formas de implementar uma política pública, a primeira é a denominada modelo *top-down* que ocorre quando as políticas dependem de leis, decretos, portarias ou outras ferramentas administrativas, elaboradas pelo governo, para serem executadas, como o caso do Plano Nacional de Assistência Estudantil que dispõe do Decreto Nº 7.234/2010 que estabelece o público-alvo e as áreas estratégicas que deverão ser desenvolvidas, e fica a cargo da instituição apenas definir o critério de seleção dos alunos. O outro modelo é o *botton-up*, o qual permite que os atores participem de todo o desenvolvimento e implementação da política pública, atuando desde a escolha do problema a ser solucionado até a sua avaliação (PORTELA, 2019).

Por fim, para Sales *et. al.* (2019) é na fase da avaliação que são mensurados os impactos das políticas públicas, evidenciando se os resultados da sua implementação foram eficientes, eficazes e efetivos na solução do problema público. Ademais, além dos resultados, essa fase engloba os diferentes mecanismos de avaliação utilizados e os atores envolvidos nesse processo, tendo como finalidade a melhoria das tomadas de decisões e ações realizadas para atender a sua finalidade.

## **2.2 As recentes políticas de acesso e permanência no ensino superior público**

As políticas públicas educacionais têm suas ações vinculadas as políticas públicas sociais e, por conseguinte, objetivam reduzir as desigualdades de renda e oportunizar à parcela da sociedade considerada em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Dessa forma, faz-se necessário que o Estado promova a democratização da educação de qualidade e crie mecanismos para garantir a permanência do estudante no âmbito educacional (COLARES, 2005).

Nessa perspectiva, a Constituição Federal de 1988 garantiu a universalização da educação básica que juntamente com o crescimento demográfico e a exigência por melhor qualificação no mercado de trabalho ocasionaram no aumento da demanda por ensino superior na década de 1990. Contudo, devido aos ajustes fiscais efetuados pelo governo, essa demanda foi, em parte, absorvida pelo setor privado, o qual possuía 77% das faculdades e 63% das matrículas no ensino superior (SANTOS JUNIOR, 2022).

Por sua vez, no setor público havia uma demanda por vagas nos cursos de graduação muito maior que a oferta, visto que tais vagas eram concorridas, especialmente, por estudantes que não tinham condições financeiras de ingressar em instituições privadas. Diante disso, com o intuito de universalizar também o acesso e a permanência no ensino superior público, o governo federal implementou políticas públicas, tais como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (SANTOS JUNIOR, 2022).

### 2.2.1 Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni

O Congresso Nacional aprovou em 2001 a Lei nº 10.172 que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio de 2001 a 2010. Este Plano teve como intuito definir o diagnóstico, as diretrizes, os objetivos e as metas para a educação básica, educação superior, educação de jovens e adultos, educação a distância e tecnologias educacionais, educação tecnológica e formação profissional, educação especial, educação indígena e a formação de professores e valorização do magistério. Cabe ressaltar que a implementação dessas metas geram custos para o governo federal, estadual e municipal, por isso, foi necessário definir também no PNE quais eram as fontes de recursos disponíveis, bem como as possibilidades de sua ampliação (BRASIL, 2001).

No que tange a educação superior, tinha-se como algumas de suas metas que até 2010, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos tivesse acesso a esse nível de ensino e que fosse estabelecida uma política de expansão para proporcionar a redução das desigualdades na oferta de vagas para os cursos de graduação existentes entre as regiões do país (BRASIL, 2001). Cabe enfatizar que o PNE foi atualizado através da Lei nº 13.005/2014, a qual definiu as diretrizes que devem guiar a educação brasileira no decênio de 2014 a 2024.

Nesse contexto, Andrade et al. (2011) ressaltam que, em 2007, foi implementado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com a finalidade de instituir programas educacionais nos eixos da educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização para obter os resultados estipulados nas metas quantitativas do PNE vigente no período.

Desse modo, o PDE instituiu, por meio do Decreto nº. 6.096/2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Enfatiza-se que este programa foi fundamental para ampliar o acesso e a permanência na educação superior a

partir da expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior, conforme o Art. 2 do decreto:

O Programa terá as seguintes diretrizes: I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007, p. 7).

Perante o exposto, para atingir os objetivos do Reuni foram adotadas diversas medidas como a criação de Bacharelados Interdisciplinares e Tecnológicos de curta duração, a oferta de cursos de graduação no horário noturno, a elaboração de políticas visando a redução da evasão acadêmica e de vagas ociosas, o incentivo a educação a distância, dentre outras, resultando no aumento de despesas das universidades e, por conseguinte, da demanda por orçamento (ALMEIDA, SACRAMENTO, RAUPP, 2021).

Em suma, o Reuni buscou promover a interiorização da oferta de vagas na graduação através da criação de novas universidades, inclusive em cidades pequenas localizadas na Amazônia. Essa medida visou qualificar estudantes em situação de vulnerabilidade econômica e aumentar o quantitativo de profissionais aptos as exigências do mercado de trabalho, gerando, assim, contribuições significativas para o desenvolvimento das regiões onde esses nos polos universitários estão inseridos (SANTOS JUNIOR, 2022).

### 2.2.2 Programa Nacional de Assistência Estudantil

Nessa perspectiva, com a finalidade de garantir que o estudante que teve acesso ao ensino pela reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior concluísse o curso de graduação, o governo instituiu, em 2007, o Plano Nacional de Assistência Estudantil através da Portaria Normativa do Ministério da Educação nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Brito e Barbosa (2017) salientam que o Pnaes tem o intuito de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes, bem como contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico através de ações que corroboram para a minimização de casos de repetência e evasão.

Diante disso, o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis afirma que

a política de assistência estudantil é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das Ifes, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras”. (FONAPRACE, 2012, p.63)

Nesse sentido, o Decreto Nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Pnaes, estabelece as dez áreas estratégicas de atuação das ações de política de assistência estudantil, as quais devem ser acompanhadas e avaliadas pelas Ifes, a saber: alimentação, moradia, saúde, transporte, cultura, inclusão digital, esporte, cultura, apoio pedagógico, creche e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Ademais, o Art. 5º do Decreto Nº 7.234/2010 define o público-alvo do Pnaes, visto que “serão prioritariamente atendidos [...] estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio” (BRASIL, 2010). Betzek (2015) salienta que há uma discussão no campo teórico sobre a abrangência do plano, pois o decreto define os estudantes em situação de vulnerabilidade como prioritários, mas não exclui a possibilidade, caso haja recurso suficiente, para atender todos os graduandos da Ifes, contudo, várias universidades optam por não contemplar, com o recurso do Pnaes, os estudantes fora do grupo prioritário devido as ressalvas impostas no próprio decreto.

Nesse contexto, para implementar as ações de assistência estudantil, o governo federal repassa recursos da matriz orçamentária do Ministério da Educação (MEC), previamente aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA), para as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Ressalta-se que embora as diretrizes de utilização do recurso estejam previstas no Decreto Nº 7.234, na prática, as Ifes enfrentam uma variedade de restrições quanto a sua execução, além disso, devido a expansão das universidades na última década os recursos repassados as Ifes se tornaram em muitos casos insuficientes (GIÚDICE; LORETO; AZEVEDO, 2013).

Segundo Brito (2023), o Projeto de Lei nº 5.395, de 2023, reacendeu o debate sobre a importância de transformar o Pnaes em lei para garantir maior estabilidade jurídica e durabilidade a essa política pública, uma vez que atualmente é regulamentado por Decreto,

além de propor algumas modificações, como no grupo de beneficiários e nas ações implementadas. A legalização da assistência estudantil é um meio de coordenar e unificar iniciativas que atualmente são dispersas e focalizadas. Portanto, ao instituir uma política nacional, existiriam maiores chances de perceber a assistência estudantil como um direito universal e não apenas como um benefício ou solução temporária focalizada, e essa visão integrada facilitaria uma abordagem interseccional, que levasse em conta múltiplas vulnerabilidades, como renda, gênero, raça/etnia e deficiências, de forma coordenada.

Além disso, existe a sugestão de expandir o alcance da assistência estudantil para incluir a pós-graduação, o que parece ser uma necessidade importante. O influxo de um novo perfil de estudantes na graduação está alcançando a pós-graduação, com a diversificação do corpo discente e até mesmo a implementação de políticas de cotas ou outras ações afirmativas nos processos seletivos de mestrado e doutorado em várias instituições (BRITO, 2023).

Por fim, ainda de acordo com Brito (2023), o Projeto de Lei nº 5.395/2023 destaca a necessidade de mais recursos financeiros e humanos. Nesse contexto, foi enfatizada especialmente a urgência de recomposição de quadros técnico-administrativos e a alocação de mais recursos para atender às necessidades de grupos específicos. Além disso, a discrepância entre a expansão de vagas nas Instituições Federais e o orçamento disponibilizado foi identificada como um dos grandes entraves para promover a assistência estudantil.

### **2.3 A assistência estudantil como estratégia de combate à evasão universitária**

O Ministério da Educação atribui grande importância ao fenômeno da evasão, que se manifesta em todos os níveis de ensino, e é visto como um problema a ser resolvido e um indicador a ser atenuado, sobretudo porque reflete, de algum modo, a ineficácia institucional. As consequências impostas por esse fenômeno é um elemento-chave em diversas políticas aplicadas ao ensino superior federal, como o Reuni, o Sinaes e o Pnaes. (COIMBRA; SILVA; COSTA, 2021).

A ampliação ao acesso à educação superior, especialmente por meio das políticas supracitadas, resultou em um aumento no contingente de estudantes com perfil de vulnerabilidade socioeconômica que precisam ser beneficiados por programas de assistência estudantil. Desse modo, esses estudantes estão mais suscetíveis ao abandono do curso e a retenção acadêmica (BRITO, BARBOSA, 2017).

Nesse contexto, ao discutir sobre a temática da expansão do ensino superior é imprescindível abordar também a respeito da evasão, a qual se tornou um dos problemas que

mais impactam as universidades, acentuado durante a pandemia do Covid-19, momento em que as instituições reduziram drasticamente o número de concluintes e concomitantemente elevou o quantitativo de estudantes trancados que não retornaram aos seus cursos, refletindo, inclusive, no orçamento rateado entre as IFES. Segundo Lobo *et. al.* (2012), a evasão no nível superior

[...] é um problema internacional que afeta o resultado dos sistemas educacionais”. As perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. Para o setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno, já para o setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico (LOBO et al., 2012, p. 642).

Coimbra, Silva e Costa (2021) descrevem a evasão como um fenômeno multifacetado, comumente definido por uma série de termos que convergem para a ideia de perda de vínculo, desassociação da instituição ou desistência do curso, seja por ação voluntária ou não. Além disso, muitos estudiosos destacam que a evasão resulta em prejuízos socioeconômicos e acadêmicos e, restritos à concepção de que o investimento público foi feito com a finalidade de conclusão do curso e consequente obtenção de diploma, exigem o retorno adequado do investimento, recriminando qualquer perda de vínculo.

Ristoff (1997) propõe uma perspectiva alternativa, sugerindo que a decisão de abandonar um curso, instituição ou sistema educacional pode ser motivada por uma miríade de fatores. Isso pode incluir a escolha consciente de seguir um caminho não acadêmico, uma decisão que é válida e não necessariamente indica deficiências institucionais. Para o autor é razoável considerar que um aluno possa optar por mudar de curso por uma variedade de motivos.

Na perspectiva de Ristoff (1997), um aluno pode entrar na universidade em uma idade precoce, sem uma compreensão clara do currículo, das oportunidades acadêmicas, dos conhecimentos a serem adquiridos, das áreas de atuação e das condições do mercado de trabalho. À medida que avança nos primeiros semestres e se depara com novas experiências, uma compreensão mais profunda pode levar a uma reorientação da escolha do curso. Portanto, a transição de um curso para outro não deveria necessariamente ser percebida como um problema a ser resolvido.

Para entender melhor a respeito da evasão no Brasil, em 1996, a Comissão Especial do Ministério da Educação e Cultura conduziu uma pesquisa pioneira nas Ifes, visando conceituar, bem como identificar as possíveis causas da sua ocorrência. Desse modo,

conceituou a evasão como o abandono definitivo do aluno de seu curso graduação, sem finalizá-lo, sendo que essa desistência pode ser em nível de curso, de instituição e de sistema (NIEROTKA, SALATA E MARTINS, 2023).

Conforme Nierotka, Salata e Martins (2023), a pesquisa realizada pela Comissão supracitada identificou três fatores relacionados à evasão, tais como: i) motivos pessoais dos estudantes que pode ser resultante da decisão errônea do curso, que está, em geral, relacionada a não identificação com as disciplinas cursadas; ii) os fatores internos à instituição de ensino devido aos currículos e Projetos Pedagógicos dos Cursos em estados obsoletos, infraestrutura inadequada; e iii) fatores externos como problemas financeiros e ausência de valorização social da carreira.

Nesse cenário, considerando que a evasão permanece sendo, geralmente, vista como um grande desafio resultante pelo ingresso e subsequente não conclusão de um curso de graduação, a percepção dos motivos que culminam nessa decisão continuou sendo o foco de muitos estudos e pesquisas educacionais ao longo das últimas décadas. Assim, Fritsch, Rocha e Vitelli (2015) ratificaram que a evasão é um processo de exclusão que envolve fatores internos e externos às universidades, sendo um fenômeno multifatorial resultante de variáveis como a falta de base do ensino médio que culmina na dificuldade na transição para o nível superior e, por conseguinte, na evasão mais acentuada no primeiro e segundo ano do curso, situação econômica e o mismatch entre o estudante e o curso. Costa (2016) elucida que

Entre as razões da desistência apontadas pelos evadidos destacaram-se as dificuldades de conciliar trabalho e estudo, dificuldades financeiras e insatisfação com o curso, decorrente de um processo precário de escolha, pressionado, sobretudo, pelas demandas do mercado. Apareceu ainda desvalorização do diploma e insatisfação com a qualidade do curso ou IES (COSTA, 2016, p.184).

Conforme Lobo et. al. (2012), as universidades tem um importante papel na atenuação da evasão, visto que podem criar ferramentas para identificar as causas das perdas de vínculo dentro da Instituição ao realizar pesquisas de satisfação do estudante e, posteriormente, desenvolver ações institucionais que resolvam ou amenizem as dificuldades elencadas pelos alunos, proporcionando condições favoráveis para o estudante finalizar a graduação. Ademais, tem a autonomia de propor, se necessário, mudanças nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), de modo a não colocar as disciplinas com maior índice de abandono e retenção nos primeiros semestres do curso.

É importante salientar que essa análise se torna complexa devido um percentual significativo de estudantes abandonarem os cursos de graduação e não informarem a

instituição sobre os motivos que resultaram nessa decisão. Dessa forma, as universidades precisam adotar normas para desvincular o estudante. No caso da Ufopa, essas normas são informadas no Regimento de Graduação, conforme os Artigos 311 e 312, a seguir:

Art. 311. A perda de vínculo é a desvinculação de aluno regular do curso de graduação sem que tenha integralizado as exigências mínimas para sua conclusão. Parágrafo único. A perda de vínculo acarreta o cancelamento da matrícula em todos os componentes curriculares nos quais o discente está matriculado.

Art. 312. O discente perderá o vínculo com a Ufopa nos seguintes casos: I - por abandono de curso; II - em razão de decurso de prazo máximo para conclusão do curso; III - por insuficiência de desempenho acadêmico; IV - a pedido do discente; V - em razão de transferência para outra IES; VI - por não regularização de transferência de outra IES para a Ufopa; VII - por efetivação de novo cadastro; VIII - em razão de decisão administrativa; ou IX - por falecimento do discente (UFOPA, 2020, P. 77).

Para registrar essa perda de vínculo dos discentes ativos dos cursos de graduação que não informaram sobre a sua desistência, a Ufopa elabora os editais de prescrição acadêmica. Esses editais objetivam convocar os estudantes em situação de prescrição, tais como os que ultrapassaram o tempo máximo para a conclusão do seu curso e o limite de trancamentos permitidos ou reprovaram por frequência em todos os componentes curriculares ofertados no primeiro período do curso, para verificar a possibilidade de mater o vínculo em alguns casos e realizar o desvínculo para os alunos que não apresentaram recurso ou tiveram o recurso indeferido.

Sob essa ótica, Lopes (2022) esclarece que o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), formulou um plano de ação, divulgado em 2014, denominado “Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”. Este plano abarca aspectos associados à compreensão das origens da evasão e retenção, bem como estratégias para combatê-los na rede federal da SETEC. No entanto, Lopes (2022) reconhece que algumas das estratégias propostas podem ser adaptadas e implementadas em outras instituições de Ensino Superior, como as medidas salientadas a seguir:

**Quadro 1** - Ações de combate à evasão propostas pelo MEC

1	Ampliar o apoio pedagógico aos docentes e implementar a formação continuada
2	Acompanhar os estudantes com problemas recorrentes de assiduidade ou pontualidade
3	Adotar ações de controle de faltas e notas dos bolsistas de programas de assistência estudantil, pesquisa e extensão
4	Buscar aproximação com os setores produtivos, através de parcerias de estágio e projetos de pesquisa aplicada e extensão tecnológica

5	Capacitar equipe pedagógica e docentes para o trabalho com estudantes com deficiência física e com dificuldades educacionais especiais
6	Desenvolver ações sistematizadas de suporte à aprendizagem, tais como: monitoria, curso de nivelamento, tutoria, grupos de estudo, educação tutorial, aulas de reforço e recuperação paralela
7	Desenvolver instrumentos de avaliação e diagnóstico que subsidiem as ações e programas e que contribuam com a redução da evasão e retenção
8	Divulgar as possibilidades de atuação do profissional
9	Estabelecer contatos periódicos com os estudantes com excesso de faltas
10	Fazer contato com discentes evadidos para identificar e registrar os motivos da evasão
11	Fornecer orientação profissional
12	Implementar o suporte alimentar e residencial/moradia estudantil para estudantes oriundos de regiões afastadas da unidade de ensino
13	Conceder benefícios da política de assistência estudantil que contemplem as especificidades dos estudantes
14	Oferecer aos alunos orientações sobre métodos de estudo
15	Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem; inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes
16	Implementar programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao discente
17	Encaminhar e incentivar a participação dos estudantes em monitorias, tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço e atendimentos individualizados e outras ações de desenvolvimento cognitivo
18	Encaminhar e incentivar a participação dos estudantes em monitorias, tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço e atendimentos individualizados e outras ações de desenvolvimento cognitivo
19	Fortalecer as atividades práticas nos cursos
20	Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares
21	Trabalhar técnicas de estudo e pesquisa com os estudantes
22	Informar ao estudante evadido sobre as possibilidades de retorno à instituição (busca ativa)
23	Melhorar os espaços de estudo destinados aos estudantes
24	Oferecer apoio didático por meio das TIC
25	Ofertar auxílio creche
26	Desenvolver atividades extracurriculares para desenvolvimento do raciocínio lógico
27	Oferecer o auxílio transporte
28	Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares

**Fonte:** MEC (2014) e Lopes (2022).

Em suma, as políticas educacionais de ampliação de vagas no ensino superior se implementadas de forma isolada podem ocasionar o fenômeno da inclusão excludente, visto que muitos estudantes ingressam nas universidades e se evadam antes de concluírem a graduação por motivos pessoais, fatores internos e externos às instituições (EZCURRA, 2011).

Desse modo, existe uma discrepância entre o acesso a graduação e o graduar-se, haja vista que vários estudantes de baixa renda, provenientes da educação pública e que frequentemente encontram dificuldades para o bom desempenho e a permanência no ensino superior, estão mais suscetíveis a abandonar o curso universitário (EZCURRA, 2011).

Nesse cenário, Paz (2016) enfatiza que a ineficiência em proporcionar medidas

para conter a evasão de estudantes no ensino superior público gera grande desperdício financeiro, pois os recursos investidos não refletem o retorno esperado. Além disso, os efeitos da evasão compreendem os âmbitos pessoal, econômico e social, visto que resultam, em sentimentos de frustração e fracasso, bem como dificulta o acesso ao mercado de trabalho, ampliando a desigualdade social.

Diante do exposto, Betzek (2015) afirma que o Pnaes foi instituído para atuar como uma política de enfrentamento à evasão universitária, possibilitando que o estudante em situação de vulnerabilidade econômica, social e acadêmica tenha condições adequadas de permanecer nas instituições de ensino a partir do recebimento de bolsas e/ou auxílios referentes as ações de assistência estudantil.

#### **2.4 Política de Assistência Estudantil na Ufopa**

No que tange a política de assistência estudantil, a Ufopa criou em 14 de abril de 2014, a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) que tem como objetivo primordial estimular, apoiar, direcionar e monitorar, de maneira coordenada com as demais Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas e Órgãos Suplementares, o estudante, em suas diversas necessidades ao longo de seu percurso acadêmico, bem como planejar e executar planos, programas e projetos de assistência estudantil.

Para tanto, a Proges possui no seu organograma vários setores que atuam diretamente com os alunos e na elaboração de políticas voltadas a esse público, tais como: i. a Central de Informação ao Estudante; ii. o Conselho de Políticas Estudantis e de Ações Afirmativas; iii. A Comissão Interdisciplinar Permanente de Acompanhamento dos Estudantes Indígenas e Quilombolas; iv. A Diretoria de acompanhamento estudantil com as Coordenações de Política Universitária de Alimentação e Nutrição, de Esporte e Lazer e de Assistência Estudantil e os Núcleos de Gestão Pedagógica, de Serviço Social e de Psicologia; e v. a Diretoria de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas com as Coordenações de Inclusão e Diversidade e os Núcleos de Acessibilidade e de Práticas Restaurativas.

Com essa estrutura organizacional, a Proges busca conceder aos acadêmicos condições de permanência na universidade e um bom desempenho acadêmico, desse modo, disponibiliza serviços de apoio pedagógico, psicossocial, de caráter financeiro, pecuniário ou assistencial e projetos de implementação de políticas de ações afirmativas, esporte e lazer (UFOPA, 2019). Nessa perspectiva,

A assistência ao estudante na Ufopa é uma das ações que está diretamente relacionada ao cumprimento de seu objetivo estratégico de promover valores éticos e democráticos e inclusão social, pois auxilia de forma democrática e ética na superação das dificuldades de aprendizagem do discente no ambiente universitário e de inclusão social desde o seu ingresso. A assistência estudantil na Ufopa contempla os aspectos: assistência psicossociopedagógica; inclusão social; esporte e lazer; e diversidade sociocultural (UFOPA, 2015, p. 116).

Dessa forma, a execução do Pnaes estava, a priori, baseada na Política de Assistência Estudantil implementada através de algumas resoluções e portarias, como a Resolução nº 210, de 22 de agosto de 2017 - Consepe/Ufopa que dispõe sobre os princípios, objetivos, áreas estratégicas, instrumentos, das competências, dos recursos humanos, materiais e financeiro que norteia as ações inerentes à assistência estudantil na Ufopa (UFOPA, 2017).

Ressalta-se que devido ao aumento no quantitativos de estudantes em condições de vulnerabilidade e o orçamento recebido do Pnaes não ser suficiente para atender as demandas, foi necessário implementar a Portaria Nº 186/GR/UFOPA, de 25 de abril de 2019, que definiu novos critérios para a concessão de auxílios estudantis como o valor de referência dos auxílios financeiros, a regra para acúmulos de bolsas e o teto de recurso recebido por estudante (UFOPA, 2019).

Ademais, outras iniciativas adotadas pela Proges foi proporcionar melhor acompanhamento e intervenção da situação de vulnerabilidade socioeconômica dos discentes, para tanto, foi aprovada a Portaria Nº 16/PROGES/UFOPA, de 15 de setembro de 2020 que aprovou as normas para o funcionamento, as ações e os serviços realizados pelo Núcleo de Serviço Social vinculado à Proges (UFOPA, 2020) e quanto ao aspecto pedagógico foi implementada a Resolução Nº 338/2020/Consepe, de 14 de dezembro de 2020 que aprovou a Política de Acompanhamento Pedagógico e a regulamentação do Núcleo de Gestão Pedagógica, também vinculado à Proges, e dos Núcleos de Acompanhamento e Apoio Pedagógico, vinculados às Unidades Acadêmicas da Ufopa (UFOPA, 2020).

Nesse contexto, foi necessário elaborar uma nova Resolução de Política de Assistência Estudantil da Ufopa que definisse atuais diretrizes, critérios e procedimentos para a execução das ações alusivas à apoio a estudantes. Essa proposta foi encaminhada para consulta pública via edital Nº 13/Proges/Ufopa, de 31 de maio 2021 e aprovada pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão resultando no documento da Resolução Consepe nº 386, de 22 de setembro de 2022 (UFOPA, 2022). Conforme o Art. 6º, a Política de Assistência Estudantilda Ufopa tem por objetivos:

I - ampliar as condições de acesso e permanência de estudantes, contribuindo para a conclusão dos cursos na perspectiva da inclusão social, da formação científica, histórica, intercultural, artística e da democratização do ensino; II - assegurar aos estudantes igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas e formação técnico-científica, humana e cidadã de qualidade, visando ao pleno desenvolvimento acadêmico; III - assegurar aos estudantes com deficiência a acessibilidade nas multidimensões da vivência acadêmica, proporcionando assim igualdade de oportunidades no processo ensino aprendizagem com inclusão e acomodações pedagógicas para cegueira e baixa visão, surdez e baixa audição, limitações de movimentos, incapacidade de fala, fotossensibilidade e combinações destas características, dificuldades de aprendizagem e limitações cognitivas; IV - **contribuir para a redução das taxas de evasão**, reprovação e retenção por meio de medidas que atenuem os efeitos das desigualdades socioeconômicas, de gênero, culturais e regionais; V - contribuir para a construção dos meios necessários para elevar o desempenho acadêmico dos estudantes e assegurar sua integração à vivência universitária; VI - contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes na universidade, abrangendo, além da oferta de auxílios financeiros, ações, serviços e atendimentos especializados nas áreas da educação, saúde, assistência social, nutrição e alimentação, ações afirmativas, mediação de conflitos, acessibilidade, desporto, cultura e lazer; VII - desenvolver parcerias com instituições públicas e privadas, representações estudantis, área acadêmica, sociedade civil, com comunidades indígenas e quilombolas para implantação de projetos interdisciplinares, de natureza acadêmica, social, cultural, esportiva, de saúde e lazer (UFOPA, 2022, p. 3).

Cabe enfatizar que as ações de assistência estudantil são implementadas com base nesses atos administrativos normativos e no planejamento dos editais elaborados pelas pró-reitorias e o Comitê Gestor dos Programas Institucionais (CGPRITs). A aprovação desses editais dependem da disponibilidade orçamentária da universidade prevista no Plano de Gestão Orçamentária (PGO). Consoante o Art. 7º da Resolução nº386/2022/Consepe, a Política de Assistência Estudantil da Ufopa utilizará os seguintes instrumentos:

I - Fórum Integrado de Ações Afirmativas e de Assistência Estudantil da Ufopa;  
 II - planos, programas, projetos, ações e serviços que envolvam: a) incentivo às atividades de ensino, de pesquisa, de cultura, de esporte e de extensão; b) disponibilidade de identidade estudantil; c) Restaurante Universitário – RU; d) moradia estudantil, em especial aos estudantes vindos de outros municípios ou estados; e) transporte entre as diferentes unidades da Ufopa, na sede e nos campi regionais, nos trabalhos de campo, nos estágios curriculares e quando o estudante for representar a Universidade, seja nas áreas cultural, artística ou esportiva; f) bibliotecas universitárias; g) infraestruturas próprias e adequadas para realização de atividades culturais, de esporte e de lazer; h) espaço identitário para manifestações culturais e de crenças dos estudantes indígenas e quilombolas; i) laboratórios de informática que viabilizem o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação pelo uso da internet; j) oferta de cursos de línguas estrangeiras, Língua Brasileira de Sinais - Libras, escrita em Braille, línguas indígenas e língua portuguesa para os falantes de outras línguas; k) atendimento educacional acessível, especializado e humanizado aos estudantes com deficiência; l) atendimento que respeite as especificidades sociais, culturais, étnicas e de gênero; m) acompanhamento multiprofissional e interdisciplinar a todos os estudantes da Ufopa; n) atenção à saúde física e mental do estudante; o) auxílio financeiro para os filhos dos estudantes com idade inferior a seis anos para suprir parcialmente despesas decorrentes da paternidade/maternidade, durante suas atividades acadêmicas; p) incentivo à participação em movimentos sociais, em especial nas organizações

estudantis; q) incentivo à participação dos estudantes da Ufopa em eventos de caráter técnico científico, cultural, artístico e esportivo, sejam locais, regionais, nacionais, sejam internacionais; r) promoção de ações afirmativas de cidadania, diversidade e da igualdade étnico- racial; s) auxílio financeiro para permanência do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Instituição, objetivando a conclusão do curso (UFOPA, 2022, p. 4).

Nessa perspectiva, salienta-se que o orçamento do Pnaes é insuficiente para atender todos os instrumentos supracitados e os editais propostos, desse modo, são priorizados com esse orçamento apenas o pagamento do Restaurante Universitário e de bolsas e auxílios para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para os demais estudantes a Ufopa disponibiliza parte do recurso do seu custeio discricionário, utilizado, a priori, para o seu funcionamento como o pagamento de contratos, material de consumo, aulas de campo, entre outras despesas.

Com o intuito de manter atualizado o sistema de informações referente os beneficiários da assistência estudantil da Ufopa, e, verificar quais alunos tem prioridade para ser contemplado com o recurso do Pnaes, em 2022 começou a ser realizada a avaliação socioeconômica dos discentes, via cadastro único. Assim, foi institucionalizada a Instrução Normativa nº 1/2022/Proges que normatiza o processo de avaliação socioeconômica de estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação. Essa avaliação tem a finalidade de identificar a situação socioeconômica dos discentes e da sua família para o acesso aos programas e serviços que adotam como critério de inclusão a vulnerabilidade socioeconômica, conforme preceitua o art. 7º da Portaria nº 16/2020/ Proges.

### 3 ORÇAMENTO PÚBLICO PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

O orçamento público é um documento de gestão que abrange as informações referentes as receitas e despesas que as esferas municipais, estaduais e federal dispõem para realizar ações que atendam ao interesse público, sendo, assim, um importante instrumento para o planejamento e execução do recurso público. Nesse sentido, o orçamento deve refletir em um planejamento que subsidie o Estado na gerência da máquina pública, promovendo a execução de políticas relacionadas, especialmente, ao atendimento das necessidades básicas da população, como habitação, saúde, educação, transporte, redução das desigualdades sociais, dentre outras (MILIONI; BEHR; GOULARTE; 2015). Conforme Paludo (2013),

O orçamento público é o instrumento de viabilização do planejamento governamental e de realização das políticas públicas organizadas em programas, mediante a quantificação das metas e a alocação de recursos para as ações orçamentárias (projetos, atividades e operações especiais) (PALUDO, 2013, p.7).

Nessa perspectiva, o governo federal, por intermédio do Ministério da Educação, é responsável por elaborar o planejamento da disponibilização orçamentária e financeira para as Instituições Federais de Ensino Superior, bem como realizar contingenciamentos nos cenários de baixa arrecadação no país. Com a expansão do quantitativo de universidades federais, especialmente no período de 2005 a 2013 com a criação de dezoito universidades e a instalação de novos campi devido ao Reuni, existem atualmente 69 universidades em funcionamento, portanto, a demanda por orçamento para manter as estruturas criadas e ampliadas aumentou ao longo dos últimos anos (SANTOS JUNIOR, 2022).

Cabe ressaltar que a expansão e reestruturação das Ifes alterou sobremaneira a realidade da rede federal de ensino superior, visto que gerou uma elevação das despesas obrigatórias, com o pagamento da remuneração de novos docentes e técnicos-administrativos, despesas discricionárias de custeio, relacionadas aos custos de funcionamento das atividades acadêmicas, administrativas e de assistência estudantil, e despesas de capital para a realização de obras e aquisição de materiais permanentes, mobiliário e equipamentos (SANTOS JUNIOR, 2022).

No que tange a assistência estudantil, após a aprovação do Decreto nº 7.234/2010, as universidades passaram a receber orçamento público para realizar ações voltadas, especificamente, a propiciar condições de acesso e permanência aos estudantes de baixa renda na graduação. Ademais, a Lei nº 12.711/2012, conhecida como a lei de cotas, modificou

significativamente o perfil socioeconômico dos estudantes das universidades federais ao definir que 50% das vagas da graduação devem ser destinadas para alunos oriundos de escolas públicas (ROSSI; TUDE, 2021). Dessa forma, atualmente pelo menos metade dos alunos ingressantes anualmente nas Ifes precisam de algum auxílio para permanecer no curso de graduação, o que gera um aumento na demanda por recurso do Pnaes.

### **3.1 Ciclo Orçamentário**

O ciclo orçamentário compreende quatro grandes fases, tais como a elaboração da proposta orçamentária, a autorização legislativa, a execução e o controle e avaliação. Nesse contexto, as premissas para a elaboração da proposta orçamentária estão previstas no art. 165 da CF/1988, além das Leis nº 4.320/67 e nº 101/2000, a partir da apresentação da hierarquia de três instrumentos que são estritamente relacionados entre si, a saber: a Lei do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (OLIVEIRA, 2019).

O Plano Plurianual é um plano de governo, com vigência de quatro anos, que designa, de modo regionalizado, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Federal alusivas as despesas de capital e aos programas continuados. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, por sua vez, defini as metas e as prioridades para o exercício financeiro seguinte. E a Lei Orçamentária Anual compreende o orçamento fiscal, da seguridade social e de investimento nas empresas estatais federais, bem como contém a previsão da receita e à fixação da despesa (SANTOS, 2001).

Em relação a autorização legislativa, o Presidente da República é o responsável por encaminhar os Projetos de Lei do PPA, LDO e LOA para o poder legislativo, onde estes projetos passam por discussões e votações, podendo sofrer alterações com a proposição de emendas, a princípio, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), que é formada por senadores e deputados, e, posteriormente, são votados em sessão plenária conjunta do Congresso, seguindo os prazos constantes no Quadro 2. Após os trâmites realizados pelo Legislativo, o projeto aprovado é devolvido ao chefe do executivo para sanção e publicação no Diário Oficial da União (COSTA, 2018).

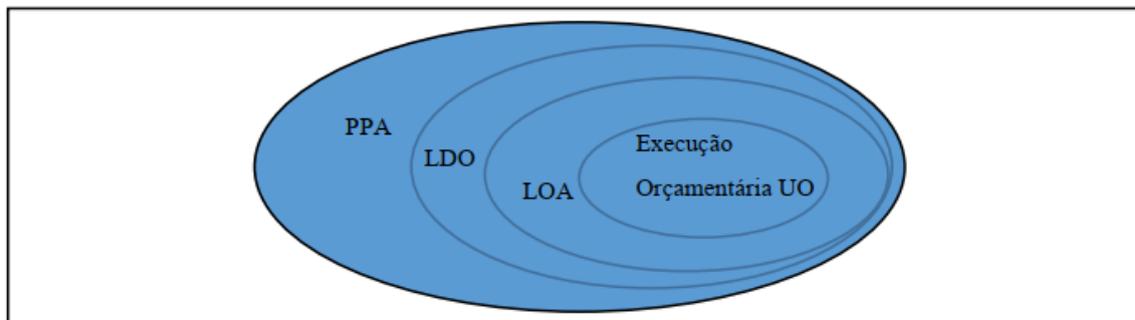
**Quadro 2** - Ciclo orçamentário ampliado

<b>Etapas</b>	<b>PPA</b>	<b>LDO</b>	<b>LOA</b>
<b>Encaminhamento</b>	31 de agosto do 1º ano do mandato presidencial	15 de abril	31 de agosto
<b>Aprovação</b>	22 de dezembro	17 de julho	22 de dezembro
<b>Vigência</b>	4 anos De 1º de janeiro do 2º ano de mandato presidencial até 31 de dezembro do 1 ano do mandato seguinte	Anual	Anual

**Fonte:** Elaborado pela autora (2022)

Por sua vez, a execução do orçamento deve começar a ser realizada no início de janeiro após a aprovação da LOA, no entanto, nos últimos anos esta lei tem sido publicada fora do prazo previsto. Dessa forma, a execução inicia quando a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) disponibiliza para os órgãos setoriais, no caso das universidades federais o órgão é o MEC, o duodécimo da dotação orçamentária pactuada no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Do mesmo modo, o MEC descentraliza o duodécimo para as unidades orçamentárias (UO) executarem com as despesas prioritárias.

Apenas após a publicação da LOA que a dotação total é disponibilizada para os órgãos setoriais que repassam para as unidades vinculadas o valor aprovado no documento. Nesse sentido, Oliveira (2019) salienta que a execução orçamentária das universidades está diretamente atrelada aos planejamentos do PPA, LDO e LOA, os quais possuem uma hierarquia, onde o PPA é principal planejamento governamental, em seguida a LDO e por fim a LOA e o orçamento das IFES, conforme a Figura 1.

**Figura 1** - Hierarquia orçamentária

**Fonte:** Oliveira (2019)

Ademais, além do controle da descentralização do recurso para que a execução da

despesa ocorra, a SOF também realiza o monitoramento da execução da receita, isto é, verifica o desenvolvimento da economia do país e a arrecadação dos tributos. Assim, Silva (2020) afirma que

A execução da receita e da despesa é um fluxo quase concomitante. Isso porque, a execução orçamentária independe, a priori, da efetiva disponibilização dos recursos para o pagamento das despesas que estão sendo executadas em virtude de dois motivos: 1) se a LOA for publicada e as dotações distribuídas ainda no exercício anterior, a execução do orçamento iniciará normalmente no primeiro dia de janeiro do exercício a que fizer jus o orçamento, já que ela vale para o exercício financeiro que coincide com o ano civil; e 2) os recursos para o pagamento das despesas advêm com a arrecadação das receitas, que ocorrem com o início da atividade econômica do ano civil, por isso que não há como ter recursos (a não ser de exercício anteriores) concomitantemente ao gasto (SILVA, 2020, p.32).

Conforme Silva (2020), o fato da unidade orçamentária receber a dotação total aprovada na LOA não significa que esta vai executar todo o orçamento ao longo do exercício financeiro, visto que caso a arrecadação da receita esteja menor do que prevista, a SOF utiliza de mecanismos de controle como o contingenciamento da dotação e o bloqueio do limite de empenho para impedir a execução orçamentária das UOs.

Nesse contexto, é importante frisar que a execução envolve três estágios da despesa, a saber: empenho, liquidação e pagamento. O empenho corresponde a autorização da despesa e posterior reserva da dotação, uma vez que a nota de empenho fica vinculada a um determinado objeto e fornecedor, em geral, ao que venceu no processo licitatório. A segunda etapa é a liquidação, onde se certifica que o produto ou material foi entregue de acordo com as especificidades solicitadas, se os serviços foram realizados conforme o programado e confirma o valor exato a pagar. E o pagamento se refere ao efetivo repasse financeiro para pagar o que foi constatado na liquidação (PALUDO, 2013).

Por fim, a quarta grande fase do ciclo orçamentário abrange o controle e a avaliação da execução orçamentária. Nessa perspectiva, segundo os arts. 70 e 71 da CF/1988, o controle pode ser feito de forma interna por cada poder e externa realizado pelo Congresso Nacional com a colaboração do Tribunal de Contas da União (TCU). Além disso, o art. 75 da Lei nº 4.320/1964 salienta que o controle deverá compreender

I - a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações; II - a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos; III - o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços (BRASIL, 1998).

Com a finalidade de respaldar esse controle, a Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece as normas de finanças públicas voltadas a responsabilidade fiscal, definiu as punições para as situações em que leis orçamentárias não forem cumpridas, bem como colaborou para a transparência nas contas públicas (SANTOS, 2001).

Ademais, conforme o art. 74 da CF/1988 os três poderes devem realizar o controle interno visando a avaliação do cumprimento das metas constantes no PPA, da execução orçamentária e dos programas de governo, da eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal e a utilização de orçamento público no setor privado (BRASIL, 1998).

### **3.2 Evolução do orçamento destinado as universidades públicas**

Conforme endossa a pesquisa de Chaves, Reis e Guimarães (2018), a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), a prioridade da política econômica é o pagamento da dívida pública e a implementação de políticas sociais focalizadas, assim, como o orçamento destinado as instituições de ensino superior é considerado uma política de caráter universal, não é considerada uma despesa prioritária. Destaca-se que nos governos de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) essa política econômica continuou vigente, embora o orçamento da educação superior tenha aumentado ao longo dos anos e tenha sido investido recurso na expansão e reestruturação das Ifes.

Nos governos em que o neoliberalismo se encontra mais presente e, portanto, busca-se a menor intervenção do Estado na economia, há também a redução de repasse de recursos para a realização de políticas públicas que visem o bem-estar social. Nesse contexto, foi aprovada, em 2016, a Emenda Constitucional (EC) nº 95, conhecida como o teto dos gastos, que dispõe sobre um novo regime fiscal que em síntese tem como finalidade limitar por vinte anos o crescimento da despesa pública e de investimento nos três poderes, inclusive em setores essenciais como a saúde e a educação, para reduzir o déficit público (RODRIGUES, SILVA, 2021).

Conforme Rossi e Tude (2021), o orçamento público antes visto como uma ferramenta de planejamento, a partir das justificativas relacionadas a equilíbrio e ajustes fiscais, passa a ter um caráter mais político, uma vez que a destinação de orçamento é resultado de escolhas e prioridades de um determinado governo. Desse modo, enfatiza-se que o Estado não tem recurso suficiente para atender todas as necessidades de interesse coletivo, entretanto, cortes e contingenciamentos orçamentários podem incidir, principalmente, em

pastas ministeriais que não causem tantos danos ao bem-estar social.

Rossi e Tude (2021) enfatizam ainda que os recentes cortes na dotação orçamentária das universidades públicas, agravados ainda mais devido a pandemia provocada pelo vírus Covid-19, vão na contramão das políticas anteriormente criadas como o Reuni e o Pnaes, uma vez que tais políticas propiciaram na expansão da estrutura universitária e o ingresso de estudantes em situação de vulnerabilidade, aumentando a demanda por recursos, os quais atualmente tem sofridos sucessivas reduções, comprometendo o investimento em ações primordiais como em pesquisa, assistência estudantil e funcionamento de atividades administrativas básicas.

Segundo Pereira e Ferreira (2021), os cortes também incidiram no orçamento do Pnaes que é destinado para as universidades realizarem, exclusivamente, ações de assistência estudantil, o que implica na redução do quantitativo de auxílios para os estudantes, propiciando no agravamento da fragilidade econômica e da evasão acadêmica, uma vez que tais auxílios são direcionados para o seu sustento, oferecendo a oportunidade de cursarem a graduação sem a necessidade de deixar os estudos para trabalhar.

### **3.3 Gestão Orçamentária na Universidade Federal do Oeste do Pará**

A Secretaria de Orçamento Federal estabelece anualmente os procedimentos e prazos para a elaboração das propostas orçamentárias para o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA), bem como define os limites orçamentários de cada órgão do governo. Nesse sentido, devido a Ufopa ser uma instituição federal de ensino superior e ter seu orçamento vinculado ao Ministério da Educação, tem o compromisso de elaborar a sua proposta a partir dos pré-limites repassados pelo MEC.

Para definir os pré-limites de custeio e capital de cada universidade, a Secretaria de Educação Superior (Sesu) em conjunto com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração das IFES (Forplad), elaboraram o escopo da Matriz de Outros Custeio e Capital, conhecida como Matriz OCC e Matriz Andifes (MEC, 2006).

A Matriz foi institucionalizada através da Portaria N° 651, de 24 de Julho de 2013, obedecendo aos critérios e indicadores definidos no Decreto N° 7.233/2010, que dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências, com o propósito de formalizar a alocação de recursos alusivos a manutenção e o desenvolvimento, visando assegurar a precisão técnica e a transparência na

distribuição desses recursos. Em 2021, o MEC publicou a Portaria N° 748, de 22 de setembro de 2021, efetuando alterações na Portaria N° 651/2013.

Nessa perspectiva, a Matriz OCC é um modelo matemático que busca efetuar o rateio de um determinado orçamento de forma proporcional a uma métrica previamente estabelecida, para tanto adota parâmetros relacionados à dimensão de cada IFES como o número de estudantes de Graduação, Pós-graduação e residência médica, ponderados por fatores como a duração, a natureza e a taxa de retenção dos diferentes cursos, que determinam o número de estudantes-equivalente, além dos parâmetros relacionados à qualidade/produtividade de cada universidade. Dos recursos que são distribuídos pela Matriz, 90% se referem ao indicador de aluno equivalente e 10% a indicadores de qualidade e produtividade (BRASIL, 2021).

Cabe ressaltar que essa matriz só é utilizada para as universidades com mais de 10 anos, assim, a Ufopa passou a estar apta ao recebimento de recursos via Matriz OCC a partir de 2020. Contudo, em virtude da pandemia, o MEC não utilizou essa matriz como critérios de descentralização de recursos durante o quadriênio de 2020 a 2023. Diante disso, até 2023 a Ufopa não participou do rateio de orçamento junto com as demais universidades, sendo que o critério utilizado nos exercícios anteriores não foi divulgado.

A matriz OCC foi atualizada novamente em 2023, no qual passou a contemplar um novo indicador denominado de “Fator Amazônia”, que se refere a um índice relacionado ao reconhecimento à desigualdade social e econômica no que tange a composição territorial e o investimento estatal na região amazônica. Esse fator constitui importante conquista visando a promoção da justiça social e representa 10% no indicador de aluno equivalente para os cursos das universidades localizadas na Amazônia. Desse modo, a Matriz OCC voltou a ser utilizada na rede de instituições federais para definir os pré-limites da PLOA 2024, utilizando as informações de Aluno Equivalente apurado no Censo 2022, peso dois para cursos de licenciatura indígena e educação do campo e considerando quatorze anos pra cursos novos, no que tange a Pós-Graduação os dados foram fornecidos pela CAPES referência 2021.

Ademais, após o processamento da Matriz, passou a ser realizado a equalização do orçamento das universidades, de modo que o recurso destinado não seja inferior ao exercício anterior, visando manter a sustentabilidade orçamentária e financeira das instituições. Outra atualização na Matriz OCC foi referente ao recurso de Capital, o qual foi zerado, visto que o orçamento destinado aos investimentos será repassado via o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), entretanto, dentro de sua autonomia, as universidades têm a discricionariedade de solicitar alteração de custeio para capital, caso necessário.

Para estabelecer os limites do orçamento do Pnaes é utilizada a Matriz Pnaes. Conforme a Portaria nº 748, de 22 de setembro de 2021, essa matriz faz uso de dois parâmetros, a saber:

“1. 50% total de alunos equivalentes da graduação da IFES – TAEG (desconsiderado o peso de grupo do curso de graduação); e 2. 50% total de alunos equivalentes da graduação da IFES – TAEG (desconsiderado o peso de grupo do curso de graduação e o bônus de graduação fora de sede e com a inclusão do IDH do município do curso)” (BRASIL, 2021, p.61).

O modelo de distribuição de recursos orçamentários do Pnaes para as Ifes leva em consideração, além do indicador de estudante equivalente, os dados referentes à existência de campi regionais e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de onde o campus está situado. Cabe ressaltar, que o Fórum de Pró-reitores de Assuntos Estudantil sugere que a Matriz Pnaes considere o perfil médio real do estudante de graduação em condição de vulnerabilidade social de cada instituição, que pode ser identificado através do banco de dados nacional que o MEC possui com as informações dos alunos das Ifes, entretanto, essa sugestão de alteração na Matriz ainda não foi atendida.

Diante do exposto, após o MEC realizar o rateio do orçamento entre as unidades orçamentárias, informa os valores definidos pela Matriz OCC, Matriz Pnaes e recursos próprios para que as UO's enviem suas propostas orçamentárias anuais na chamada fase quantitativa da PLOA, definindo o montante que será alocado para cada ação orçamentária, como funcionamento das Ifes, fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão, assistência estudantil, capacitação de servidores, apoio à consolidação, reestruturação e modernização das Ifes, entre outras.

Enfatiza-se que é a partir das informações enviadas na PLOA quantitativa que a Ufopa elabora o seu Plano de Gestão Orçamentária Anual, com a alocação dos recursos nos grupos de natureza de Despesa de Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e de investimentos, seguindo as etapas de rodar a matriz orçamentária interna e consolidar o planejamento das ações estratégicas da Ufopa, como as ações do plano de gestão do (a) reitor(a), obras, contratos, eventos institucionais, capacitação de servidores, anuidades e apoio estudantil. Este plano direciona as principais ações que serão implementadas durante o exercício e as estratégias de gestão orçamentária a serem desenvolvidas.

Historicamente, o orçamento disponibilizado para o às unidades acadêmicas e administrativas da instituição é fundamentado no esboço da matriz orçamentária contido no Processo nº 23204.005795/2017-16 que orienta a transferência de 10% do orçamento

discricionário da universidade para essas unidades. No que tange a graduação, a matriz leva em consideração o indicador de aluno equivalente, que corresponde a 50%, e os indicadores de professor equivalente, projetos e resultados, quadro de referência e qualificação docente, cada um destes representando 12,5% do orçamento da graduação. Para a pós-graduação, é utilizada a matriz elaborada em 2021 pelo Comitê Gestor de Pós-Graduação que tem os indicadores de alunos ingressantes, número de professores, nota da Capes, entre outros. E as unidades administrativa tem o seu orçamento rateado a partir dos indicadores de quadro de referência (50%) e número de coordenações e diretorias (50%) (UFOPA, 2021).

Quanto ao planejamento orçamentário das ações de assistência estudantil, as Pró-reitorias elaboram suas projeções com o quantitativo de bolsas, valor e período de vigência e depois são elencadas as prioridades pela gestão superior, visto que o orçamento não é suficiente para atender todas as demandas. Ademais, cabe enfatizar que a execução orçamentária dos editais e demais ações de assistência estudantil é acompanhada minuciosamente pela Diretoria de Planejamento, para que seja identificado possíveis economias ou déficits que gere a necessidade de realizar replanejamento das ações no decorrer do exercício financeiro.

## **4 REVISÃO DE LITERATURA**

Na literatura há diversos estudos que analisam a evasão universitária, com objetivo de identificar as causas e os índices dessas ocorrências nas instituições públicas e privadas, sendo que muitos desses estudos abordam o PNAES como ferramenta de combate à essa evasão, abordagem esta que será recorte do levantamento descrito abaixo, à nível nacional e local.

### **4.1 A assistência estudantil como estratégia de combate à evasão universitária a níveis de Brasil e Santarém**

#### 4.1.1 Estudos de casos à nível Nacional

Em análise nacional, o estudo de Betzek (2015) avaliou se os objetivos do Programa de Auxílio Estudantil implementado na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) campus Medianeira, estavam sendo cumpridos no período de 2008 a 2013. Para isso foi realizada uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental e analisado os indicadores de evasão e permanência dos discentes atendidos pelo programa. Os resultados evidenciaram que dentre os estudantes atendidos pelo programa, o maior número é do sexo feminino, porém o maior percentual de evasão está entre os alunos do sexo masculino.

Em relação à modalidade de curso foi observado que o de licenciatura apresentou a maior taxa de evasão, cerca de 71,4% dos estudantes que receberam o auxílio não permaneceram na universidade. Além disso, do total de auxílios concedidos de 2008 até 2013, 46% do total foram concedidos somente por até dois semestres, consecutivos ou não e após cessar o recebimento da bolsa, 61% dos estudantes abandonaram o curso nos doze meses subsequentes. Dessa maneira, o estudo concluiu que o programa atendeu as necessidades básicas dos estudantes no período que foi concedido, mas necessita de certos ajustes na sua implementação para identificar a razão da descontinuidade do pagamento do auxílio para um mesmo estudante ao longo do seu curso, de modo que poderá fazer diferença nos índices de evasão.

Queiroz (2016) realizou uma pesquisa quantitativa, descritiva e documental para analisar a eficiência do PNAES no Instituto Federal do Tocantins, *campus* Avançado Pedro Afonso no ano de 2015. Utilizando-se da análise de variância – ANOVA e testes estatísticos para associação de variáveis (Quiquadrado e Fisher) para comparar o rendimento, frequência,

abandono escolar e reprovação entre os estudantes do ensino técnico profissionalizante do IF participantes e não participantes do PNAES. A análise dos resultados evidenciou que, o PNAES tem atingido os seus objetivos dentro do *locus* estudado, visto que os alunos que receberam alguma modalidade de auxílio apresentaram as menores taxas de abandono escolar, de reprovação, melhor frequência e melhor rendimento, com resultados mais significativos, especialmente no que diz respeito ao abandono escolar.

Saccaro, França e Jacinto (2016) verificaram o efeito da bolsa permanência concedido via PNAES em relação à taxa de evasão para os alunos cotistas nas instituições federais de ensino superior entre os anos de 2009 e 2012. Utilizando-se de categorias no uso do método de diferenças em diferenças: simples, com covariadas e com *Propensity Score Matching* baseado em Kernel. Os resultados mostraram que a probabilidade de se receber o auxílio se modifica de acordo com o sexo e a idade do estudante, em que as mulheres apresentaram as maiores chances de receber o benefício e a idade reduz a probabilidade para o seu recebimento. Em relação a taxa de evasão, observaram que os estudantes contemplados com a bolsa apresentaram uma taxa inferior em comparação com os demais, cerca de 6%. Logo, os autores concluíram que a política se mostra importante para a permanência de estudantes de famílias em vulnerabilidade socioeconômica no ensino superior.

Machado, Oliveira e Freitas (2017) avaliaram o impacto do recebimento de benefícios - alimentação, moradia, transporte e bolsa permanência - concedidos a estudantes da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) em vulnerabilidade socioeconômica sobre seu desempenho acadêmico no período de 2011 a 2012 e 2015. Utilizaram-se como *proxy* do desempenho o coeficiente de rendimento e aplicaram o *Propensity Score Matching* para comparar o desempenho de alunos beneficiários e de alunos potencialmente elegíveis para receber o benefício, mas não o receberam. Os resultados evidenciaram que houve um impacto positivo do recebimento dos auxílios estudantis sobre o desempenho dos alunos, no qual, estudantes beneficiados com auxílio moradia tiveram coeficiente de rendimento entre 0,62 e 0,83 acima do grupo de controle, os beneficiados com transporte entre 0,51 e 0,67 acima, os beneficiados com alimentação entre 0,40 e 0,53 acima e, por fim, os beneficiados com bolsa permanência entre 0,28 e 0,38 acima. Sendo assim, os autores concluíram que as políticas voltadas para a permanência e desempenho dos estudantes dentro da FURG estão sendo eficazes.

Brand (2017), com a finalidade de mensurar o impacto que os benefícios do PNAES exercem sobre o desempenho acadêmico dos estudantes do turno noturno dos cursos de Administração, Arquivologia, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito da

Universidade de do Rio Grande – FURG no ano de 2015, utilizou o método de *Propensity Score Matching* por intermédio do critério do vizinho mais próximo (*the nearest neighbor matching*). Os resultados mostraram um impacto positivo dos auxílios de transporte, alimentação mais transporte e alimentação mais moradia sobre o desempenho acadêmico dos discentes beneficiados em comparação aos não beneficiados, contudo, ao analisar individualmente, o benefício de alimentação não contribuiu positivamente no desempenho acadêmico.

Barbosa (2018) investigou a efetividade do PNAES na permanência de estudantes beneficiados pelo programa e matriculados em cursos de graduação presencial na Universidade Federal de Alfenas, no período de 2014 a 2016. Para tanto, elaboraram índices de evasão e de reprovação relativas, em que compararam a proporção de evasão e reprovação entre alunos não assistidos e assistidos pelo PNAES, ademais, utilizaram a técnica de análise de correspondência múltipla, para analisar outras variáveis relacionadas à permanência dos alunos além da assistência estudantil. Os resultados apontaram que o PNAES foi efetivo no aspecto da evasão em todos os cursos, uma vez que nos semestres avaliados os alunos assistidos evadiram em proporção igual ou menor que os alunos não assistidos. Com relação à reprovação, o programa foi efetivo em 64% dos cursos analisados no 1º/2014 e em aproximadamente 66% dos cursos do 2º/2014. Quanto a análise de correspondência, o autor aponta que é possível relacionar as atividades de monitoria, pesquisa e extensão com a permanência dos alunos ingressantes no período do 1º/2014 até 1º/2016, já o estágio não obrigatório apresentou correlação com o perfil de aluno desistente e em processo de desligamento.

Carrano, Bertassi e Silva (2018) realizaram um estudo de caso, aplicando uma análise descritivo-interpretativa, com abordagem quantitativa para avaliar a efetividade do PNAES no combate à evasão universitária de alunos cotistas na Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), nos anos de 2016 e 2017. Os resultados demonstram que o índice de evasão entre os alunos cotistas não contemplados pelo PNAES, durante os anos 2016 e 2017, foi de 12,29%, e o índice dos contemplados por ele foi de 11,04%, sinalizando que o PNAES tem contribuído timidamente para reduzir a evasão entre os alunos cotistas da UFSJ.

Com intuito de avaliar o impacto da implantação da assistência estudantil sobre a permanência no ensino superior público brasileiro, Araújo *et al.* (2019) realizou um diagnóstico da realidade do PNAES no Instituto Federal do Ceará (IFCE), campus Iguatu, no período de 2011 a 2015. Para isso, utilizou uma abordagem quanti-qualitativa, de caráter exploratório-descritivo. Os resultados apontaram para uma maior taxa de permanência dos

discentes beneficiários de assistência estudantil em comparação aos não beneficiários, sendo que a taxa entre beneficiários por curso, supera a taxa geral de permanência que é 41,7%. Além disso, observaram que no IFCE ingressam mais mulheres do que homens, e de forma geral, as mulheres possuem uma maior taxa de permanência, apesar dessa realidade se diferenciar curso a curso. Assim, os autores concluíram que a Política de Assistência Estudantil é uma possibilidade efetiva de garantia da permanência estudantil no ensino superior.

Carvalho (2020) também utilizou uma abordagem quanti-qualitativa de caráter documental para avaliar a efetividade do PNAES em relação ao apoio à permanência e a conclusão de curso entre os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica do Instituto Federal do Paraná (IFPR), campus Palmas, no período de 2015 a 2019. Com base nas análises a autora constatou que, a evasão é bem maior entre os estudantes não assistidos no PNAES, cerca de 22,53%, enquanto a evasão de estudantes assistidos pelo programa foi de apenas 17,9%. No quesito transferência externa, o percentual de transferência de estudantes não assistidos pelo programa foi de 7,2%, já entre os estudantes assistidos apenas 2,8%, além disso, entre os estudantes assistidos pela política 37,68% concluíram o curso, enquanto o percentual de conclusão dos estudantes não assistidos foi de apenas 21,01%. Portanto, a autora concluiu que o estudo demonstrou que o PNAES apresentou efetividade, contribuindo para a redução das taxas de retenção e evasão e para a permanência dos estudantes na instituição.

Macedo e Soares (2020) objetivaram verificar a eficácia do PNAES para a permanência de cotistas nos cursos de graduação da Universidade Federal da Paraíba no período de 2012 a 2016, a partir das dimensões de qualidade da permanência, gestão dos recursos e relação entre demanda e benefícios. Como procedimento metodológico realizaram uma pesquisa bibliográfica e documental, por meio de estudo exploratório baseado no método histórico-dialético. Os resultados mostraram a eficácia do programa quanto à qualidade da permanência dos cotistas assistidos, entretanto, este não atingiu plenamente os objetivos nas demais dimensões.

Ferreira (2021) investigou, por meio de um estudo de caso, a efetividade do PNAES na UnB para os estudantes ingressantes pelo vestibular no período de 2010-2014. O autor aplicou o teste t de *Student* para amostras independentes para comparar as médias das taxas de evasão e de retenção dos estudantes participantes e não participantes dos programas de assistência estudantil. Além disso, desagregou a análise pelo prestígio do curso, dividindo em alto, médio e baixo prestígio.

Os resultados alcançados, com relação às respectivas taxas de evasão e retenção mostraram que: i) não houve diferença na taxa de evasão entre os participantes e não participantes dos programas da assistência estudantil da UnB, sendo que quando analisada a evasão pelo prestígio do curso, identificou-se que a taxa de evasão varia inversamente proporcional ao prestígio social do curso, de modo que os cursos de prestígio mais alto apresentaram as menores taxas de evasão enquanto os cursos de baixo prestígio apresentam as maiores taxas; ii) em relação às taxas de retenção, o autor verificou que os estudantes com assistência estudantil possuem uma maior retenção, da qual não há diferença entre os assistidos pelos programas e os não participantes para os cursos de alto prestígio, no entanto, para os de médio e baixo prestígio, há diferença na taxa de retenção, corroborando que os estudantes com assistência estudantil nos cursos de menor prestígio apresentam maior retenção.

Dessa forma, o estudo concluiu que os programas de assistência estudantil estão atingindo os objetivos definidos pelo Decreto do PNAES, reduzindo a taxa de evasão dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica e mantendo a média de retenção dos estudantes atendidos dentro dos parâmetros definidos pelo MEC.

Brito, Pinheiro e Tameirão (2022) buscaram verificar a efetividade do PNAES no contexto dos discentes das primeiras turmas do Campus Janaúba da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) no período de 2014 a 2019, por meio da avaliação comparativa do desempenho dos estudantes bolsistas e não bolsistas, a partir dos indicadores de coeficiente de rendimento acadêmico, taxa de diplomação e índices de evasão escolar. Os resultados apontaram que os beneficiados com assistência estudantil obtiveram melhor rendimento acadêmico, evadiram em menor número e apresentaram maiores taxas de diplomação em relação aos demais. Assim, os autores concluíram que, ainda que envolvam outras variáveis, a política de assistência estudantil apresenta uma correlação positiva entre os auxílios e os rendimentos acadêmicos, o que indica para a sua possível efetividade.

Flores (2022), por sua vez, realizou um estudo de caso para analisar se os estudantes beneficiários da política de assistência estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul possuem a mesma taxa de desperdício de matrícula dos demais estudantes que ingressaram por baixa renda e que nunca solicitaram benefício no período de 2012 a 2020. Para tanto, foram realizadas comparações mensuradas pela taxa de desperdício de matrícula dos estudantes assistidos pela política e para verificar a efetividade da (PNAES) utilizou a média aritmética simples para duas amostras independentes. Com base nas análises, verificou que a taxa de reprovação, no período de 2012/1 até 2019/2, dos alunos que possuíam a

assistência estudantil foi de 15%, enquanto a dos estudantes que não possuíam o benefício foi de 21%. Em 2020, os alunos beneficiários tiveram uma taxa de reprovação de 9% e os alunos que não possuíam o benefício a taxa foi de 17%. O estudo evidenciou ainda que os alunos com auxílios estudantis tendem a se matricular em mais disciplinas do que os demais alunos. Com isso, o autor concluiu que o PNAES tem sido eficaz em contribuir para o bom desempenho acadêmico dos alunos assistidos pela política.

Ferreira et al. (2023) conduziram uma avaliação do impacto da assistência estudantil no rendimento acadêmico dos discentes da Universidade de Brasília (UnB). Para tanto, empregaram Testes-t para comparar as médias do rendimento acadêmico antes e depois da concessão da assistência estudantil e entre os discentes que receberam e os que não receberam o benefício. Os resultados sugerem que a assistência estudantil na UnB não teve um impacto significativo no rendimento acadêmico dos discentes, ou esse efeito é muito sutil ou ocorre de maneira defasada, portanto, não reduzindo as dificuldades de rendimento no curto prazo.

Em suma, ao analisar os estudos supracitados, verificou-se que: i) utilizaram diferentes metodologias de análise para verificar a efetividade do Pnaes, tais como pesquisa bibliográfica, documental, descritiva e quali-quantitativa, bem como testes estatísticos de análise de variância – ANOVA, Quiquadrado, Fisher, teste t de *Student* para amostras independentes, técnica de análise de correspondência múltipla, média aritmética simples para duas amostras independentes e método de diferenças em diferenças simples, com covariadas e com *Propensity Score Matching* baseado em Kernel; ii) usaram como variáveis e dados, *proxies* como o número de estudantes atendidos pelo Pnaes, os auxílios fornecidos, o quantitativo de evasão e retenção, o coeficiente de desempenho acadêmico, a frequência, o abandono escolar e a reprovação, distinguindo essas *proxies* por perfis dos estudantes: cotistas e não cotistas, cursos de graduação e gênero; e iii) os resultados, em geral, convergem ao apontar que há um menor índice de evasão entre os estudantes contemplados com as ações de assistência estudantil, mas o trabalho de Ferreira (2021) diverge ao constatar que não teve diferença na evasão entre os participantes e não participantes dos programas da assistência estudantil da UnB, visto que a evasão variou inversamente proporcional ao prestígio social do curso de graduação.

#### 4.1.2 Estudos à nível local

Em análise local, Pereira (2017) buscou analisar o Processo Seletivo Especial

(PSE) como uma Política de Ação Afirmativa de acesso dos indígenas na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), ingressos no período de 2010 a 2015 e seu impacto para uma Educação Superior de qualidade para esses povos. Para tanto, utilizou-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, do tipo estudo de caso microetnográfico.

Desse modo, as análises foram realizadas de cunho bibliográfico, documental e empírica através da realização de entrevistas com caciques e os representantes das populações indígenas que participavam dos debates sobre o PSE, o Pró-reitor de Gestão Estudantil, o coordenador do diretório acadêmico indígena e o professor de língua portuguesa do Centro de Formação Interdisciplinar (CFI), e a aplicação de questionários com o público-alvo da pesquisa e os diretores de intitutos. As entrevistas e os questionários visaram obter, principalmente, avaliações sobre o PSE como forma de ingresso, as principais dificuldades do estudante indígena para a permanência nos cursos de graduação e a política afirmativa implementada na universidade.

O estudo constatou que: i) o PSE Indígena é uma expressão da política de ação afirmativa da Ufopa, que possibilitou o acesso de 254 indígenas ao ensino superior entre 2010 e 2015, com acentuada diversidade étnica; ii) em relação as ações/estratégias institucionais, como bolsa de monitoria Ceanama e Programa de Facilitação de Aprendizagem, os altos percentuais de índices de insucesso acadêmico sinalizaram que a instituição não tem atingido resultados satisfatórios que minimizem as dificuldades de aprendizagem desses indígenas; e iii) o valor pago pela instituição com recurso do Pnaes é muito significativo para esses discentes, pois, além das despesas individuais e com os familiares, esse valor é gasto com passagens, sendo que para a maioria dos indígenas que ingressou na instituição, estes auxílios eram as principais fontes de rendas. Diante do exposto, o estudo concluiu que desde a sua origem a Ufopa tem garantido anualmente o acesso dos indígenas ao ensino superior por meio de sua política afirmativa, no entanto, quanto à permanência, poucas ações/estratégias têm sido efetivadas.

O estudo de Pantoja (2020) analisou o processo de implantação da política de assistência estudantil na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em seu percurso histórico. A pesquisa foi baseada no materialismo histórico-dialético, no qual realizou pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas com servidores técnicos administrativos, gestores e ex-gestores da Pró-reitoria de Gestão Estudantil (Proges), e conversas informais e aplicação de questionário, via Google Forms, com os discentes beneficiados com ações de assistência estudantil. Cabe ressaltar que a pesquisa se restringiu ao campus de Santarém.

Nesse contexto, as entrevistas com os servidores objetivaram conhecer como

ocorreu a implementação da política de assistência estudantil, bem como identificar o posicionamento dos gestores e ex-gestores da Proges a respeito dos entraves enfrentados pela equipe nesse processo e a opinião destes a respeito do Pnaes. Enquanto os questionário aplicados visaram mapear o perfil dos estudantes, verificar se conhecem e/ou utilizam o programa de assistência estudantil, motivos para procurar a assistência, mudanças no rendimento acadêmico, a avaliação dos programas e do orçamento e aplicação do recurso, entre outros.

O estudo constatou que: i) a assistência estudantil existente na Ufopa tem grande importância para a permanência dos estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica, posto que com o recebimento dos auxílios houve melhora no coeficiente de rendimento acadêmico; ii) os valores das bolsas são insuficientes para atendimento a todas as necessidades dos estudantes, sendo necessário ampliar os programas de assistência estudantil existentes; iii) foi essencial a criação da Pró-reitoria de Gestão Estudantil, visto que antes as ações de assistência aos alunos eram projetadas pelas Pró-reitorias de Planejamento e a de Extensão, sem ter um locus próprio para estudar e debater sobre as demandas dos estudantes; iv) há o problema do planejamento orçamentário, pois nem sempre o recurso é executado em sua totalidade; v) a participação no Fonaprace foi importante para motivar a equipe da Proges, pois contribuiu para fundamentar os trabalhos desenvolvidos pertinentes à gestão de estudantes; e vi) é fundamental implementar a assistência estudantil de modo integral, ou seja, além de recursos financeiros, fazer também atendimentos psicológicos, sociais, de apoio, de orientação, buscando entender o universo do aluno e fazê-lo progredir na sua vida acadêmica.

Em suma, o estudo de Pereira (2017) sugere que ao analisar, de forma agregada, a política afirmativa da Ufopa, no aspecto do ingresso de estudantes indígenas via PSE, o resultado é visto como positivo. Ao passo que, ao discriminar a análise com base nas ações/estratégias institucionais para a permanência deste estudante na graduação, o resultado é considerado insatisfatório dado os índices de insucesso acadêmico. Por sua vez, o estudo de Pantoja (2020) destaca a importância, de modo agregado, do recebimento dos auxílios para a melhora do rendimento acadêmico dos estudantes beneficiados com ações de assistência estudantil e a necessidade de atualizações monetários dos valores recebidos pelos beneficiários, enquanto uma observação desagregada enfatiza ser essencial diversificar os tipos de ações. Logo, análises desagregadas, discriminadas por ações, apresentam-se de suma importância para entendimento do efeito de política públicas de assistência estudantil sob o coeficiente de rendimento acadêmico, a permanência dos estudantes na graduação e, consequentemente, no combate à evasão.

## 5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção será apresentada o percurso metodológico da pesquisa, enfatizando sua abordagem, procedimentos técnicos e tipo, bem como o lócus delimitativo e as fontes consultadas que são listadas e discutidas em relação à sua relevância para o estudo.

### 5.1 Delineamento da pesquisa

Este estudo possui uma abordagem quantitativa. Conforme Gil (2008), esse tipo de abordagem é fundamentada pelo emprego da quantificação tanto na modalidade de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. Ademais, segundo Lakatos e Marconi (2010), o emprego da análise estatística, com o intuito de testar hipóteses e mensurar variáveis pré-estabelecidas, produz informações concretas e menos suscetíveis de erros de interpretação.

Além disso, caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, pois tem a finalidade de produzir conhecimentos para aplicação prática própria a resolução de problemas específicos, como o caso da avaliação da efetividade das ações de assistência estudantil implementadas na Ufopa (BOAVENTURA, 2004). Desse modo, esse tipo de pesquisa visa especialmente a aplicação imediata de conhecimentos em uma realidade circunstancial, relevando o desenvolvimento de teorias (GIL, 2008).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, justifica-se como um estudo de caso, haja vista que orienta a busca de explicações e interpretações convincentes para situações que envolvam fenômenos sociais complexos, e, também, a elaboração “de uma teoria explicativa do caso que possibilite condições para se fazerem inferências analíticas sobre proposições constatadas no estudo e outros conhecimentos encontrados.” (MARTINS, 2006, p. 12).

#### 5.1.1 Lócus da pesquisa

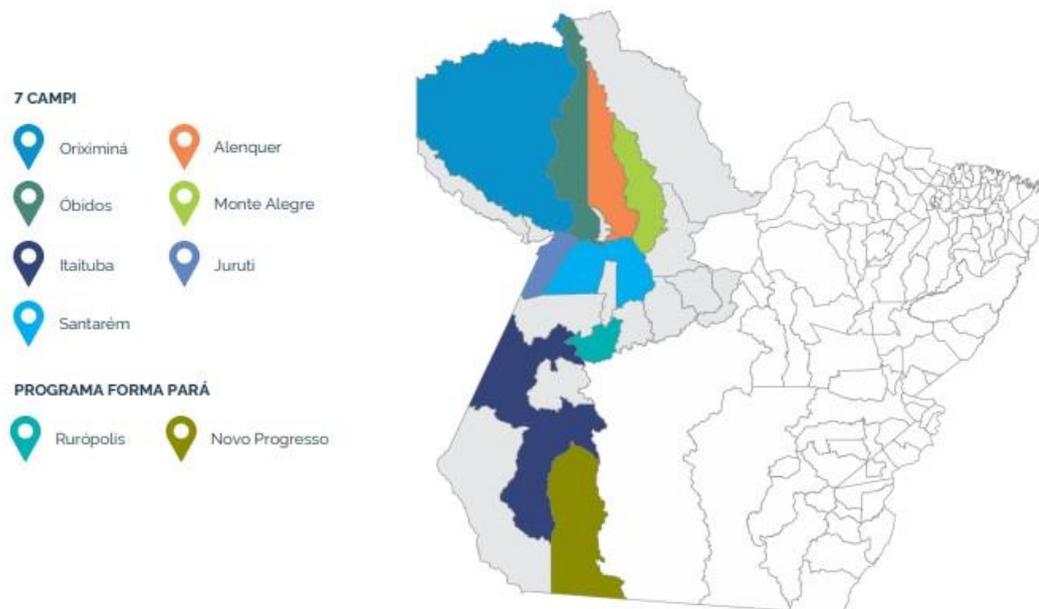
A Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa foi instituída no dia 5 de novembro de 2009, a partir da Lei nº 12.085/2009. É importante frisar que a criação da Ufopa faz parte do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, no qual se prevê a ampliação do ensino superior na região amazônica. Além disso, a Ufopa apresenta uma proposta acadêmica inovadora, pautada pela flexibilidade curricular,

interdisciplinaridade e formação em ciclos, formados por um sistema integrado de educação continuada (UFOPA, 2019).

A Ufopa tem abrangência em aproximadamente vinte municípios da mesorregião do baixo Amazonas, com instalações em Santarém (sede), Óbidos, Oriximiná, Alenquer, Itaituba, Juruti e Monte Alegre. Ademais, a universidade em conjunto com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica (Sectet) oferta cursos de graduação nos municípios de Rurópolis e Novo Progresso através do Programa Forma Pará. (UFOPA, Relatório de Gestão, 2021).

O Programa Forma Pará, instituído pela Lei 9.324/21, é um programa de educação superior operando no estado do Pará que tem como objetivo principal impulsionar a expansão da oferta de cursos de ensino superior, sendo uma estratégia vital para atenuar as desigualdades inter-regionais. Este programa fomenta a colaboração entre o governo estadual do Pará, as administrações municipais e as instituições de ensino superior, visando disponibilizar vagas em cursos de graduação e pós-graduação de forma especial. A Ufopa tem a intenção de, em futuros exercícios, oferecer vagas nesta modalidade nos municípios de Trairão, Mojuí dos Campos e Almeirim, que estão dentro de sua área de atuação e não possuem campi regionais (UFOPA, 2021).

**Figura 2 -** Mapa da presença da Ufopa no Estado do Pará



**Fonte:** Relatório de Gestão, Proplan/Ufopa (2021)

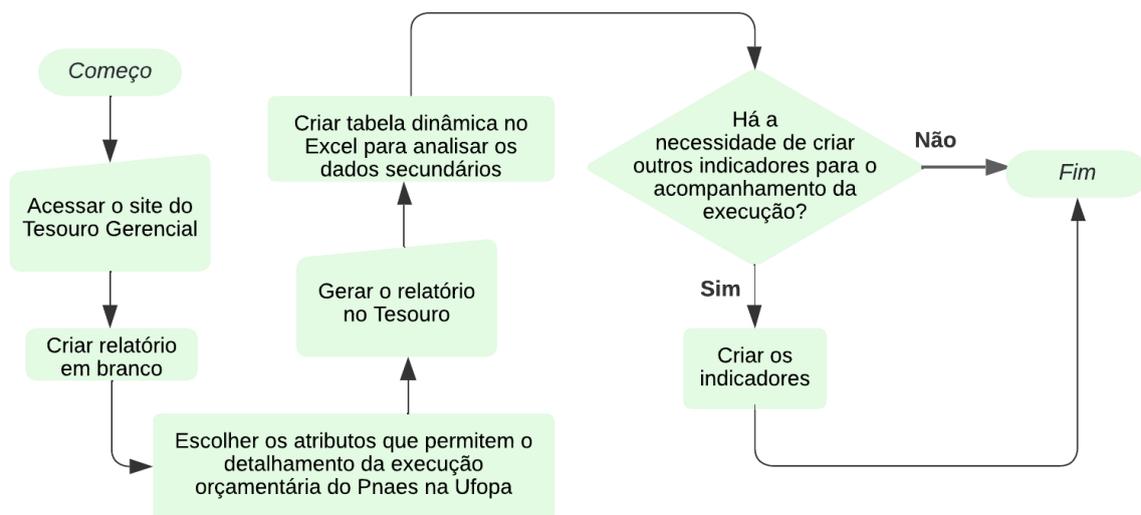
## 5.2 Levantamento das informações e escolhas das variáveis

Este estudo terá por base a relação funcional entre as ações de assistência estudantil executadas com o orçamento do Pnaes e a taxa de evasão universitária. Para tanto, o período analisado compreende de 2010 a 2022, este escopo temporal se justifica pela disponibilidade dos dados, pois contempla desde o início das atividades acadêmicas da Ufopa e o primeiro recebimento do orçamento referente a ação orçamentária de Assistência ao Estudante de Ensino Superior, embora tenha começado a constar na Lei Orçamentária Anual somente em 2011.

### 5.2.1 Dados da execução orçamentária do Pnaes

Os dados secundários anuais alusivos à execução orçamentária foram obtidos no sistema do Tesouro Gerencial, analisados conforme os fluxogramas das Figura 3 e Figura 4 e validados pela Diretoria de Planejamento (Diplan/Proplan/Ufopa). Portanto, essas análises são contribuições da pesquisa da dissertação para a universidade que posteriormente poderá utilizar dessas informações para criar um painel orçamentário com os dados das ações desenvolvidas no âmbito do Pnaes.

**Figura 3** - Fluxograma das etapas para elaboração da base de dados da execução orçamentária do Pnaes



**Fonte:** Elaborado pela autora (2023)

No momento da análise preliminar destes dados, verificou-se a necessidade de criar indicadores que permitissem melhores visualizações da execução orçamentária. Dessa forma, foram criados os indicadores constantes no Quadro 3.

**Quadro 3** - Indicadores de Execução Orçamentária

<b>Indicadores</b>	<b>Descrição</b>
1. Valor liquidado total	Valor liquidado no exercício financeiro + Restos a pagar não processados liquidados
2. Percentual do valor liquidado total	Valor liquidado total / Valor empenhado
3. Valor pago total	Valor pago no exercício financeiro + Restos a pagar não processados pagos + Restos a pagar processados pagos
4. Percentual do valor pago total	Valor pago total / Valor empenhado

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023)

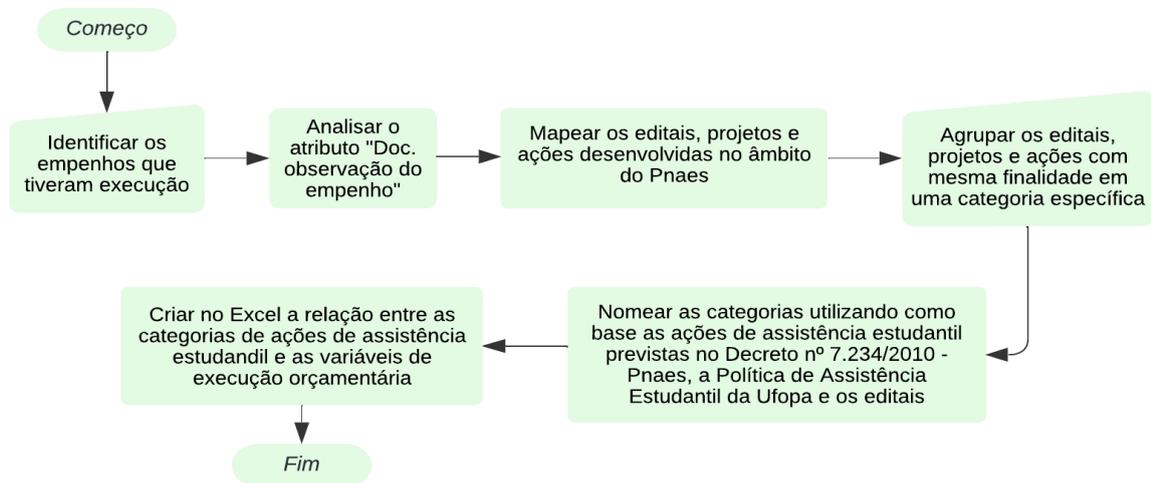
Nesse contexto, o indicador 1 mostra que as atividades dos bolsistas foram realizadas, o material ou equipamento foram entregues à universidade e, portanto, o valor da despesa foi liquidado, e o indicador 2 sinaliza o percentual de liquidação. Enquanto o indicador 3 se refere ao repasse do valor das bolsas aos estudantes, o pagamento para a empresa responsável pelo restaurante universitário e os demais fornecedores, e o indicador 4 demonstra o percentual do repasse financeiro.

Diante disso, optou-se por utilizar o indicador 3 como proxy<sup>1</sup> orçamentária do Pnaes, visto que o orçamento executado em ações de assistência estudantil, onde de fato o estudante é beneficiado com bolsas e/ou auxílios, é o valor pago total.

Após a definição da proxy, foi necessário identificar quais categorias de ações de assistência estudantil foram implementadas através do recurso oriundo do Pnaes, seguindo o fluxograma presente na Figura 4, pois no Plano Interno (PI), um dos atributos da execução orçamentária que agrupa de modo geral os tipos de bolsa como a bolsa pibex, monitoria, entre outras, possuem alguns erros na classificação, devido diferentes servidores terem sido responsáveis por alocar as despesas nos PI's ao longo dos anos, assim, não houve uma padronização em todo o período verificado.

<sup>1</sup> Proxy é um substituto ou representante de todas as variáveis omitidas ou negligenciadas que podem afetar no modelo de regressão, mas não foram ou não puderam ser incluídas no modelo (GUJARATI; PORTER, 2011).

**Figura 4** - Fluxograma das etapas para identificar as categorias de ações de assistência estudantil executadas com o orçamento do Pnaes



**Fonte:** Elaborado pela autora (2023)

Dessa forma, analisou-se as observações de todos os empenhos que tiveram execução, onde constam informações importantes como a descrição detalhada da despesa, tal como o edital, o nome dos eventos acadêmicos, o tipo específico de equipamento comprado, entre outros aspectos de relevância.

Posteriormente, essas informações foram agrupadas em categorias de ações de assistência estudantil, conforme delineado no Quadro 4. Esta categorização proporciona uma visão estruturada e compreensível das diversas maneiras pelas quais os recursos são empregados para apoiar os estudantes. Além disso, facilita a identificação de padrões e tendências, o que pode ser instrumental para aprimorar futuras políticas e práticas de assistência estudantil.

**Quadro 4** - Categorias de ações de assistência estudantil implementadas na Ufopa com o orçamento do Pnaes

Ações de assistência estudantil	Descrição
1. Bolsa Permanência	Editais de bolsa permanência referentes aos processos seletivos regular e especial e o Programa de Bolsa Permanência do MEC
2. Bolsas de iniciação científica	Editais de bolsas Pibic, Pibiti e Profic e as bolsas Pibic do Edital conjunto Peex.

3. Bolsas de monitoria	Editais referentes a monitoria de disciplinas, informática, laboratórios, projetos institucionais, facilitação de aprendizagem, acompanhamento de apoio pedagógico aos estudantes indígenas e quilombolas e as bolsas de monitoria do Edital conjunto Peex.
4. Bolsa de Língua Estrangeira – Inglês	Editais de bolsas de língua estrangeira
5. Bolsas de extensão	Editais de bolsas alusivas ao Programa de bolsas de extensão, ao Programa a fomento de extensão e as bolsas de extensão do Edital conjunto Peex.
6. Restaurante Universitário/Auxílio alimentação	Contrato do RU e a concessão de auxílio alimentação emergencial para os alunos de graduação dos campi
7. Bolsas de mobilidade acadêmica nacional	Editais de mobilidade acadêmica externa temporária nacional
8. Atividades Esportivas	Aquisição de material esportivo, auxílio financeiro para participação nos Jogos Internos da Ufopa e nas etapas dos Jogos Universitário Brasileiro
9. Inclusão digital	Aquisição de notebook e a concessão de auxílio para acesso à internet para os alunos de graduação
10. Bolsa Estágio	Editais de Bolsa estágio
11. Bolsas integradas de ensino, pesquisa e extensão	Edital Peex integrado: ensino, pesquisa e extensão - bolsas para aluno de graduação
12. Bolsa PROTCC	Editais de Bolsa PROTCC
13. Bolsas de mobilidade acadêmica internacional	Editais de mobilidade externa internacional
14. Ações para acessibilidade de estudantes PcD	Aquisição de formulário contínuo braile, lupa, bengala, andador, cadeira de rodas, lupa eletrônica, bolsas para acompanhamento aos estudantes com necessidades educacionais especiais e a concessão de auxílio para aquisição de material pedagógico e/ou recursos e equipamentos de tecnologias assistivas a estudantes da Educação especial
15. Eventos Acadêmicos	Auxílio financeiro para estudantes participarem e apresentarem trabalhos em eventos nacionais e internacionais.
16. Fomento a extensão	Auxílio para estudantes apresentarem resultados do projeto de extensão na etapa nacional da Enactus e Curso da Língua Nheengatu e cultura indígena
17. Auxílio para incentivo à cultura	Auxílio financeiro a estudantes para participação em ações e projetos de incentivo à cultura
18. Apoio a Assistência Estudantil	Serviços gráficos, sinistro do ônibus, diárias e passagens
19. Apoio a graduação - aula de campo	Auxílio Financeiro a estudante para participar de aula prática de campo
20. Ações Afirmativas na Comunidade	Eventos sobre combate ao racismo, promoção da igualdade étnico-racial e consciência Negra

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023)

A base de dados utilizada também contém informações detalhadas sobre os beneficiários do empenho, incluindo o nome e o CPF. Isso permitiu uma avaliação precisa de quantos estudantes na Ufopa recebem pelo menos um auxílio ou bolsa através do recurso do Pnaes. Essa análise fornece uma visão clara do alcance e impacto do Pnaes na população estudantil da Ufopa.

No entanto, é importante frisar que existem limitações na capacidade de avaliar

certos aspectos do uso do recurso do Pnaes, pois não é possível determinar, através do Tesouro Gerencial, quantos alunos frequentam o Restaurante Universitário, visto que, nesse caso, o beneficiário listado é a empresa que fornece o serviço, e não os alunos. Isso destaca a necessidade de métodos adicionais de coleta de dados para fornecer uma imagem mais completa do uso do recurso do Pnaes na instituição..

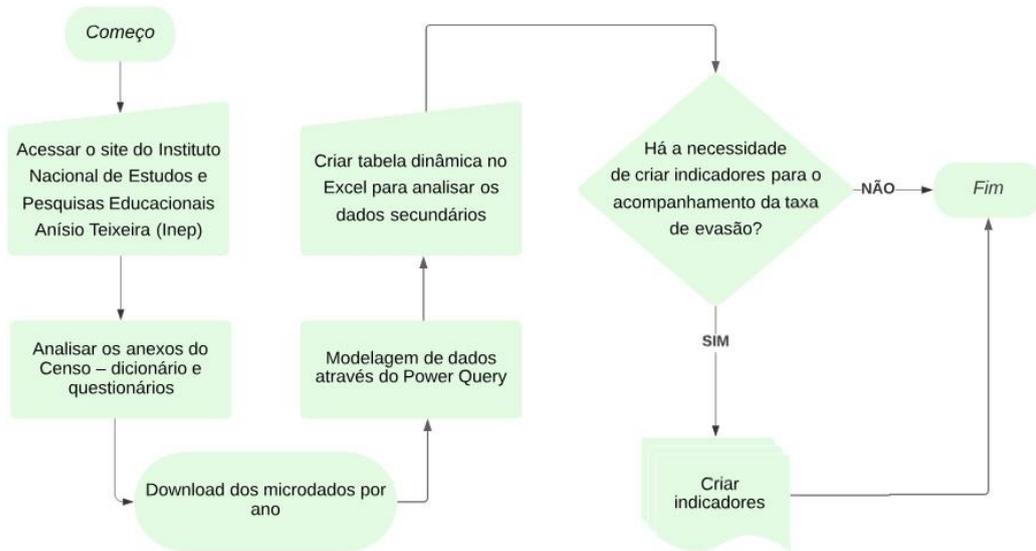
### 5.2.2 Dados acadêmicos da Ufopa

Os dados secundários para o cálculo da taxa de evasão acadêmica foram obtidos no Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ressalta-se que esse Censo tem como finalidade disponibilizar informações estatísticas confiáveis sobre a educação superior no Brasil, tais como a infraestrutura das Ifes, vagas oferecidas, ingressantes, matrículas, concluintes, desistentes, docentes, etc., as quais são utilizadas para subsidiar na formulação, implantação e avaliação de políticas públicas e programas de expansão e de melhoria da qualidade do ensino superior.

O Inep disponibiliza o download dos microdados anuais, uma vez que não possui uma série histórica prontamente disponível. Isso implica que, para realizar uma análise abrangente, é necessário baixar os dados de cada ano individualmente. O primeiro passo deste processo envolveu a análise dos anexos do Censo para identificar as variáveis que seriam relevantes para a pesquisa em questão. Com essas variáveis identificadas, foi possível proceder ao download dos dados referentes a todo o período que seria analisado.

A elaboração da base histórica exigiu uma modelagem de dados utilizando o Power Query para criar relações e integrar diferentes bancos de dados e tabelas de cadastro. Este processo permitiu filtrar as informações específicas da Ufopa e as variáveis previamente selecionadas. Após a conclusão dessas etapas, foi possível analisar os dados secundários na tabela dinâmica no Excel. Isso, por sua vez, possibilitou a criação do indicador da taxa de evasão, conforme ilustrado na Figura 5.

**Figura 5** - Fluxograma das etapas para elaboração da base de dados do perfil dos estudantes e da trajetória acadêmica



**Fonte:** Elaborado pela autora (2023)

Considerando que o Decreto do Pnaes define o público que pode ser atendido com o recurso e que são prioritariamente os alunos em situação de vulnerabilidade e, além disso, o Reuni proporcionou um maior ingresso de estudantes nesta situação nas instituições públicas, optou-se por incluir na discussão da dissertação as informações sobre o perfil dos alunos da Ufopa, com o intuito de verificar a importância da política de assistência estudantil na universidade. Desse modo foram selecionadas as variáveis sexo, faixa etária, cor ou raça e a participação no programa de reserva de vagas, como demonstrado no Quadro 5, que proporcionam uma compreensão mais detalhada da população estudantil da universidade.

**Quadro 5** - Variáveis do perfil dos estudantes da Ufopa

Variáveis	Descrição
Alunos ingressantes por sexo	Quantidade de ingressantes do sexo feminino e masculino
Alunos matriculados por sexo	Quantidade de matriculados do sexo feminino e masculino
Alunos concluintes por sexo	Quantidade de concluintes do sexo feminino e masculino
Alunos ingressantes por faixa etária	Quantidade de ingressantes até 24 anos de idade, de 25 a 29 anos, de 30 a 39 anos, de 40 a 49 anos e de 50 anos ou mais
Alunos matriculados por faixa etária	Quantidade de matriculados até 24 anos de idade, de 25 a 29 anos, de 30 a 39 anos, de 40 a 49 anos e de 50 anos ou mais
Alunos concluintes por faixa etária	Quantidade de concluintes até 24 anos de idade, de 25 a 29 anos, de 30 a 39 anos, de 40 a 49 anos e de 50 anos ou mais
Alunos ingressantes por cor/raça	Quantidade de ingressantes - Cor/Raça Branca, Preta, Parda, Amarela, Indígena e Não declarado

Alunos matriculados por cor/raça	Quantidade de matriculados - Cor/Raça Branca, Preta, Parda, Amarela, Indígena e Não declarado
Alunos concluintes por cor/raça	Quantidade de concluintes - Cor/Raça Branca, Preta, Parda, Amarela, Indígena e Não declarado
Alunos ingressantes que participaram do programa de reserva de vagas	Quantidade de ingressantes - alunos que participam do programa de reserva de vagas - escola pública, cunho ético, cunho social/renda familiar, pessoas com deficiência, outros tipos.
Alunos matriculados que participaram do programa de reserva de vagas	Quantidade de matriculados - alunos que participam do programa de reserva de vagas - escola pública, cunho ético, cunho social/renda familiar, pessoas com deficiência, outros tipos.
Alunos concluintes que participaram do programa de reserva de vagas	Quantidade de concluintes - alunos que participam do programa de reserva de vagas - escola pública, cunho ético, cunho social/renda familiar, pessoas com deficiência, outros tipos.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023)

Em relação a trajetória acadêmica foram definidas as variáveis do quantitativo de ingressantes, matriculados, concluintes, trancados e desvinculados/cancelados, conforme o Quadro 6. Estas variáveis permitem uma visão quantitativa do fluxo de estudantes na universidade. Nesse contexto, é possível avaliar se os estudantes que ingressam estão concluindo seus cursos ou se estão abandonando-os ao longo do percurso. Esta análise é crucial para entender a eficácia das políticas de retenção de estudantes e para planejar intervenções futuras.

**Quadro 6 - Variáveis da trajetória acadêmica**

Variáveis	Descrição
Quantidade de ingressantes nos cursos de graduação	Alunos que ingressaram na universidade durante o ano de realização do Censo
Quantidade de matriculados	Alunos que estavam matriculados em disciplinas ou outra atividade para atingir a carga horária exigida para a finalização do curso
Quantidade de concluintes	Alunos que concluíram a totalidade dos créditos acadêmicos necessários para a titulação no curso no ano de referência do Censo
Quantidade de trancados	Alunos que estavam com a matrícula trancada na universidade no ano de realização do Censo
Quantidade de desvinculados/Cancelados	Alunos desvinculados do curso em razão de evasão, desligamento, abandono ou transferência para outra IES no ano de referência do Censo;
Quantitativo de alunos desvinculados por área de curso	Quantitativo de alunos desvinculados por área específica de curso. Os nomes das áreas são uma adaptação da Classificação Internacional Normalizada da Educação Cine/Unesco
Quantitativo de alunos desvinculados por curso	Quantitativo de alunos desvinculados por cursos ofertados na Ufopa

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023)

### 5.2.3 Cálculo da Taxa de Evasão

Para calcular e analisar a evasão acadêmica foram selecionadas variáveis que examinam a trajetória acadêmica dos alunos na universidade. Essas variáveis, conforme apresentadas no Quadro 6, foram escolhidas com o objetivo de fornecer uma visão abrangente e precisa da progressão dos alunos ao longo de seu tempo na universidade. Além disso, o cálculo da taxa foi realizado com base na fórmula de evasão utilizada pela Ufopa (equação 1).

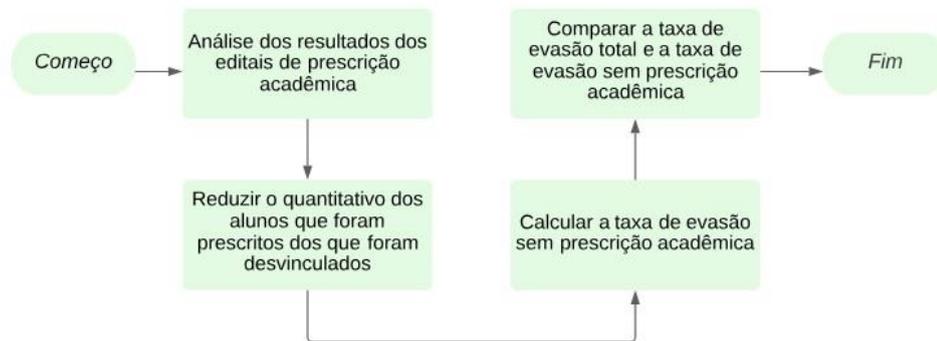
É importante destacar que os dados utilizados nesta pesquisa consideram os alunos dos cursos de graduação de todos os Campi da Ufopa. Isso inclui não apenas os alunos dos cursos regulares, mas também os alunos do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) e do programa Forma Pará. Esses programas são destinados a formar professores para a educação básica e a expandir a oferta de educação superior no estado do Pará, respectivamente. Portanto, os alunos desses programas também podem ser contemplados com o recurso Pnaes.

$$\text{Taxa de evasão total} = \frac{\text{Quant. Cancelados no ano}}{\text{Quant. matriculados no ano}}, \quad (1)$$

Ao analisar a problemática da evasão estudantil Ufopa, observou-se que, em determinados anos, existiam valores discrepantes, os chamados outliers, que eram decorrentes dos editais de prescrição acadêmica. A prescrição acadêmica é um procedimento administrativo que resulta na desvinculação do discente da instituição por perda do vínculo devido à inatividade ou ao não cumprimento dos requisitos acadêmicos dentro de um período estipulado.

Em face dessa constatação, tornou-se imperativo realizar uma análise minuciosa dos resultados dos editais de prescrição. Esses dados foram examinados e convertidos em uma base de dados. O propósito dessa conversão era subtrair o número de estudantes prescritos dos dados de desvinculados obtidos no Censo. Esse procedimento permitiu uma visão da situação da evasão na Ufopa sem os picos causados pelos editais (Figura 6).

**Figura 6** - Fluxograma das etapas para comparar a taxa de evasão total e a taxa de evasão sem considerar a prescrição acadêmica



**Fonte:** Elaborado pela autora (2023)

Como parte dessa análise, foi calculada uma nova taxa de evasão, que exclui a prescrição (equação 2). Essa nova taxa de evasão proporcionou apenas uma visão mais precisa do percentual de estudantes que estavam abandonando a Ufopa por razões além da prescrição acadêmica. Portanto, optou-se para utilizar como proxy a evasão total, visto que a taxa de evasão sem prescrição não considera todos os estudantes que abandonaram os cursos de graduação da Ufopa.

$$\text{Taxa de evasão sem prescrição} = \frac{\text{Quant. Cancelados no ano} - \text{Quant. Cancelados por prescrição}}{\text{Quant. matriculados no ano}} \quad (2)$$

### 5.3 Métodos estatísticos utilizados para verificar a relação do Pnaes e a evasão

Para alcançar os objetivos propostos foram utilizados a estatística descritiva, a qual auxilia na análise do comportamento dos dados, e realizados testes nas séries temporais para verificar a tendência das proxys valor pago total e evasão total, bem como identificar se estas séries são estacionárias e cointegradas. É importante enfatizar que as análises estatísticas foram realizadas no Software Gretl (*Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library*), versão com código fonte mais recente 'gretl-2023c.tar.xz' (<https://gretl.sourceforge.net>), o qual possui uma ampla variedade de funcionalidades para aceder facilmente e gerir grandes quantidades de dados.

### 5.3.1 Análise de Tendência (taxa de variação) e Estacionariedade (ADF) das séries

Uma série temporal é definida como um conjunto de observações que são ordenadas sequencialmente no tempo. Em termos estatísticos, uma série temporal é tipicamente composta por quatro componentes principais: 1. Tendência: é o padrão geral ou a direção que os dados estão tomando ao longo do tempo; 2. Variações cíclicas ou ciclo: são flutuações que ocorrem em intervalos regulares, mas não necessariamente em uma frequência anual fixa, como as flutuações dos ciclos econômicos; 3. Sazonalidade: é um padrão que se repete em intervalos fixos de tempo, geralmente um ano; 4. Movimentos irregulares ou ruído aleatório: são variações na série temporal que não podem ser explicadas pelos outros três componentes, pois são considerados como “ruído” ou “erro” e são aleatórios e imprevisíveis. Cabe ressaltar que esses componentes fornecem informações valiosas que podem ser usadas para modelar e prever valores futuros na série temporal (GUJARATI; PORTER, 2011).

Segundo Gujarati e Porter (2011), na elaboração de trabalhos que utilizam a análise de séries temporais, faz-se necessário verificar alguns pressupostos, tais como: 1. a série temporal subjacente deve ser estacionária, ou seja, suas propriedades estatísticas como a média e a variância são constantes ao longo do tempo; 2. quando a série temporal subjacente é não estacionária pode ocorrer autocorrelação, que é a correlação de uma série de tempo com ela mesma. 3. quando a regressão de uma série temporal sobre outra apresenta uma relação estatisticamente significativa, embora não haja uma relação teórica esperada entre as duas variáveis, esta é considerada uma regressão espúria; 4. algumas séries temporais financeiras exibem o fenômeno do passeio aleatório, isto é, as previsões são realizadas considerando a informação anterior da variável mais um choque aleatório (ou termo de erro), nessa situação, a previsão seria um exercício inútil; 5. Para que os modelos de regressão que envolvem dados de séries temporais possam ser utilizados para realizar previsões válidas, a série temporal subjacente não pode ser não estacionária; e 6. os testes de causalidade pressupõem que as séries temporais envolvidas na análise sejam estacionárias, no entanto, os testes de estacionariedade devem preceder os testes de causalidade para garantir a validade dos resultados.

Nesse contexto, a diferenciação entre séries temporais estacionárias e não estacionárias tem um aspecto crucial ligado à natureza da tendência (a evolução gradual de longo prazo da série temporal em questão) ser determinística ou estocástica. De maneira ampla, se a tendência em uma série temporal é uma função determinística do tempo, como o tempo, tempo ao quadrado, e assim por diante, ela é denominada tendência determinística; se

não é previsível, ela é denominada tendência estocástica (GUJARATI; PORTER, 2011).

Desse modo, conforme explicitado por Gujarati e Porter (2011), suponha que o modelo de série temporal seja evidenciado pela equação 3, onde  $u_t$  é um termo de erro de ruído branco e  $t$  é o tempo mensurado cronologicamente:

$$Y_t = \beta_1 + \beta_2 t + \beta_3 Y_{t-1} + u_t \quad (3)$$

Ao substituírmos na equação 3,  $\beta_1 = 0$ ;  $\beta_2 = 0$  e  $\beta_3 = 1$ , obteremos a equação 4, que é uma situação de passeio aleatório sem deslocamento, portanto, é não estacionária e a previsão realizada não será confiável.

$$Y_t = Y_{t-1} + u_t \quad (4)$$

Contudo, algumas séries devem ser diferenciadas antes que a hipótese de estacionariedade possa ser testada, como na equação 5 que a série foi diferenciada e se tornou estacionária, ou seja, um processo estacionário em diferença (PED):

$$\Delta Y_t = (Y_t - Y_{t-1}) = u_t \quad (5)$$

Se substituírmos, por sua vez, na equação 3,  $\beta_1 \neq 0$ ;  $\beta_2 = 0$  e  $\beta_3 = 1$ , teremos a equação 6, que é um passeio aleatório com deslocamento e, por conseguinte, não estacionário, precisando que a série seja diferenciada como na equação 7.

$$Y_t = \beta_1 + Y_{t-1} + u_t \quad (6)$$

$$(Y_t - Y_{t-1}) = \Delta Y_t = \beta_1 + u_t \quad (7)$$

$Y_t$  apresenta uma **tendência estocástica** que pode ser positiva ( $\beta_1 > 0$ ) ou negativa ( $\beta_1 < 0$ ), mas a não estacionariedade foi eliminada após a série ser diferenciada na equação 7, sendo também um PED.

Em relação a **tendência determinística**, substituiremos na equação 3,  $\beta_1 \neq 0$ ;  $\beta_2 \neq 0$  e  $\beta_3 = 0$ , e obteremos a equação 8 que se trata de um processo de tendência estacionária (PTE):

$$Y_t = \beta_1 + \beta_2 t + u_t \quad (8)$$

Nesse caso, a média de  $Y_t$  não é constante ( $\beta_1 + \beta_2 t$ ), mas a variância é, além disso, a média é prevista devido  $\beta_1$  e  $\beta_2$  serem conhecidos. Enfatiza-se que se subtrairmos de  $Y_t$  a média de  $Y_t$ , a série será estacionária, por isso é denominada de tendência estacionária.

Caso seja realizada a substituição na equação 3,  $\beta_1 \neq 0$ ;  $\beta_2 \neq 0$  e  $\beta_3 = 1$ , teremos a equação 9, a qual é um passeio aleatório com deslocamento e tendência determinística e, mesmo a série sendo diferenciada como na equação 10, mantém-se não estacionária.

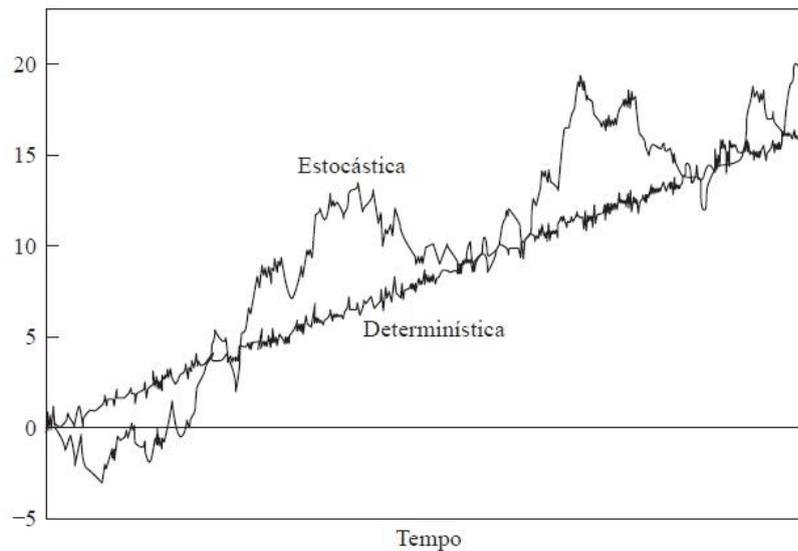
$$Y_t = \beta_1 + \beta_2 t + Y_{t-1} + u_t \quad (9)$$

$$\Delta Y_t = \beta_1 + \beta_2 t + u_t \quad (10)$$

Ao substituírmos na equação 3,  $\beta_1 \neq 0$ ;  $\beta_2 \neq 0$  e  $\beta_3 < 1$ , obteremos uma Tendência determinística com componente autorregressivo AR(1) estacionário, conforme a equação 11 que é igual a própria equação 3, então essa série é estacionária em torno de uma tendência determinística.

$$Y_t = \beta_1 + \beta_2 t + \beta_3 Y_{t-1} + u_t \quad (11)$$

Conforme ilustrado na Figura 7, na situação de uma tendência determinística, os desvios em relação à linha de tendência (que simboliza a média não estacionária) são estritamente aleatórias e terminam rapidamente, esses desvios não influenciam o desenvolvimento de longo prazo da série temporal, que é definido pelo componente tendencial. Em contrapartida, no cenário de uma tendência estocástica, o componente aleatório  $u_t$  tem um impacto significativo na trajetória de longo prazo da série  $Y_t$  (GUJARATI; PORTER, 2011).

**Figura 7** - Tendência determinística versus tendência estocástica

**Fonte:** Gujarati e Porter (2011)

De acordo com Gujarati e Porter (2011), os conceitos de não estacionariedade, passeio aleatório, raiz unitária e tendência estocástica podem ser considerados equivalentes. Portanto, é possível declarar que uma série temporal que possui uma raiz unitária pode se tornar estacionária através do processo de diferenciação.

Em suma, é crucial verificar a ordem de integração de cada componente do modelo de regressão selecionado para determinar se ela é não estacionária e quantas vezes necessita ser diferenciada para se transformar numa série estacionária. Além disso, se uma variável tiver raiz unitária, isto é, os pressupostos estatísticos de que a média e a variância devem ser constantes ao longo do tempo são infringidos, comprometendo assim os resultados alcançados com o uso de modelos econométricos, ela é não estacionária. Portanto, é imprescindível realizar o teste de raiz unitária, sendo os testes de raiz unitária de Dickey-Fuller ou Dickey-Fuller aumentado os mais empregados.

### 5.3.2 Cointegração (Engle-Granger) entre séries

Conforme Gujarati e Porter (2011), ao considerar que a regressão de uma série temporal não estacionária em outra série temporal não estacionária pode produzir uma regressão espúria, faz-se necessário realizar os testes de raiz unitária nas séries e no erro de ruído branco ( $u_t$ ) com o intuito de verificar se uma combinação linear, por exemplo, entre duas séries não estacionárias e o ( $u_t$ ) estacionário elimina a tendência estocástica em duas

séries e gera uma regressão significativa. Nessa situação, a regressão significativa ocorre devido as variáveis serem cointegradas, ou seja, são integradas de mesma ordem e “caminham juntas” e possuem entre elas uma relação de longo prazo ou de equilíbrio, embora possa ter desequilíbrio no curto prazo.

Nessa perspectiva, ao verificar a equação 12, identifica-se que é uma regressão de cointegração e o parâmetro de inclinação  $\beta_2$  é conhecido como parâmetro de cointegração.

$$Y_t = \beta_1 + \beta_2 t + u_t \quad (12)$$

Assim, estima-se uma regressão como a Equação 12 para obter os resíduos e usar os testes de raiz unitária, no entanto, como  $u_t$  estimado é baseado no parâmetro de Cointegração estimado  $\beta_2$ , os valores críticos dos testes de raiz unitária de Dickey-Fuller ou Dickey-Fuller aumentado não são muito apropriados, por isso, Engle e Granger elaboraram o Teste de cointegração Engle-Granger ou teste Engle-Granger aumentado que leva em consideração essa particularidade de testar a existência de uma raiz unitária nos resíduos.

### 5.3.3 Cointegração e mecanismo de correção de erro

Quando duas séries temporais são cointegradas, elas mantêm uma relação de estabilidade a longo prazo, apesar de poderem apresentar instabilidade a curto prazo. Nesse contexto, o termo de erro da relação entre essas duas variáveis pode ser interpretado como um erro de equilíbrio. Portanto, esse termo de erro pode ser empregado para conectar o comportamento da regressão estimada a curto prazo com o de longo prazo e o mecanismo de correção de erro (MCE) tem a capacidade de ajustar esse desequilíbrio (GUJARATI; PORTER, 2011).

Ainda segundo Gujarati e Porter (2011), Engle e Granger sugerem uma regressão de uma variável em relação a outras, empregando o método dos mínimos quadrados ordinários. Nesse contexto, o termo “erro de equilíbrio” se refere aos resíduos da equação cointegrada e como esses podem ajustar as estimativas dos parâmetros em análise. Assim, o MCE é uma maneira de harmonizar o comportamento de curto e longo prazo de uma determinada variável econômica. Como todas as variáveis do MCE são estacionárias, o modelo pode ser estimado de maneira eficiente pelo método dos mínimos quadrados ordinários e o teste de hipóteses padrão é válido.

## **6 ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS**

Esta seção é dedicada à apresentação e análise dos dados coletados durante a execução da pesquisa. Os resultados são apresentados de maneira estruturada, com o objetivo de responder às indagações propostas. A interpretação dos dados revelou uma série de descobertas relevantes sobre a trajetória acadêmica, a taxa de evasão, o perfil dos estudantes da Ufopa, as ações de assistência estudantil implementadas com o orçamento do Pnaes, o impacto da Pandemia de Covid-19 nas ações supracitadas e na evasão, bem como a relação funcional entre o orçamento executado nas ações de assistência estudantil e a taxa de evasão. Estes resultados são discutidos em detalhe nos tópicos subsequentes.

### **6.1 Trajetória acadêmica e a Evasão na Ufopa**

A Ufopa foi criada em um contexto no qual as instituições de ensino superior recém-criadas antecipavam a adoção de currículos inovadores, incorporando projetos alternativos para a experiência universitária. O objetivo era formar cidadãos com uma visão ampla, possibilitando a atuação dos egressos na resolução de problemas em um mundo complexo, sem restringir o profissional a buscar respostas apenas na sua área de formação. Desse modo, o projeto de criação da Ufopa delineou um perfil diferenciado para seus egressos, com ênfase na interdisciplinaridade.

Nessa perspectiva, quando a Ufopa foi implantada a estrutura acadêmica da universidade incluía a exigência de módulos formativos no primeiro semestre ministrados pelo Centro de Formação Interdisciplinar (CFI). Assim, a estrutura supracitada era organizada em ciclos, de modo que o primeiro ciclo englobava os cursos de licenciaturas plenas e bacharelados interdisciplinares, que possuem uma duração mais curta e o segundo era formado pelos cursos e bacharelados específicos de graduação (PEREIRA, 2018).

Contudo, em 2014, ocorreu uma alteração na trajetória acadêmica dos novos alunos da instituição, visto que começaram a ser ingressar diretamente no curso de sua escolha. Cabe ressaltar que essa reestruturação não mudou o princípio pedagógico da interdisciplinaridade na educação do aluno, pois o CFI continuou a promover a conexão entre as diversas áreas do conhecimento, contribuindo para a disponibilização de componentes curriculares para os cursos de graduação até o final de 2022 momento em que foi substituído pela criação do Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural (IFII).

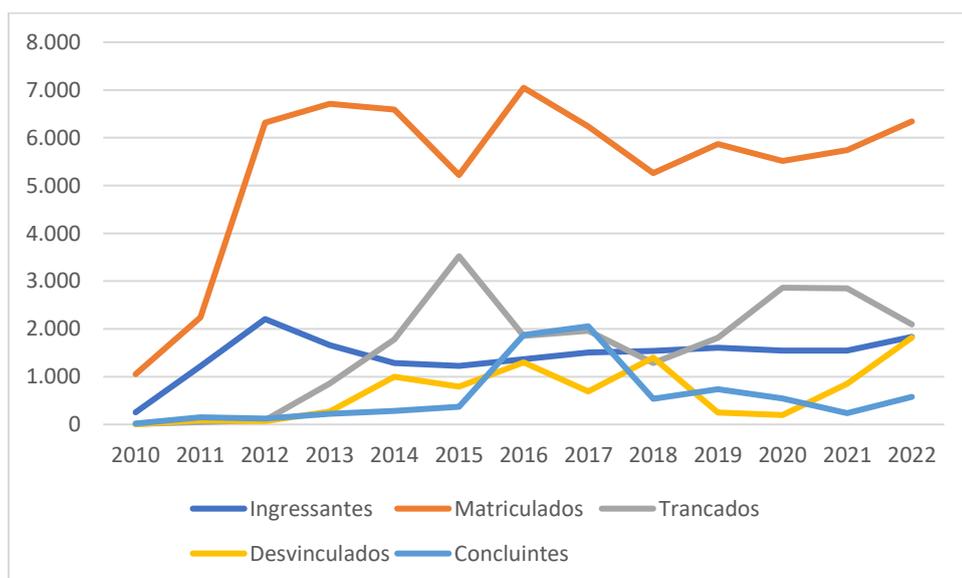
Quanto a análise dos dados alusivos à trajetória acadêmica, observa-se no Gráfico

1 que o quantitativo de ingresso de alunos na graduação, por meio dos três tipos de processos seletivos como o regular, o especial indígena e o especial quilombola, teve elevação mais expressiva no período de 2010 a 2012, momento em que estavam ingressando as primeiras turmas da Ufopa, e em 2022 houve um novo aumento devido as novas turmas do Forma Pará.

Além disso, a Ufopa apresentou uma evolução em termos de estudantes matriculados ao longo dos anos, registrando, em 2016, um pico de 7.046 matrículas, sendo que este aumento pode ser atribuído a uma variedade de fatores, incluindo a expansão dos programas acadêmicos oferecidos, especialmente, em outros municípios. No entanto, em 2022, houve uma redução no número de matrículas para 6.341. É importante notar que as flutuações no número de matrículas são comuns em instituições de ensino superior, pois são influenciadas pelos dados de estudantes que concluíram a graduação, trancaram ou evadiram.

No que se refere a quantidade de alunos trancados, verifica-se que a universidade tem uma alta estatística de retenção de discentes, especialmente, em 2015, 2020 e 2021, ou seja, esses discentes estavam com status ativo no sistema, mas não se matricularam em nenhum componente curricular. Os trancamentos de componentes são motivados por dificuldades de acompanhamento da disciplina, incompatibilidade de horário, não aceitação da metodologia do professor, perda de interesse pela disciplina e semestre com carga horária excessiva (UFOPA, 2019).

**Gráfico 1** - Evolução no quantitativo de alunos ingressantes, matriculados, concluintes, trancados e desvinculados da Ufopa, no período de 2010 a 2022



**Fonte:** Censo da Educação Superior, adaptado pela autora (2023)

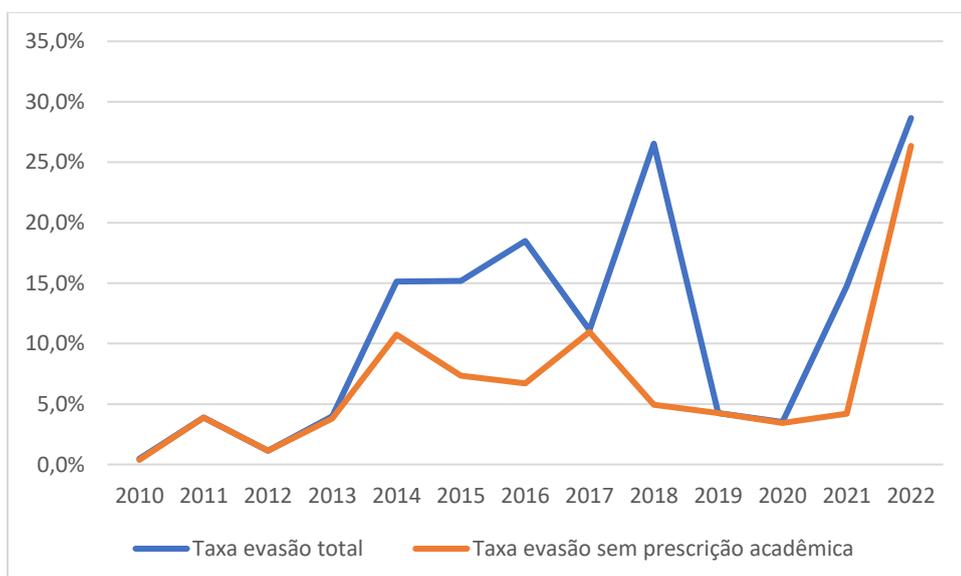
Por sua vez, o quantitativo de desvinculados/cancelados apresenta alguns picos devido aos editais de prescrição de vínculo institucional realizados nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2018 e 2022. Conforme o Gráfico 2, a taxa de evasão também é influenciada por esses editais, uma vez que a taxa considera na sua fórmula o número de estudantes cancelados.

Nesse contexto, ao levar em consideração a taxa de evasão total, observa-se no Gráfico 2 que o ano de 2022 apresentou o maior percentual de evasão, com 28,7%. Este foi seguido pelos anos de 2018, com 26,5%, 2016, com 18,5%, e 2014, com 15,1%. Esses índices elevados são atribuídos, especialmente, aos editais de prescrição, portanto, é possível afirmar que os referidos editais impactam significativamente na taxa de evasão total.

Em relação à avaliação da taxa de evasão sem prescrição, constata-se que o ano de 2022 registrou o maior percentual de desistência, com 26,4%, seguido pelos anos de 2017, com 11,0%, e 2014, com 10,8%. Ressalta-se que, mesmo sem considerar a prescrição, esse aumento na taxa de evasão em 2022 espelha o período da pandemia. Além disso, observa-se que os dados de desistência da Ufopa não correspondem à realidade de quando o estudante efetivamente deixou a graduação, dificultando a análise de correlação da evasão com outras variáveis.

Cabe destacar que são inúmeros os motivos que levam a essas taxas de evasão acadêmica elevadas na Ufopa, tais como problemas financeiros, pessoais e acadêmicos, por isso a importância da universidade ter uma política de assistência estudantil que contemple ações diversas que proporcione a permanência dos alunos na graduação.

**Gráfico 2** - Evolução da taxa de evasão acadêmica da Ufopa, no período de 2010 a 2022



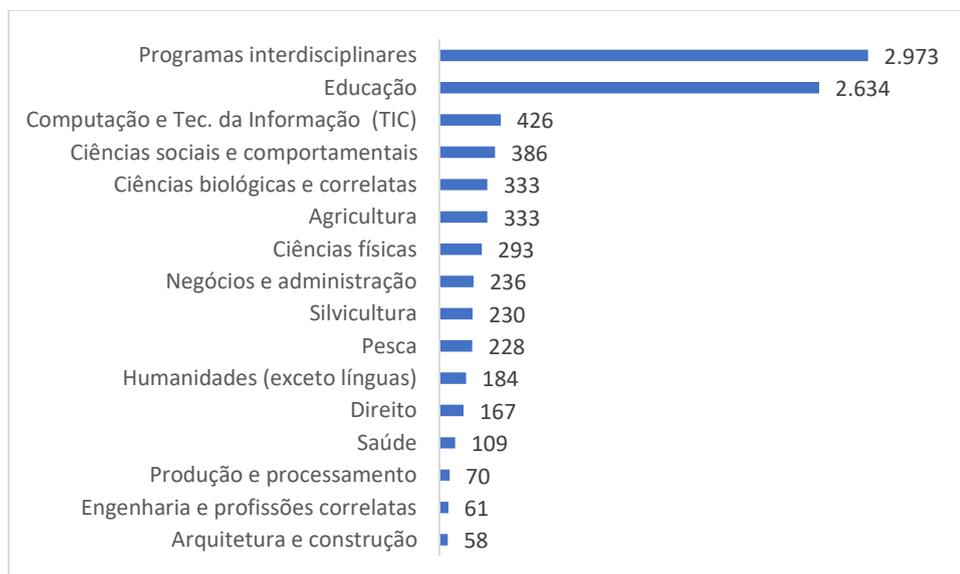
**Fonte:** Censo da Educação Superior e UFOPA, adaptado pela autora (2023)

Os cursos de graduação são agrupados em quatro níveis, de acordo com a Classificação Internacional Normalizada da Educação Adaptada para Cursos de Graduação e Sequenciais (Cine Brasil), do Inep, tais como área geral, área específica, área detalhada e rótulo. Desse modo, o Gráfico 3 evidencia o quantitativo de estudantes desvinculados por área específica.

Segundo o Gráfico 3, o modelo acadêmico interdisciplinar adotado pela Ufopa com o intuito de integrar diferentes áreas do conhecimento, não teve grande aceitação pelos discentes, pois 34,1% das desistências foram dos programas interdisciplinares que incluem o semestre de formação interdisciplinar e os cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, Ciências e Tecnologia das Águas, Ciência e Tecnologia, Ciências da Terra e Saúde. Essa desistência é preocupante, visto que sugere que os estudantes podem estar enfrentando dificuldades para se adaptar à abordagem interdisciplinar.

Ademais, os cursos na área de educação também apresentaram uma alta desistência, com 30,2%. Isso pode ocorrer devido a fatores como o mercado de trabalho, não identificação com a licenciatura ou a dificuldade em equilibrar as demandas do curso com outras responsabilidades. Os cursos na área de computação e tecnologias da informação, por sua vez, apresentaram um quantitativo de desistência relativamente baixa de 4,9% se comparado as duas áreas supracitadas, que pode ser atribuído a poucas vagas ofertadas, à crescente demanda por profissionais nessa área e à percepção de que esses cursos oferecem boas perspectivas de carreira.

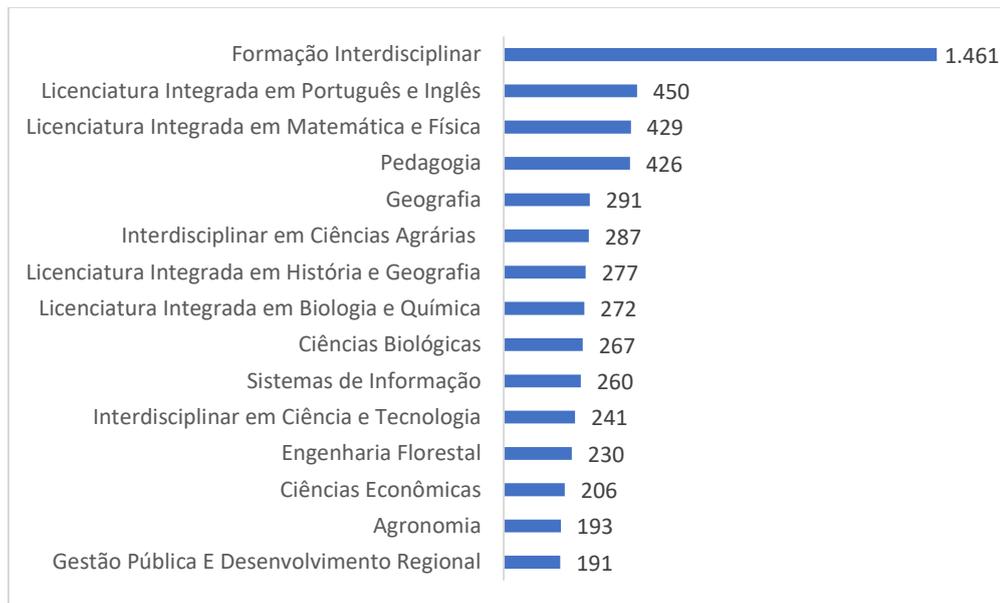
**Gráfico 3** - Quantitativo de alunos desvinculados por área de curso, no período de 2010 a 2022



**Fonte:** Censo da Educação Superior, adaptado pela autora (2023)

Após uma análise detalhada por curso, constata-se no Gráfico 4 que a Formação Interdisciplinar obteve o maior quantitativo de estudantes evadidos (1.461), representando 16,8% do total. Posteriormente, a Licenciatura Integrada em Português e Inglês apresentou um percentual de discentes desvinculados de 5,2%, a Licenciatura Integrada em Matemática e Física e o curso de Pedagogia também registraram uma desistência significativa se comparado aos demais cursos, com 4,9% dos alunos abandonando a graduação.

**Gráfico 4** - Quantitativo de alunos desvinculados por curso, no período de 2010 a 2022



**Fonte:** Censo da Educação Superior, adaptado pela autora (2023)

## 6.2 Perfil dos (as) estudantes da Ufopa

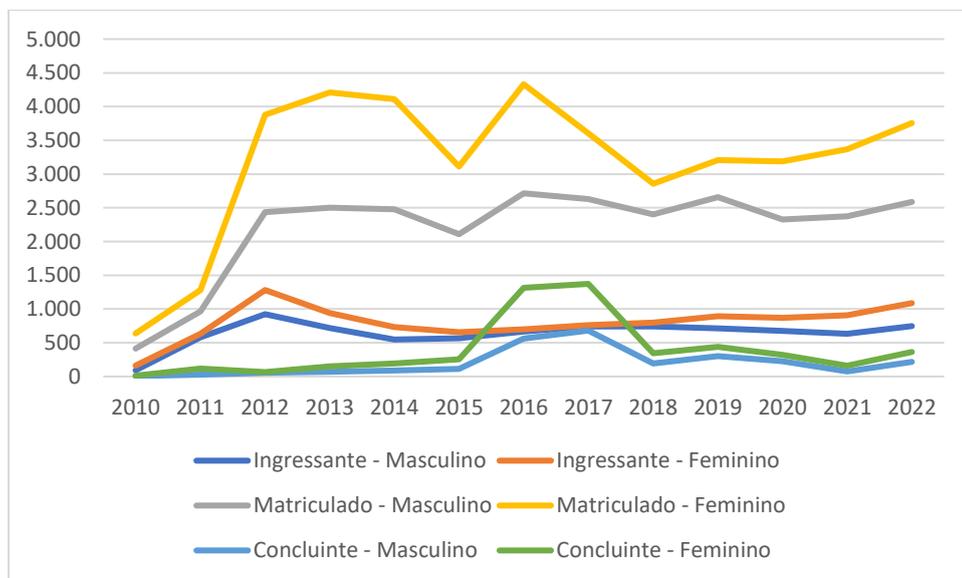
Conforme o Fornaprace (2019), é imprescindível que as Instituições Federais de Ensino Superior conheçam o perfil de seus discentes, pois com base nessas informações é possível atestar a relevância da continuidade da destinação de recursos orçamentários para a manutenção dos programas e iniciativas de apoio ao estudante, visando à permanência dos discentes em condição de vulnerabilidade nas universidades. Nesse sentido, as variáveis utilizadas para a análise do perfil dos estudantes da Ufopa incluem: sexo, faixa etária, cor ou raça e a participação no programa de reserva de vagas.

### 6.2.1 Sexo dos (as) estudantes

A respeito do perfil dos estudantes da Ufopa, verifica-se que em todo o período analisado o quantitativo de estudantes ingressantes, matriculadas e concluintes do sexo feminino é superior (Gráfico 5). Esse fato corrobora com os resultados da V Pesquisa Nacional sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Alunos das Instituições Federais de Ensino Superior, conduzida pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) a respeito de informações de 2018, onde também foi constatada a predominância de estudantes do sexo feminino nas Ifes, que pode ser explicada pelo fato de que estas já constituem a maioria absoluta também no nível do ensino médio. Por outro lado, os estudantes do sexo masculino que ingressam, evadem ou se formam no ensino médio, frequentemente, entram precocemente no mercado de trabalho (FONAPRACE, 2019).

Além disso, conforme dados do Censo Demográfico 2022, elaborado pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres correspondem a 51,5% da população brasileira. O Estado do Pará, onde a Ufopa está localizada, está se tornando majoritariamente composto pelo sexo feminino, representando 50,1% da população paraense (IBGE, 2022).

**Gráfico 5** - Alunos ingressantes, matriculados e concluintes por sexo, no período de 2010 a 2022



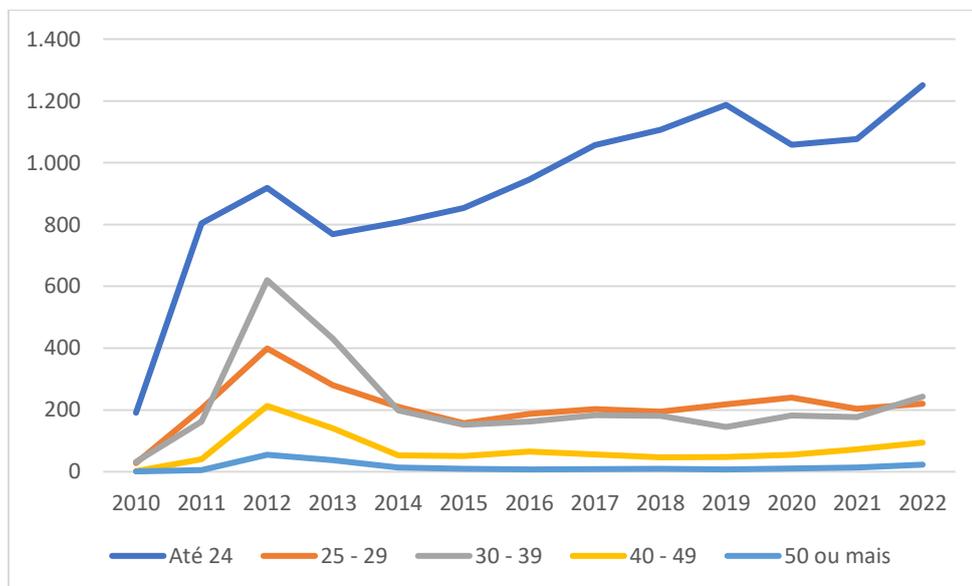
**Fonte:** Censo da Educação Superior, adaptado pela autora (2023)

### 6.2.2 Faixa etária dos (as) estudantes

Na distribuição dos estudantes ingressantes por faixas etárias (Gráfico 6), pode-se notar que, em todo o período analisado, há uma predominância na faixa até os 24 anos. Esse fato corrobora com a implementação das recentes políticas de acesso e permanência no ensino superior público e as ações afirmativas em vigor que possibilitaram a abertura da universidade aos jovens, em particular para os indivíduos provenientes de classes sociais desfavorecidas. Embora o acesso seja apenas uma das facetas de um processo mais abrangente de democratização da universidade, é um elemento essencial, pois desafia a Instituição de Ensino Superior a se autodefinir e a se materializar como um recurso público a serviço da comunidade (NIEROTKA, TREVISOL, 2016).

Em seguida, averígua-se que as faixas etárias subsequentes com o maior quantitativo de alunos ingressantes são de 25 a 29 anos e de 30 a 39 anos. Apesar de ter ocorrido um acréscimo notável no número de estudantes na faixa de 30 a 39 anos que adentraram na instituição nos anos de 2012 e 2013, há uma diferença ínfima entre essas faixas. Por fim, observa-se um ingresso extremamente reduzido de alunos com 50 anos ou mais.

**Gráfico 6** - Alunos ingressantes por faixa etária, no período de 2010 a 2022



**Fonte:** Censo da Educação Superior, adaptado pela autora (2023)

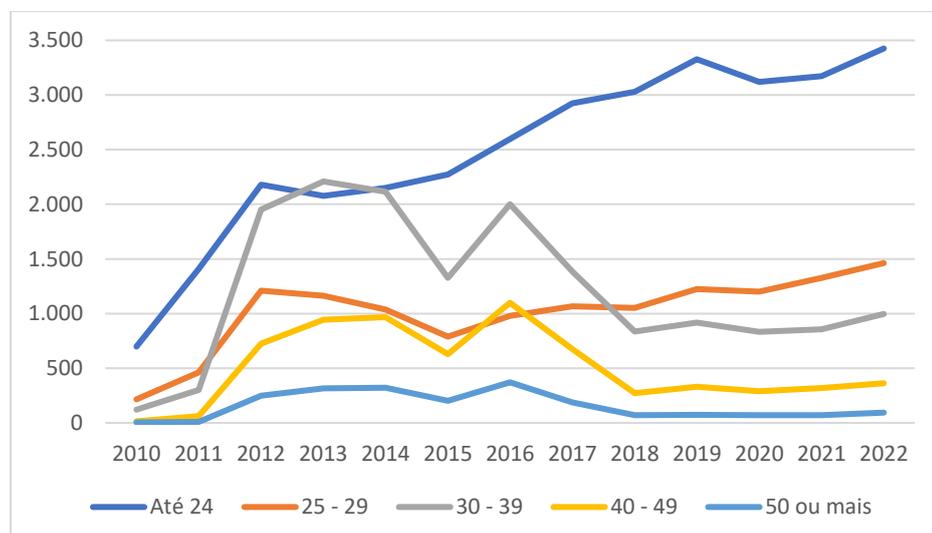
No que tange a faixa etária dos estudantes matriculados, mantém-se prevalescente os jovens até 24 anos (Gráfico 7). Essa informação reflete a aplicação da meta doze do Plano

Nacional de Educação que visa melhorar o acesso à educação superior e propõe elevar a Taxa Bruta de Matrícula para 50%, implicando que metade da população em idade universitária estaria matriculada em uma instituição de ensino superior. Além disso, a meta estipula um aumento na Taxa Líquida de Escolarização para 33% da população entre 18 e 24 anos, garantindo que um terço da população jovem esteja frequentando a universidade. Isso garante que mais estudantes tenham acesso a uma educação superior de qualidade, independentemente de sua situação socioeconômica (CARVALHO, OLIVEIRA, 2022).

Após análise, constata-se que as faixas etárias subsequentes com maior número de estudantes matriculados são aquelas entre 25 e 29 anos, bem como entre 30 e 39 anos, fato esperado considerando a faixa etária dos ingressantes. Embora tenha ocorrido um aumento significativo no número de alunos matriculados na faixa de 30 a 39 anos durante o período de 2012 a 2017, a partir de 2018, observa-se uma mudança no perfil dos estudantes matriculados. O quantitativo da faixa mencionada anteriormente diminuiu, enquanto o número de alunos na faixa de 25 a 29 anos aumentou a cada ano.

Essa transformação no perfil dos estudantes matriculados pode ter sido influenciada por diversos fatores, como mudanças nas políticas educacionais, inclusive referente a grade curricular dos cursos da Ufopa, oportunidades de emprego que não permitem conciliar com cursos presenciais ofertados em horário comercial, ou até mesmo a dinâmica demográfica e familiar da população. Além disso, é importante considerar como essas mudanças impactam o sistema educacional e como as instituições de ensino se adaptam para atender às necessidades desses diferentes grupos etários.

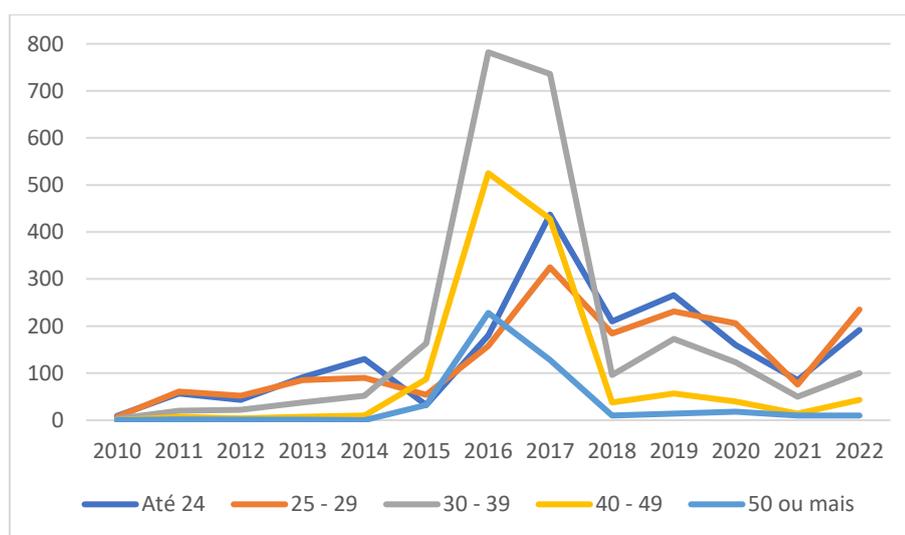
**Gráfico 7** - Alunos matriculados por faixa etária, no período de 2010 a 2022



**Fonte:** Censo da Educação Superior, adaptado pela autora (2023)

Considerando que a maioria dos cursos da Ufopa tem uma duração padrão de cinco anos e a maior parte dos estudantes ingressantes e matriculados tem até 24 anos, presume-se que a maioria dos concluintes esteja nesta faixa ou na de 25 a 29 anos, conforme observado nos anos de 2010 a 2014 e 2018 a 2022 (Gráfico 8). No entanto, entre 2015 e 2017, notou-se um aumento de graduados nas faixas etárias de 30 a 39 anos e 40 a 49 anos. Este fenômeno sugere que os estudantes mais jovens podem ter trancado seus estudos ou abandonado a universidade durante o período em que ingressaram na Ufopa sem um curso pré-definido e iniciaram os estudos no curso intitulado “Formação Interdisciplinar” (Gráfico 4). Durante o primeiro ano da graduação dos ingressantes de 2010 a 2013, os discentes precisavam passar por dois processos seletivos internos: o primeiro para determinar o instituto e o segundo para escolher o curso. No entanto, nem sempre os estudantes conseguiam se matricular no curso almejado e evadiam.

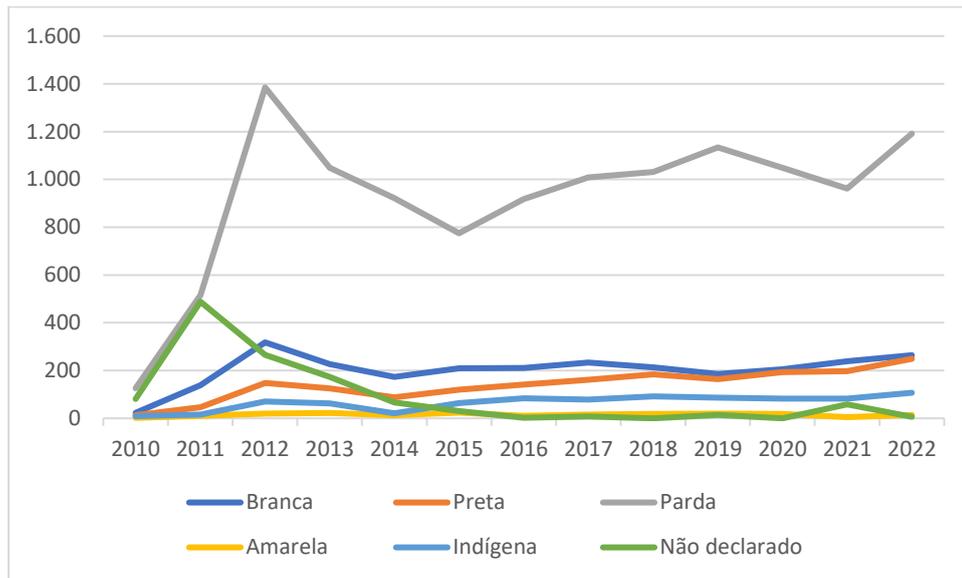
**Gráfico 8** - Alunos concluintes por faixa etária, no período de 2010 a 2022



**Fonte:** Censo da Educação Superior, adaptado pela autora (2023)

### 6.2.3 Cor ou raça dos (as) estudantes

Em relação ao perfil de cor/raça dos ingressantes, o Gráfico 9 apresenta uma clara tendência entre os alunos ingressantes na Ufopa, visto que a maioria se autodeclara como parda, seguido por estudantes brancos e pretos em todo o período analisado. Essa diversidade étnica reflete a composição da região e as políticas de acesso à educação superior. Enfatiza-se que no ano de 2022, os ingressantes pardos representaram 65% do total, os brancos corresponderam a 14,4%, os pretos a 13,6% e os indígenas a 5,8%.

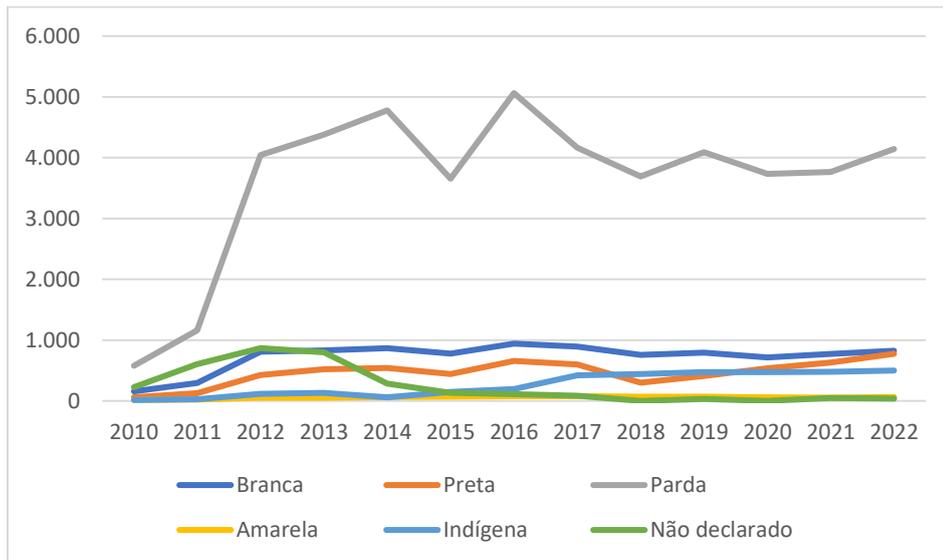
**Gráfico 9** - Alunos ingressantes por cor/raça, no período de 2010 a 2022

**Fonte:** Censo da Educação Superior, adaptado pela autora (2023)

Conforme esperado após analisar o perfil dos ingressantes, verifica-se através do Gráfico 10 que a maioria dos alunos matriculados se autodeclaram pardos, seguido, respectivamente, por brancos, pretos e indígenas. Ao analisar o ano de 2018, mesmo parâmetro da V Pesquisa Nacional sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Alunos das Instituições Federais de Ensino Superior, verifica-se que 70,2% são estudantes pardos, 14,4% brancos, 8,4% indígenas, 5,7% autodeclarados pretos e 1,3% da cor amarela. É interessante notar que em 2022 o percentual de estudantes matriculados brancos (13,0%) e pretos (12,2%) ficaram próximos, evidenciando uma diminuição dos estudantes brancos e crescimento dos autodeclarados pretos, enquanto o percentual de estudantes pardos reduziu para 65%.

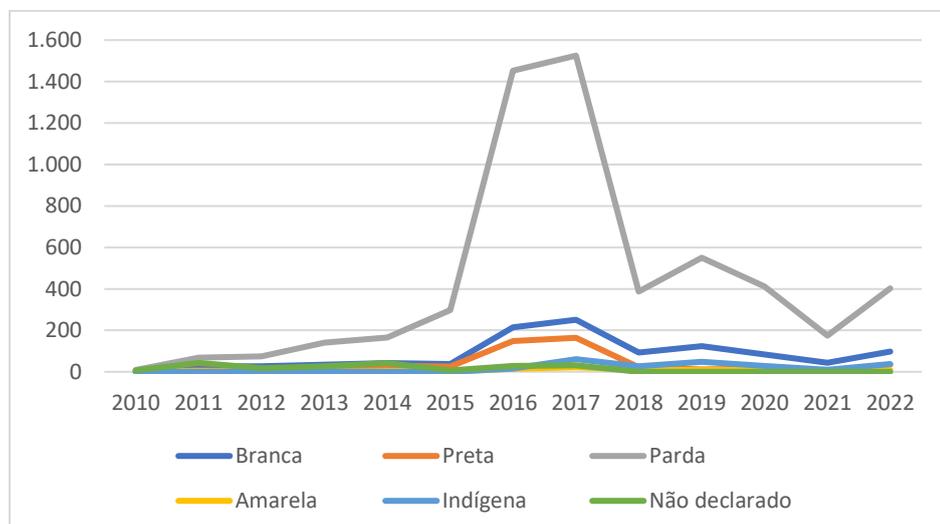
A Ufopa desempenha um papel importante ao proporcionar oportunidades de ensino superior para diferentes grupos étnicos, contribuindo para a promoção da igualdade e inclusão. Além disso, a proximidade dos percentuais entre estudantes brancos e pretos em 2022 sugere uma mudança positiva na permanência na educação superior, com mais representatividade para grupos historicamente sub-representados.

Contudo, é fundamental que a Ufopa continue a investir em políticas de inclusão e combate ao racismo, garantindo que todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades e se sintam acolhidos na comunidade acadêmica. A promoção de debates, eventos e ações afirmativas pode contribuir para fortalecer a diversidade e a consciência sobre a importância da equidade racial no ambiente universitário.

**Gráfico 10** - Alunos matriculados por cor/raça, no período de 2010 a 2022

**Fonte:** Censo da Educação Superior, adaptado pela autora (2023)

Embora os percentuais de estudantes matriculados que se autodeclaram brancos e pretos sejam bastante próximos, com base no Gráfico 7 é possível observar que quando avaliado o percentual de concluintes, constata-se uma diferença significativa: os estudantes da cor preta representam 5,9%, enquanto os brancos correspondem a 16,9%. Esses dados evidenciam que, apesar de ter havido uma facilitação no acesso de estudantes pretos às universidades, muitos deles não estão conseguindo concluir a graduação. Essa disparidade merece atenção e reflexão, pois revela desafios persistentes que precisam ser enfrentados para garantir a igualdade de oportunidades e o sucesso acadêmico de todos os estudantes.

**Gráfico 11** - Alunos concluintes por cor/raça, no período de 2010 a 2022

**Fonte:** Censo da Educação Superior, adaptado pela autora (2023)

#### 6.2.4 Reserva de vagas para os (as) estudantes

De acordo com os dados apresentados na V Pesquisa Nacional sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Alunos das Ifes, a democratização do acesso às Instituições Federais de Ensino Superior resultou em transformações significativas no corpo discente ao longo da última década. Os dados salientaram que 70,2% dos estudantes dessas instituições pertencem a famílias cuja renda per capita é de até um salário mínimo e meio, 51,2% se autodeclararam negros ou pardos, e 64,7% concluíram o ensino médio de maneira integral em escolas públicas. Esses indicadores destacam um grupo considerável de estudantes que podem se beneficiar do Programa Nacional de Assistência Estudantil, indicando a necessidade de investimentos substanciais neste programa (SANTOS, LIRA, 2023).

O ingresso nas universidades públicas brasileiras tem passado por transformações significativas no que diz respeito à representatividade étnico-racial. Segundo os dados do Censo da Educação Superior, no ano de 2022, 55.371 estudantes ingressaram por meio de cotas étnico-raciais, o que representa um aumento de 167% em relação a anos anteriores. Esse contingente de cotistas fica atrás apenas dos estudantes provenientes de escolas públicas, que totalizaram 99.866 ingressantes. Dentre os cotistas, 45.226 apresentavam renda per capita inferior a um salário mínimo e meio. Esses números refletem os esforços das políticas de ação afirmativa em promover maior inclusão e diversidade nas instituições de ensino superior.

A priori, é imprescindível salientar que a inclusão de alunos por intermédio da Lei de cotas não resultou em um aumento no quantitativo total de vagas ofertadas nas instituições de ensino. Este aspecto é vital para compreender a natureza e a operacionalização desta legislação. Desse modo, o procedimento adotado foi a destinação de um quantitativo específico dessas vagas preexistentes para os jovens candidatos que são favorecidos pelas cotas. Esta estratégia garante que uma fração dessas oportunidades seja alocada exclusivamente para esses discentes, fomentando, assim, uma maior equidade e pluralidade no cenário acadêmico.

A Ufopa adota, no processo seletivo anual, as notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) dos últimos dois anos anteriores ao processo como critério de ingresso na universidade. Esse procedimento ocorre em dois momentos distintos: um para o processo seletivo regular de ampla concorrência e outro para os candidatos que se enquadram nas cotas sociais. Essas cotas abrangem oito grupos, incluindo alunos provenientes de escolas públicas, indivíduos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, conforme o Quadro 5. Adicionalmente, a UFOPA promove processos seletivos especiais

destinados a candidatos quilombolas e indígenas, todos definidos por meio de editais específicos (PANTOJA, 2020).

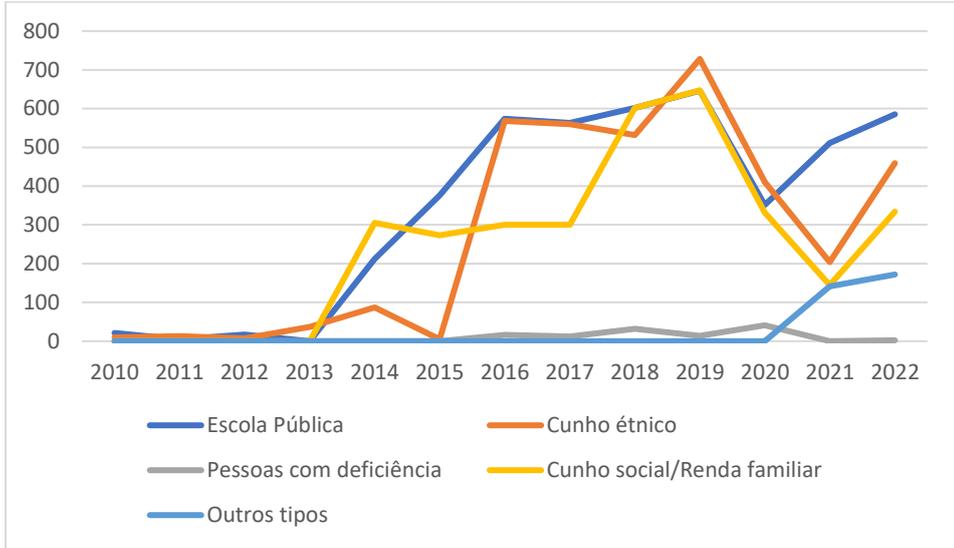
**Quadro 5** - Grupos de reservas de vagas na Ufopa

<b>Grupos</b>	<b>Requisitos</b>
G1	Vagas reservadas a candidatos <b>sem deficiência</b> que cursaram <b>integralmente</b> o ensino médio em <b>escola pública</b> , ou sejam abrangidos pelos casos previstos na Portaria MEC n. 9/2017, que tenham renda familiar bruta <b>igual ou inferior</b> a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita e que <b>não se autodeclararem</b> pretos, pardos ou indígenas.
G2	Vagas reservadas a candidatos <b>sem deficiência</b> que cursaram <b>integralmente</b> o ensino médio em <b>escola pública</b> , ou sejam abrangidos pelos casos previstos na Portaria MEC n. 9/2017, que tenham renda familiar bruta <b>igual ou inferior</b> a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita e <b>que se autodeclararem</b> pretos, pardos ou indígenas.
G3	Vagas reservadas a candidatos <b>com deficiência (PcD)</b> que cursaram <b>integralmente</b> o ensino médio em <b>escola pública</b> , ou sejam abrangidos pelos casos previstos na Portaria MEC n. 9/2017, que tenham renda familiar bruta <b>igual ou inferior</b> a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita e que <b>não se autodeclararem</b> pretos, pardos ou indígenas.
G4	Vagas reservadas a candidatos <b>com deficiência (PcD)</b> que cursaram <b>integralmente</b> o ensino médio em <b>escola pública</b> , ou sejam abrangidos pelos casos previstos na Portaria MEC n. 9/2017, que tenham renda familiar bruta <b>igual ou inferior</b> a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita e <b>que se autodeclararem</b> pretos, pardos ou indígenas.
G5	Vagas reservadas a candidatos <b>sem deficiência</b> que cursaram <b>integralmente</b> o ensino médio em <b>escola pública</b> , ou sejam abrangidos pelos casos previstos na Portaria MEC n. 9/2017, que tenham renda familiar bruta <b>superior</b> a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita e que <b>não se autodeclararem</b> pretos, pardos ou indígenas.
G6	Vagas reservadas a candidatos <b>sem deficiência</b> que cursaram <b>integralmente</b> o ensino médio em <b>escola pública</b> , ou sejam abrangidos pelos casos previstos na Portaria MEC n. 9/2017, que tenham renda familiar bruta <b>superior</b> a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita e <b>que se autodeclararem</b> pretos, pardos ou indígenas
G7	Vagas reservadas a candidatos <b>com deficiência (PcD)</b> que cursaram <b>integralmente</b> o ensino médio em <b>escola pública</b> , ou sejam abrangidos pelos casos previstos na Portaria MEC n. 9/2017, que tenham renda familiar bruta <b>superior</b> a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita e que <b>não se autodeclararem</b> pretos, pardos ou indígenas.
G8	Vagas reservadas a candidatos <b>com deficiência (PcD)</b> que cursaram <b>integralmente</b> o ensino médio em <b>escola pública</b> , ou sejam abrangidos pelos casos previstos na Portaria MEC n. 9/2017, que tenham renda familiar bruta <b>superior</b> a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita e <b>que se autodeclararem</b> pretos, pardos ou indígenas.

Fonte: UFOPA (2024)

Nessa perspectiva, conforme ilustrado no Gráfico 12, é perceptível que na Ufopa houve um aumento de estudantes ingressantes beneficiados pela política de ação afirmativa, implementada através da Lei de Cotas n° 12.711, datada de 29 de agosto de 2012, especialmente, durante o período de 2013 a 2019. Esse acréscimo ocorreu principalmente devido à inclusão de estudantes provenientes de escolas públicas e aqueles selecionados por cotas de cunho étnico e/ou social que fazem parte dos grupos citados no Quadro 5.

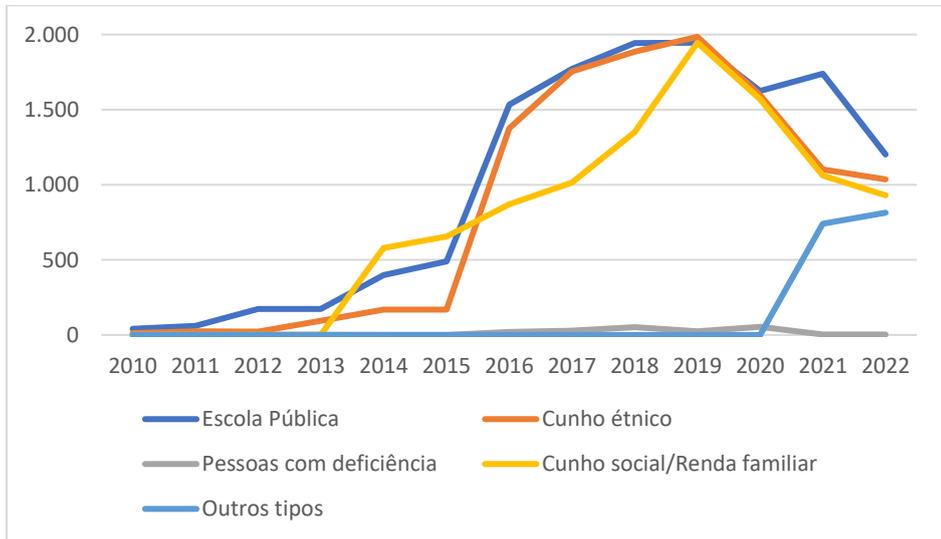
**Gráfico 12** - Alunos ingressantes que participaram do programa de reserva de vagas, no período de 2010 a 2022



**Fonte:** Censo da Educação Superior, adaptado pela autora (2023)

No que concerne ao programa de reservas de vagas, é relevante observar que em 2010 apenas 55 estudantes matriculados ingressaram na universidade por meio de algum tipo de reserva de vagas. Contudo, esse número aumentou significativamente nos anos seguintes: em 2013, 270 alunos matriculados entraram através desse programa, marcando um aumento de 389%; já em 2019, esse número atingiu seu auge, totalizando 2.619 estudantes. Apesar desse crescimento expressivo, é notável que, mesmo nesse último ano mencionado, os estudantes matriculados que ingressaram por meio de reserva de vagas ainda representavam 44,6% do total de matriculados.

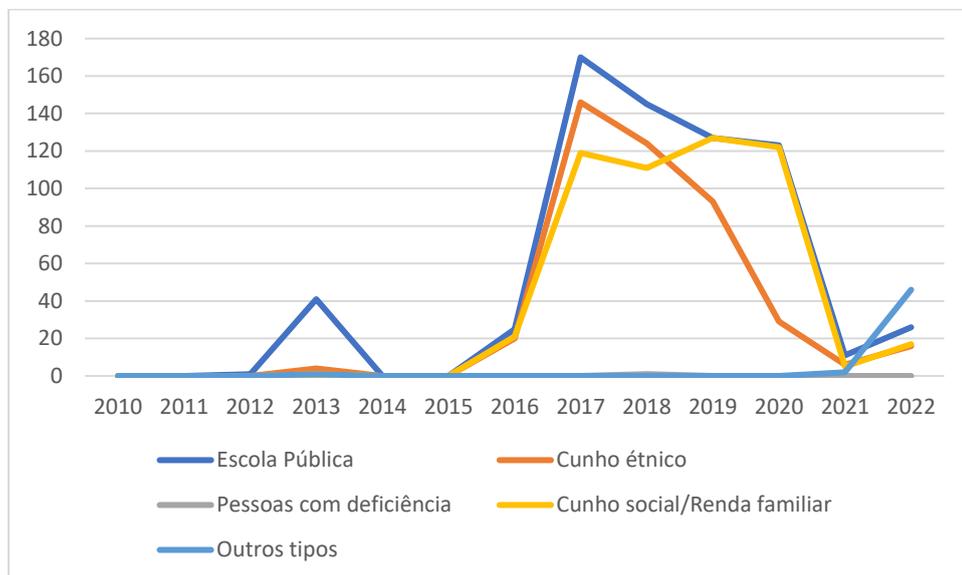
**Gráfico 13** - Alunos matriculados que participaram do programa de reserva de vagas, no período de 2010 a 2022



**Fonte:** Censo da Educação Superior, adaptado pela autora (2023)

Conforme o Gráfico 14, a partir de 2016, notou-se a formação de estudantes que ingressaram por meio do sistema de reserva de vagas, embora o número inicial tenha sido modesto, essa tendência se consolidou ao longo dos anos. Em 2017, esse número atingiu seu máximo entre os estudantes provenientes de escolas públicas, seguidos pelos critérios étnicos e socioeconômicos. É relevante destacar que, em 2019, ocorreu uma transformação no perfil dos estudantes cotistas, visto que o quantitativo de estudantes concluintes beneficiados pelo programa de reserva de vagas com base em critérios socioeconômicos superou o número de estudantes beneficiados pelo critério étnico.

**Gráfico 14** - Alunos concluintes que participaram do programa de reserva de vagas, no período de 2010 a 2022



**Fonte:** Censo da Educação Superior, adaptado pela autora (2023)

#### 6.2.5 Estudantes assistidos com o orçamento do Pnaes

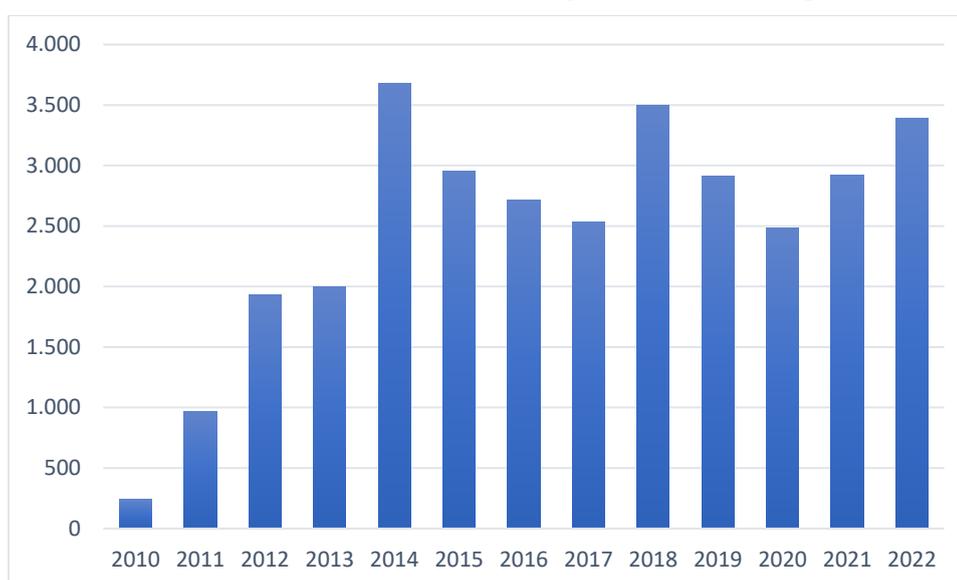
O quantitativo de estudante beneficiado com orçamento do Pnaes está estritamente relacionado a dotação orçamentária recebida através da LOA, ao valor das bolsas e auxílios, bem como ao orçamento destinado ao Restaurante universitário a partir de 2020. Ressalta-se que o número de beneficiários foi maior no ano de 2014, contemplando 3.678 alunos e nos anos posteriores houveram sucessivas reduções.

Com o intuito de aumentar o quantitativo de beneficiários foi realizada a implementação da Portaria N° 186/GR/UFOPA, de 25 de abril de 2019, que definiu os critérios para a concessão de auxílios estudantis pagos com o orçamento do Pnaes, redefinindo o valores de algumas bolsas e estabelecendo o teto individual de acumulação de

auxílios no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), observadas algumas exceções previstas na Portaria.

Percebe-se no Gráfico 15 que essa medida foi eficaz para aumentar o número de alunos contemplados com o recurso supracitado, visto que embora tenha reduzido o quantitativo em 2020, sem considerar os estudantes contemplados com o Restaurante universitário, nos anos seguinte aumentou os beneficiários de bolsas e/ou auxílios estudantis mesmo considerando os cortes orçamentários ocorridos na Ufopa.

**Gráfico 15** - Quantitativo de estudantes assistidos com o orçamento do Pnaes, no período de 2010 a 2022



**Fonte:** Tesouro Gerencial/Siafi, adaptado pela autora (2023)

\*Não considera os estudantes que frequentam o Restaurante Universitário.

Em relação ao perfil dos estudantes beneficiados pelas ações de assistência estudantil na Ufopa, os resultados do estudo conduzido por Pantoja (2020) revelaram informações relevantes. A pesquisa, baseada em questionários aplicados a cem alunos da sede, desconsiderando os demais campi, destaca o seguinte: 70% dos estudantes assistidos pertence a um grupo jovem, com idades predominantemente entre 18 e 25 anos. Além disso, 15% dos estudantes estão na faixa etária de 26 a 30 anos, 9% estão entre 36 e 40 anos, e 6% estão na faixa de 31 a 35 anos. Esses dados evidenciam que a maioria dos estudantes beneficiados pela assistência estudantil é composta por jovens que, ainda sem uma formação profissional consolidada, muitas vezes residem com os pais e enfrentam desafios financeiros. O auxílio estudantil desempenha um papel crucial para que esses alunos possam prosseguir com seus cursos de graduação e alcançar seus objetivos educacionais, evitando, portanto, a

evasão acadêmica.

Ademais, 74% dos estudantes beneficiados com as ações de assistência estudantil ingressaram por meio do processo seletivo regular (PSR) de ampla concorrência. Em contraste, o processo seletivo especial (PSE) quilombola representou 12%, enquanto o processo seletivo especial indígena correspondeu a 11%. No entanto, quando analisado por sistema de cotas sociais, o qual considera os critérios socioeconômicos, étnicos e pessoas com deficiência, percebeu-se que o quantitativo foi significativamente menor, representando apenas 3% do total (PANTOJA, 2020).

Dessa forma, ao comparar os resultados da pesquisa de Pantoja (2020) e o perfil dos estudantes em geral da Ufopa, verifica-se que a faixa etária dos estudantes matriculados e dos assistidos com ações de assistência estudantil mantém-se prevalescente os jovens de até 24 anos. Quanto a forma de ingresso na universidade, averiguou-se que a predominância é de estudantes assistidos que ingressaram pelo processo seletivo regular, embora que a universidade participe de programas de reservas de vagas, o que corrobora com as informações do Gráfico 18 que evidencia uma maior execução orçamentária do Pnaes em auxílio para alunos ingressantes pelo PSR.

### **6.3 Orçamento do Pnaes**

#### **6.3.1 Orçamento destinado a Educação Superior e ao PNAES**

O montante total de orçamento destinado à educação superior não é regida por uma matriz de distribuição específica. O Ministério da Educação recebe uma proposta de valor monetário que serve como referência para elaborar o Projeto de Lei Orçamentária, assim, neste momento defini, sem um parâmetro publicizado, o orçamento alocado para os programas educacionais, incluindo a educação básica e superior. A partir dessa definição, o MEC utiliza internamente a matriz andifes e do Pnaes para ratear o recurso designado para a educação superior entre as universidades federais, como no caso da Ufopa.

Portanto, na ausência de um critério estabelecido para a divisão do orçamento público entre os ministérios e programas governamentais, o governo tem a possibilidade de alocar recursos de acordo com a disponibilidade orçamentária e em conformidade com as prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. É importante enfatizar que o orçamento destinado ao Ministério da Educação é também uma consequência do nível de prioridade que o governo em exercício atribui à educação.

Nessa perspectiva, constata-se na Tabela 1 que ocorreram aumentos sucessivos no valor empenhado do orçamento da educação superior no período de 2010 a 2015, momento em que estava ocorrendo maior despesa com a expansão e reestruturação das Ifes, bem como a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil. Conforme evidencia a pesquisa de Lozano *et. al.* (2020), nos governos de Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016), especialmente até 2015, houve um avanço significativo no que tange a esse nível de escolaridade.

No entanto, verifica-se ainda na Tabela 1, que o valor empenhado para a Educação Superior reduziu significativamente no período de 2016 a 2021, fato que pode ser explicado devido o Brasil ter passado por uma grave crise política e econômica que culminou no impeachment da ex-presidente Dilma, em função das pedaladas fiscais. Além disso, foi implementada a EC 95/2016 que definiu o teto de gastos para as despesas discricionárias e os investimentos nas Ifes (LOZANO *et. al.*, 2020). Posteriormente, teve a pandemia de Covid-19 (2020-2021), que impactou no funcionamento administrativo e acadêmico das universidades, inclusive, com algumas atividades presenciais suspensas.

**Tabela 1** - Valor empenhado do orçamento da Educação Superior e do PNAES, no período de 2010 a 2022.

Ano	Valor Empenhado - Orçamento da Educação Superior	Var. (%) em relação ao ano anterior	Valor Empenhado - Orçamento do Pnaes	Var. (%) em relação ao ano anterior
2010	6.472.821.607,25		307.450.211,64	
2011	8.182.010.419,10	26,4%	401.113.697,04	30,5%
2012	9.745.073.138,21	19,1%	512.809.338,68	27,8%
2013	11.855.453.239,45	21,7%	637.604.349,32	24,3%
2014	12.164.305.205,96	2,6%	713.567.760,01	11,9%
2015	13.830.729.784,56	13,7%	843.707.334,12	18,2%
2016	12.844.290.428,36	-7,1%	951.874.876,91	12,8%
2017	11.342.298.086,34	-11,7%	953.696.763,55	0,2%
2018	11.378.696.586,55	0,3%	956.886.045,75	0,3%
2019	11.241.963.998,95	-1,2%	1.053.038.221,86	10,0%
2020	10.139.945.574,04	-9,8%	1.010.985.617,67	-4,0%
2021	8.760.928.269,19	-13,6%	841.805.000,17	-16,7%
2022	10.195.648.867,53	16,4%	983.967.057,06	16,9%

**Fonte:** SIOP, adaptado pela autora (2023)

Nesse cenário, é imperativo salientar que o orçamento do Pnaes também teve uma trajetória de aumentos e cortes, sendo que na maioria dos anos analisados, a variação de crescimento foi superior ao do montante da Educação Superior (Tabela 1). Dessa forma, é

possível afirmar que para sustentar esse crescimento do Pnaes foi necessário realizar mais reduções em outras despesas discricionárias de custeio e capital, isso dificultou manter o pleno funcionamento das atividades administrativas e de ensino, pesquisa e extensão. Na Ufopa, por exemplo, optou-se por fazer supressões de até 25% em contratos, e não interferir nas atividades acadêmicas da instituição. Além do mais, verifica-se que o Pnaes só teve cortes orçamentários no período da pandemia, em seguida voltou a crescer, embora não tenha voltado ao patamar de 2019.

### 6.3.2 Descrição da Dotação e Execução Orçamentária do Pnaes na Ufopa

A Ufopa começou a receber orçamento referente ao Pnaes em 2010, ano em que iniciaram as atividades acadêmicas na universidade e foi instituído o decreto que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Conforme a Tabela 2, a Ufopa recebeu R\$ 495.832,00 para implementar as ações de assistência estudantil como o Programa de Bolsa Permanência.

Nessa perspectiva, segundo consta no Relatório de Gestão do exercício de 2010, o orçamento foi destinado a este programa para atender estudantes em situação de vulnerabilidade social a partir da disponibilização de auxílio-transporte, moradia, alimentação, didático pedagógica, bem como atividades esportivas e participação em eventos acadêmicos (UFOPA, 2011).

Observou-se que em 2011 e 2012 ocorreram aumentos significativos no montante repassado a universidade, cerca de 303,4% e 150,0% respectivamente. Nesse período começaram a ser executadas novas ações de assistência estudantil, como bolsas de monitoria, pesquisa, extensão e língua estrangeira e auxílio para mobilidade acadêmica nacional.

Ademais, devido a conjuntura de cortes no orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior, a Ufopa teve reduções no recurso do Pnaes nos anos de 2020 e 2021, resultando em um corte de 23,4% no acumulado, assim, embora que em 2022 tenha ocorrido um aumento de 16,0% não foi suficiente para igualar ao recurso recebido antes das reduções orçamentárias. Esse período coincide com a pandemia da Covid-19, onde as aulas presenciais precisaram ser suspensas e, portanto, a universidade instituiu ações de assistência estudantil que visassem minimizar o impacto da pandemia na evasão acadêmica, como oferecer auxílio alimentação para estudantes dos campi em condição de fragilidade econômica, aumentar o quantitativo de refeições disponibilizadas no restaurante universitário da sede e o auxílio para inclusão digital.

**Tabela 2** - Dotação orçamentária do Pnaes na Ufopa, no período de 2010 a 2022

<b>Ano</b>	<b>Dotação Orçamentária</b>	<b>Var. (%) em relação ao ano anterior</b>
2010	495.832	
2011	2.000.000	303,4%
2012	5.000.000	150,0%
2013	5.954.000	19,1%
2014	5.828.400	-2,1%
2015	7.585.565	30,1%
2016	8.281.803	9,2%
2017	8.021.179	-3,1%
2018	8.063.962	0,5%
2019	8.804.659	9,2%
2020	8.510.275	-3,3%
2021	6.795.948	-20,1%
2022	7.885.059	16,0%
<b>Total</b>	<b>83.226.682</b>	

**Fonte:** Tesouro Gerencial/Siafi, adaptado pela autora (2023)

De acordo com a Tabela 3, a Ufopa empenhou 100% do orçamento do Pnaes, em relação a dotação atualizada, em quase todos os exercícios financeiros, o que demonstra que é elaborado um planejamento das ações a serem realizadas no decorrer do ano. Além disso, é possível empenhar orçamento em editais cuja vigência ultrapasse o exercício, assim, o valor que foi empenhado e não houve o pagamento será inscrito e executado como restos a pagar no ano seguinte. É importante destacar que o orçamento que não for empenhado deve ser devolvido ao Tesouro Nacional.

Ainda conforme a Tabela 3, verifica-se que o valor liquidado total e o valor pago total são iguais em alguns anos, mostrando que a liquidação ocorreu no mesmo exercício que o pagamento. Contudo, em 2015, por exemplo, o valor liquidado total foi superior ao valor empenhado e o pago total, isso significa que é plausível realizar contratação de bolsistas, serviços ou aquisição de materiais e equipamentos superior ao valor recebido no exercício financeiro desde que tenha saldo de empenho de anos anteriores, bem como o pagamento ocorrer no exercício posterior, o que geralmente acontece quando a liquidação ocorre no mês de dezembro.

Ademais, constata-se que a Ufopa executou em 2018 o maior montante de recurso do Pnaes, no valor de R\$ 9.267.723,00, seguido por 2022 na monta de R\$ 8.349.316,00, e 2019 com a soma de R\$ 8.095.455,00. Enfatiza-se que os anos de 2021 e 2020 que tiveram a pandemia e os cortes orçamentários, apresentaram o quinto e o sexto melhor resultado de execução, respectivamente R\$7.424.291,00 e R\$7.134.200,00, devido, especialmente, a

presença de restos a pagar.

**Tabela 3** - Execução orçamentária do Pnaes na Ufopa, no período de 2010 a 2022

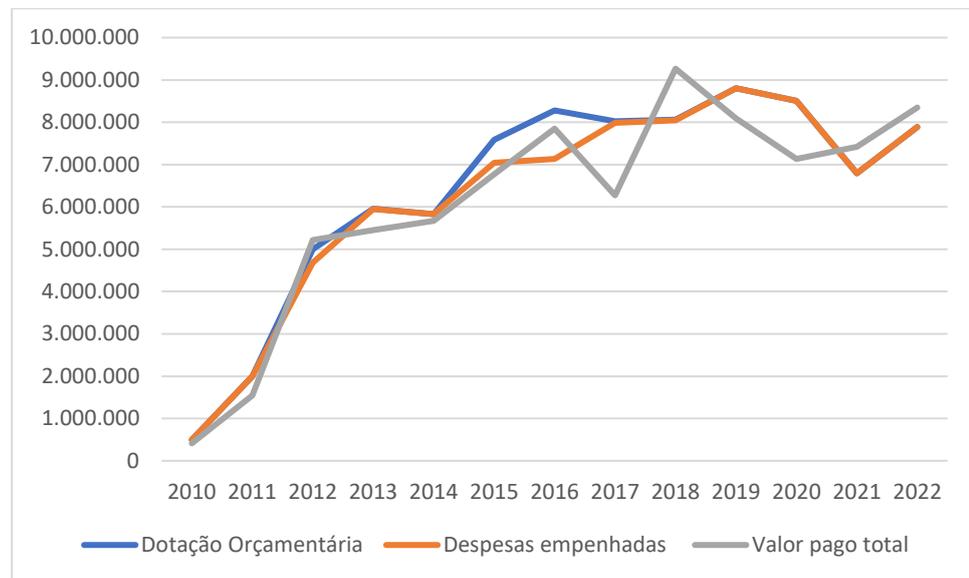
Ano	Despesas empenhadas (R\$)	Despesas empenhadas (%)	Valor liquidado total (R\$)	Valor liquidado total (%)	Valor pago total (R\$)	Valor pago total (%)
2010	495.832	100,0%	412.805	83,3%	412.805	83,3%
2011	2.000.000	100,0%	1.546.472	77,3%	1.546.472	77,3%
2012	4.679.380	93,6%	5.215.935	111,5%	5.215.935	111,5%
2013	5.952.400	100,0%	5.454.369	91,6%	5.454.369	91,6%
2014	5.828.021	100,0%	5.666.826	97,2%	5.666.826	97,2%
2015	7.044.587	92,9%	7.628.948	108,3%	6.772.748	96,1%
2016	7.130.925	86,1%	6.993.801	98,1%	7.850.001	110,1%
2017	7.988.639	99,6%	6.273.002	78,5%	6.273.002	78,5%
2018	8.044.574	99,8%	9.329.023	116,0%	9.267.723	115,2%
2019	8.804.656	100,0%	8.034.155	91,2%	8.095.455	91,9%
2020	8.507.855	100,0%	7.160.824	84,2%	7.134.200	83,9%
2021	6.795.948	100,0%	7.397.667	108,9%	7.424.291	109,2%
2022	7.885.059	100,0%	8.349.316	105,9%	8.349.316	105,9%
<b>Total</b>	<b>81.157.874</b>		<b>79.463.143</b>		<b>79.463.143</b>	

**Fonte:** Tesouro Gerencial/Siafi, adaptado pela autora (2023)

Na Tabela 3 fica evidente que embora a dotação orçamentária de 2020 seja inferior ao exercício financeiro anterior, a Ufopa deixou de executar aproximadamente 1,4 milhões que foi inscrito em restos a pagar e utilizado nos anos seguintes. Portanto, averigua-se que quanto ao orçamento do Pnaes, os cortes orçamentários não geraram tanto impacto negativo, pois a instituição teve dificuldade em implementar alguns editais em tempo hábil para executar o recurso.

A partir do Gráfico 16, observa-se que a evolução das variáveis dotação orçamentária, despesas empenhadas e valor pago total durante o período analisado não é constante, internamente tem a influência do planejamento das ações de assistência estudantil a serem desenvolvidas no exercício e os contratemplos com a execução, visto que algumas vezes demora mais do que o previsto para iniciar a vigência de um edital ou a entrega de um material e equipamentos, há a entrada e saída de bolsistas e a necessidade em efetuar o replanejamento do orçamento do Pnaes, enquanto que externamente a Ufopa depende dos valores definidos na LOA e passa pela imposição dos cortes orçamentários.

**Gráfico 16** - Evolução da dotação orçamentária, despesas empenhadas e valor pago total do Pnae na Ufopa, no período de 2010 a 2022



**Fonte:** Tesouro Gerencial/Siafi, adaptado pela autora (2023)

### 6.3.3 Execução orçamentária por ações de assistência estudantil

No período analisado, a universidade investiu em vinte categorias de ações de assistência estudantil, totalizando o valor executado de R\$ 79.463.143,00 desde o exercício de 2010. Com base na Tabela 4, verificou-se que a ação com maior representação é a Bolsa Permanência (R\$ 56.416.417,00), a qual corresponde a 71,0% da execução orçamentária do Pnae.

Com o intuito de minimizar a vulnerabilidade socioeconômica do estudante e ao mesmo tempo investir em ações que fomentem o ensino, pesquisa e extensão, a segunda ação que teve maior execução na Ufopa foi a bolsa de iniciação científica voltada para a pesquisa (R\$ 4.311.269,00), seguida pelas bolsas monitoria (R\$ 3.424.600,00) e bolsas de extensão (R\$ 2.328.549,00).

Outras ações que merecem destaque são o restaurante universitário no campi de Santarém e o auxílio alimentação para os estudantes dos campi fora de sede, as bolsas de mobilidade acadêmica nacional e internacional que proporcionam grande aprendizado para os estudantes que tem a experiência de estudar por tempo determinado em outras universidades, as ações de atividades esportivas que permitem a integração e lazer dos acadêmicos por meio de auxílios para participarem dos jogos internos da Ufopa, dos Jogos universitários brasileiro nas etapas estadual, regional e nacional, além das aquisições de materiais esportivos.

Conforme a Tabela 4, visando ser uma instituição cada vez mais inclusiva, a

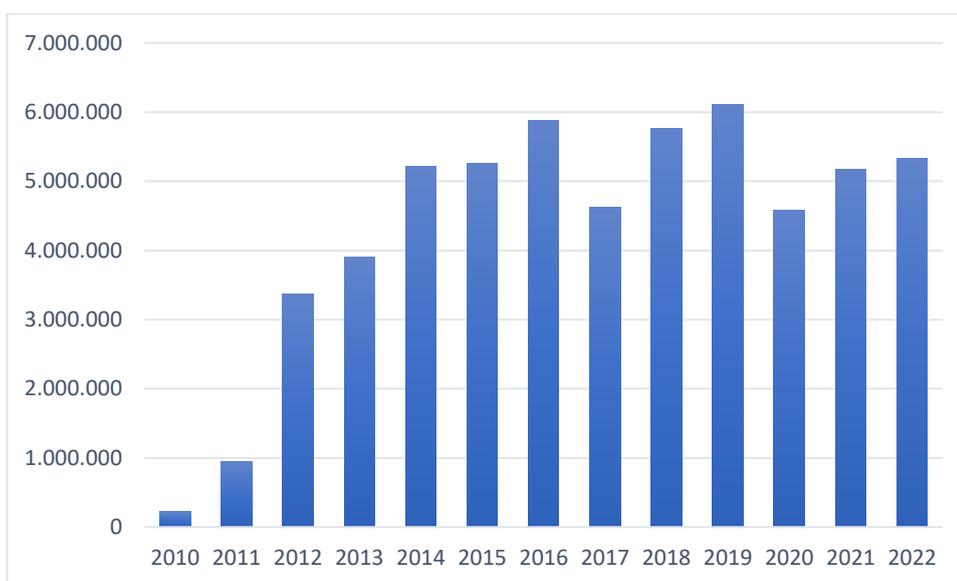
Ufopa tem o setor do Núcleo de Acessibilidade, o qual é responsável por elaborar as ações que tem como escopo a acessibilidade dos estudantes PcD, a partir das bolsas de monitoria específicas para estes acadêmicos terem acompanhamento adequado durante as disciplinas, a aquisição de cadeira de rodas, braille, lupa, andador, entre outros equipamentos e a participação em eventos acadêmicos que abordem sobre a temática de inclusão no ensino superior.

**Tabela 4** - Execução orçamentária por ações de assistência estudantil na Ufopa, no período de 2010 a 2022

Ações de Assistência Estudantil	Valor Pago Total	
	(R\$)	(%)
Bolsa Permanência	56.416.417	71,0%
Bolsas de iniciação científica	4.311.269	5,4%
Bolsas de monitoria	3.424.600	4,3%
Restaurante Universitário/Auxílio alimentação	2.474.278	3,1%
Bolsas de extensão	2.328.549	2,9%
Bolsa de Língua Estrangeira - Inglês	2.047.450	2,6%
Inclusão digital	1.556.430	2,0%
Atividades Esportivas	1.385.811	1,7%
Bolsas de mobilidade acadêmica nacional	1.200.326	1,5%
Bolsas integradas de ensino, pesquisa e extensão	971.467	1,2%
Bolsa Estágio	932.679	1,2%
Bolsa PROTCC	645.000	0,8%
Bolsas de mobilidade acadêmica internacional	615.000	0,8%
Ações para acessibilidade de estudantes PcD	521.410	0,7%
Eventos Acadêmicos	396.721	0,5%
Fomento a extensão	72.842	0,1%
Auxílio para incentivo à cultura	61.300	0,1%
Apoio a Assistência Estudantil	48.555	0,1%
Apoio a graduação - aula de campo	38.876	0,0%
Ações Afirmativas na Comunidade	14.163	0,0%
<b>Total</b>	<b>79.463.143</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** Tesouro Gerencial/Siafi, adaptado pela autora (2023)

No Gráfico 17 fica evidente a execução significativa da Bolsa Permanência em todos os anos analisados, atingindo seu pico em 2019 (R\$ 6.114.000,00), seguidamente de 2016 (R\$ 5.875.610,00) e 2018 (R\$ 5.771.840,00). É importante destacar que o público-alvo dessas bolsas são os estudantes ingressos de processos seletivos especiais (PSE), como os indígenas e quilombolas e os ingressos de processo seletivo regular (PSR) que sejam cotistas ou comprovem a situação de fragilidade econômica.

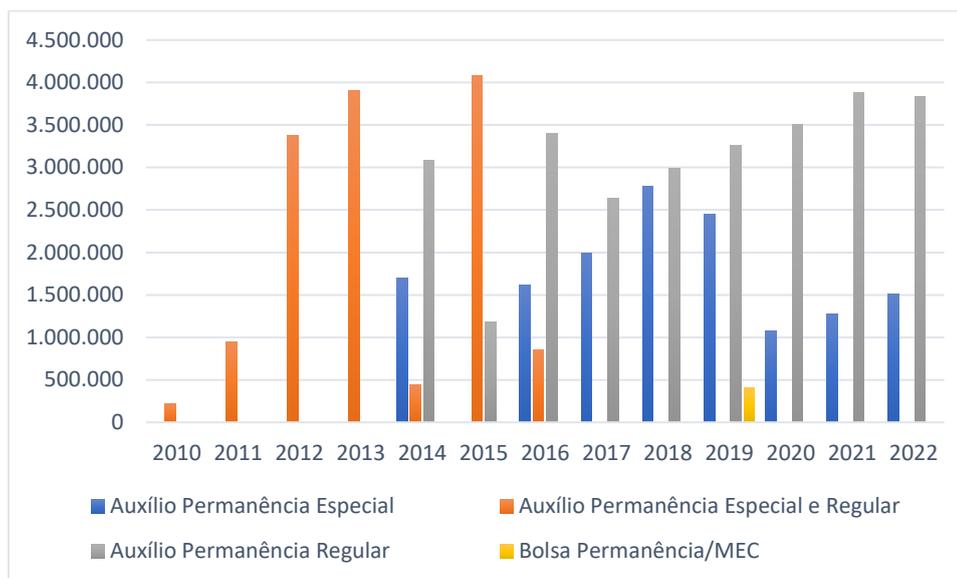
**Gráfico 17** - Execução orçamentária da Bolsa Permanência, no período de 2010 a 2022

**Fonte:** Tesouro Gerencial/Siafi, adaptado pela autora (2023)

Segundo o Gráfico 18, averigua-se que a Ufopa possui editais de bolsa permanência para o público do PSR e PSE desde o ano de 2010, contudo, devido essas bolsas terem sido executadas no mesmo empenho até 2016, não é possível saber o valor exato executado por tipo de processo seletivo, por isso, no gráfico supracitado consta a variável “auxílio permanência especial e regular”.

A partir de 2017, verifica-se que o valor executado para o PSR é superior ao PSE, isso pode ser explicado pelo quantitativo de alunos ingressos pelo processo seletivo regular ser maior. Além disso, a execução não é constante, pois o valor pago para o PSR aumentou ao longo dos anos, enquanto o do PSE reduziu devido ao Programa de Bolsa Permanência, no qual o Ministério da Educação paga as bolsas diretamente ao estudante.

Esse programa é uma iniciativa governamental que visa fornecer assistência financeira aos estudantes, especialmente àqueles que pertencem às comunidades quilombolas, indígenas ou que se encontram em condições socioeconômicas desfavorecidas e estão matriculados em universidades federais. O objetivo é facilitar a permanência desses estudantes na instituição de ensino superior e garantir que concluam seus estudos e obtenham seus diplomas. Outro ponto a destacar no Gráfico 18 é que em 2019 a Ufopa precisou pagar parte das Bolsas Permanência que são de responsabilidade do MEC, visto que essas bolsas foram cortadas e os estudantes necessitavam do auxílio.

**Gráfico 18** - Execução orçamentária por tipo de Bolsa permanência, no período de 2010 a 2022

**Fonte:** Tesouro Gerencial/Siafi, adaptado pela autora (2023)

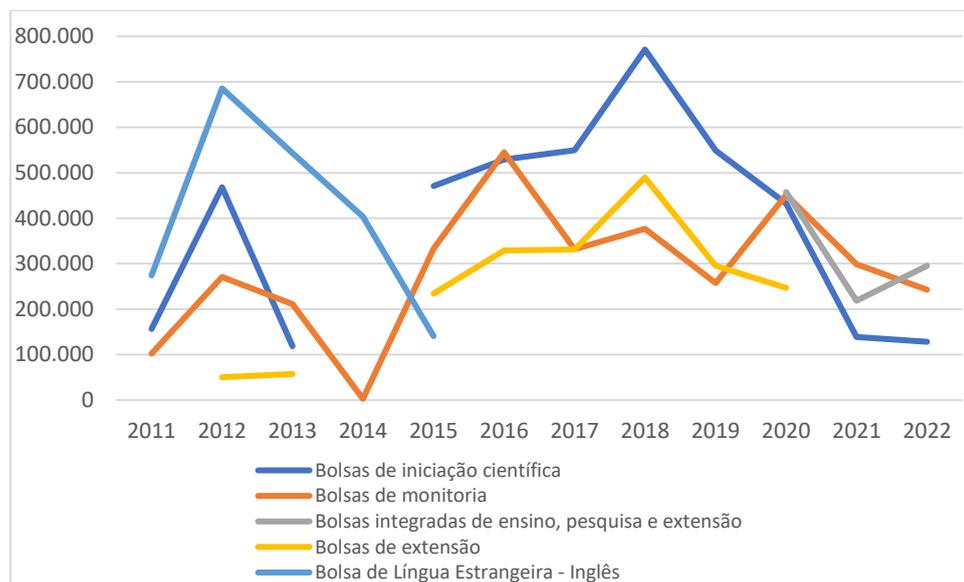
Ao analisar especificamente as bolsas de ensino, pesquisa e extensão, observou-se que existe uma descontinuidade na implementação dessas bolsas, conforme o Gráfico 19. Nessa perspectiva, as bolsas de iniciação científica que têm como finalidade desenvolver o pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação, não teve execução em 2014 e a sua maior execução orçamentária ocorreu em 2018 (R\$ 771.000,00) e a partir de 2019 o quantitativo de bolsas reduziu, visto que uma parte migrou para o Programa Integrado de Pesquisa, Ensino e Extensão (PEEX).

Ademais, as bolsas de língua estrangeira que permitiram que os estudantes pagassem cursos de inglês no período de 2011 a 2015, deixaram de ser implementadas e as bolsas de extensão também apresentam uma descontinuidade, pois não houve execução orçamentária em 2014 e em 2021 todas as bolsas que envolvem a prática extensionista ficaram restritas ao PEEX, contudo, essa medida não foi bem aceita devido a redução no quantitativo de projetos aprovados, por isso, em 2022 foram novamente criados programas específicos para a extensão.

Por sua vez, as bolsas monitoria que objetivam fortalecer o ensino e a aprendizagem na graduação, envolvendo docentes e discentes, respectivamente, na condição de orientadores e monitores que atuam no desenvolvimento de uma disciplina, no acompanhamento indígena, quilombola e PcD ou em laboratórios, tiveram execução desde 2011, tendo maiores valores pagos nos anos de 2016 (R\$ 544.921,00) e 2020 (R\$ 451.520,00).

Além disso, o Programa Integrado de Pesquisa, Ensino e Extensão começou a ser implementado em 2019, inicialmente com edital conjunto para ensino, pesquisa e extensão que na prática permanecia a mesma concepção das bolsas de monitoria, pibic e pibex. Nesse sentido, foi só a partir do edital elaborado em 2020 que projetos que trabalham esse tripé de forma indissociada passaram a ser contemplados. Assim, verifica-se no Gráfico 19 que foi executado R\$ 457.734,00 em 2020, seguido de R\$218.533,01 em 2021 e R\$294.000,00 em 2022 em bolsas para estudantes de graduação que participam dos projetos.

**Gráfico 19** - Execução orçamentária das Bolsas de Ensino, Pesquisa e Extensão, no período de 2010 a 2022



**Fonte:** Tesouro Gerencial/Siafi, adaptado pela autora (2023)

No que tange a avaliação dos estudantes sobre a aplicação do orçamento nas ações de assistência estudantil implementadas na Ufopa, Pantoja (2020) em seu estudo sobre o processo de implantação da política de assistência estudantil na Ufopa, verificou que 39% consideram regular, 35% bom, 11% classificaram como muito bom, 6% ruim, 5% excelente e 4% sem opinião formada. Segundo o autor, os dados corroboram as indagações frequentemente levantadas pelos estudantes, que consistentemente destacam a necessidade de expandir o número de bolsas para atender a um maior contingente de estudantes em situação de vulnerabilidade. Além disso, a maioria dos participantes da pesquisa identificou os programas de bolsas de auxílio financeiro como os principais mecanismos de assistência estudantil na Ufopa. Esses programas foram destacados pelos entrevistados como elementos cruciais para a permanência e conclusão da graduação, contudo, enfatizaram a insuficiência dos valores das bolsas para suprir todas as necessidades inerentes à vida acadêmica.

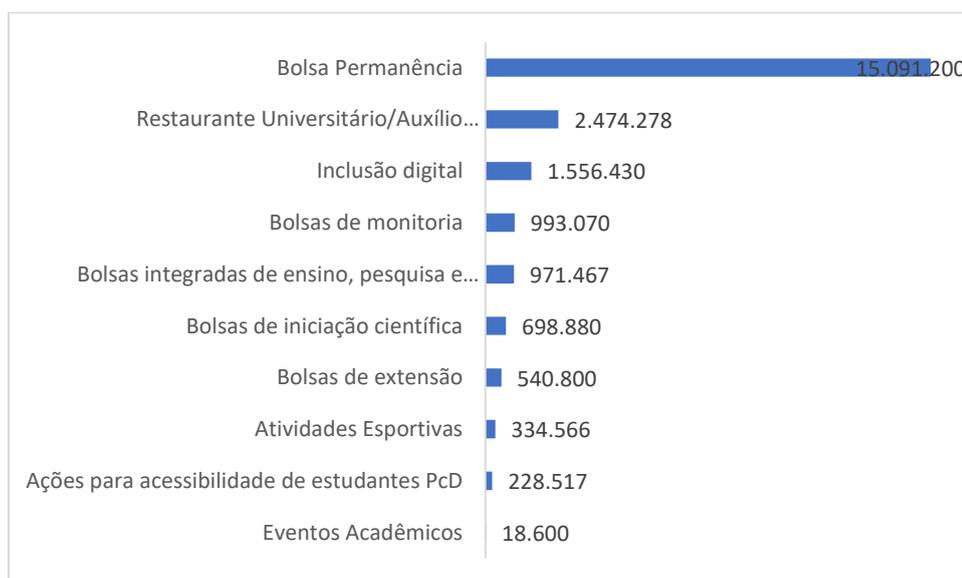
#### 6.4 Impacto da Pandemia de Covid-19 nas ações de assistência estudantil implementadas na Ufopa e na evasão acadêmica e trancamentos

Conforme o Gráfico 20, a Ufopa investiu em dez categorias de ações de assistência estudantil no período da pandemia, as principais foram a bolsa permanência (R\$15.091.200,00), o restaurante universitário e auxílio alimentação (R\$2.474.278,00) e o auxílio de inclusão digital (R\$ 1.556.430,00) para aquisição de equipamentos permanentes como notebooks e a concessão de auxílio para pagamento de internet.

Ressalta-se que essas ações foram de suma importância para propiciar as aulas em modo remoto, mesmo sem nenhum planejamento ou preparação antecipada de professores e alunos, visto que com a pandemia do Covid-19, a continuidade dos estudos para muitos alunos passou a ser em casa, com total dependência da tecnologia. Contudo, nem todos os estudantes conseguiram ter acesso fácil a essa ferramenta, o que tornou impossível para alguns a continuação de seus cursos.

A universidade também manteve a execução das bolsas de monitoria, iniciação científica, extensão e as bolsas que integram o tripé de ensino, pesquisa e extensão, bem como lançou o edital relacionado as ações para acessibilidade de estudantes PcD (R\$ 228.517,00), o qual viabilizou auxílio para a aquisição de material pedagógico e/ou recursos e equipamentos de tecnologias assistivas a estudantes da educação especial.

**Gráfico 20** - Execução orçamentária total por ações de assistência estudantil na Ufopa, nos anos da pandemia (2020 - 2022)



**Fonte:** Tesouro Gerencial/Siafi, adaptado pela autora (2023)

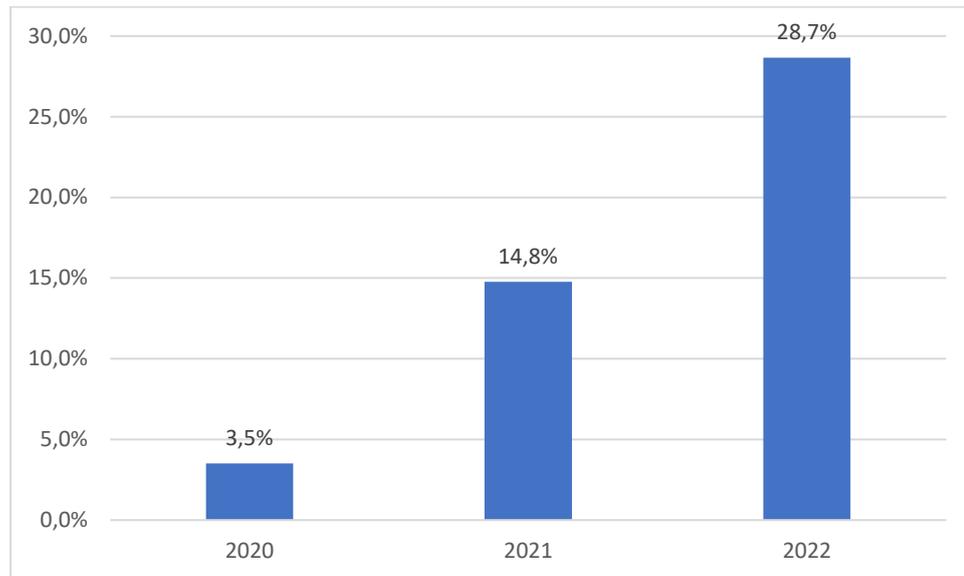
Ademais, em 2021 quando as medidas de biossegurança passaram a ser mais flexibilizadas, houve execução orçamentária alusiva a atividades esportivas no montante de R\$49.150,00 e em 2022 de R\$ 249.536,00, um aumento considerável devido o retorno presencial das atividade na universidade em meados deste ano. Ressalta-se que a finalidade deste recurso foi a participação de estudantes atletas nas etapas classificatórias de eventos esportativos como os Jogos Universitários Estaduais e Brasileiros, bem como os jogos internos. O retorno das atividades presenciais também propiciou a participação em eventos acadêmicos com o investimento de R\$ 18.600,00.

**Tabela 5** - Execução orçamentária anual por ações de assistência estudantil na Ufopa, nos anos da pandemia (2020 - 2022)

Ações de Assistência Estudantil	Ano		
	2020	2021	2022
Bolsa Permanência	4.585.800	5.167.600	5.337.800
Restaurante Universitário/Auxílio alimentação	824.621	479.052	1.170.606
Bolsas integradas de ensino, pesquisa e extensão	457.734	218.533	295.200
Bolsas de monitoria	451.520	298.670	242.880
Bolsas de iniciação científica	432.107	138.773	128.000
Bolsas de extensão	246.800		294.000
Ações para acessibilidade de estudantes PcD	65.613	98.183	64.720
Atividades Esportivas	35.880	49.150	249.536
Inclusão digital	34.125	974.330	547.975
Eventos Acadêmicos			18.600
<b>Total</b>	<b>7.134.200</b>	<b>7.424.291</b>	<b>8.349.316</b>

**Fonte:** Tesouro Gerencial/Siafi, adaptado pela autora (2023)

Apesar dessas iniciativas, nota-se no Gráfico 21, que a taxa de evasão total teve uma elevação expressiva no período da pandemia, sendo que em 2020 a taxa foi de 3,5%, em 2021 aumentou para 14,8% e, em 2022, atingiu o patamar de 28,7%. Tal fenômeno pode ser atribuído fatores como a perda de renda necessária para a permanência na universidade, o temor de contaminação, o fechamento das instituições de ensino como parte das medidas governamentais de contenção do vírus, a contaminação e a consequente necessidade de quarentena. Ademais, muitos estudantes que, apesar de estarem regularmente matriculados, não conseguiram ou não aceitaram adaptar-se às atividades inerentes ao ensino à distância (COSTA, 2022).

**Gráfico 21** - Evolução da taxa de evasão acadêmica total no período da pandemia

**Fonte:** Censo da Educação Superior e UFOPA, adaptado pela autora (2023)

### **6.5 Relação funcional entre o orçamento executado nas ações de assistência estudantil e a taxa de evasão acadêmica da Ufopa**

A partir do exposto, foram utilizados os métodos de Análise de Tendência (taxa de variação) e Estacionariedade (ADF) das séries, Cointegração (Engle-Granger) entre séries, e mecanismo de correção de erro para testar a hipótese teórica de uma relação inversa entre o orçamento executado em ações de assistência estudantil e a evasão no período analisado. Ressalta-se que essa hipótese foi evidenciada com base nos estudos abordados na revisão de literatura e foi testada, empiricamente no estudo em questão, conforme os resultados dos tópicos subsequentes.

#### **6.5.1 Análise de Tendência (taxa de variação) e Estacionariedade (ADF) das séries**

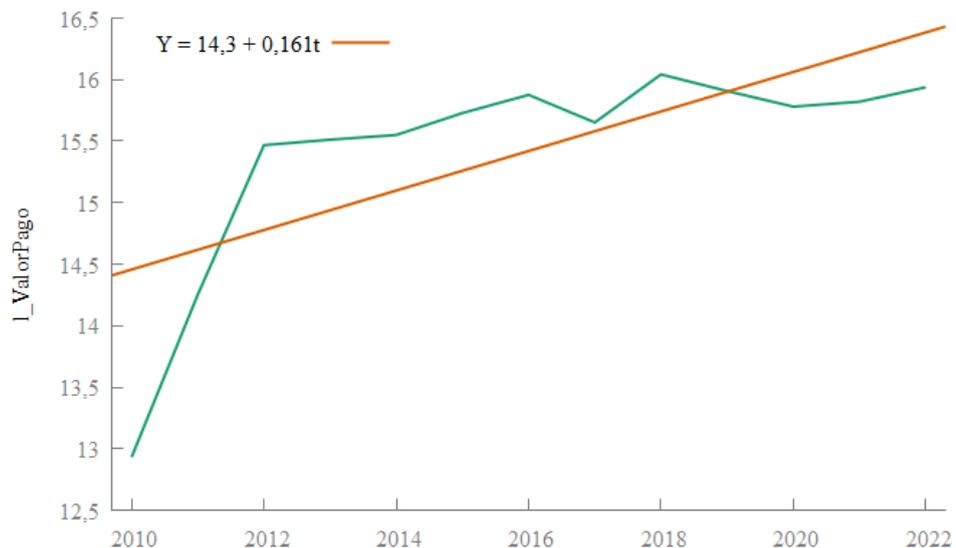
Nas Tabela 6 e Tabela 7, constam, respectivamente, os modelos 1 e 2, das regressões para análise de tendências temporais das séries ‘valor pago total’ e ‘taxa de evasão total’, ambos logaritmizados.

**Tabela 6** - Regressão para análise de Tendência da série valor pago total

Modelo 1: MQO, usando as observações 2010-2022 (T = 13)					
Variável dependente: l_ValorPago					
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>	
const	14,2954	0,373531	38,27	<0,0001	***
time	0,160606	0,0470605	3,413	0,0058	***
Média var. dependente	15,41961		D.P. var. dependente	0,872178	
Soma resíd. quadrados	4,433803		E.P. da regressão	0,63488	
R-quadrado	0,514281		R-quadrado ajustado	0,470125	
F(1, 11)	11,64686		P-valor(F)	0,005797	
Log da verossimilhança	-11,45420		Critério de Akaike	26,90841	
Critério de Schwarz	28,03831		Critério Hannan-Quinn	26,67616	
rô	0,40934		Durbin-Watson	0,648511	

**Fonte:** Elaborado pela autora (2024)

A regressão da Tabela 6 estimou que a taxa média anual de variação do valor total pago (l\_ValorPago) no período analisado foi de aproximadamente 16,06%. Na Figura 8 está o gráfico temporal da série 'l\_ValorPago'.

**Figura 8** - Tendência da série valor pago total

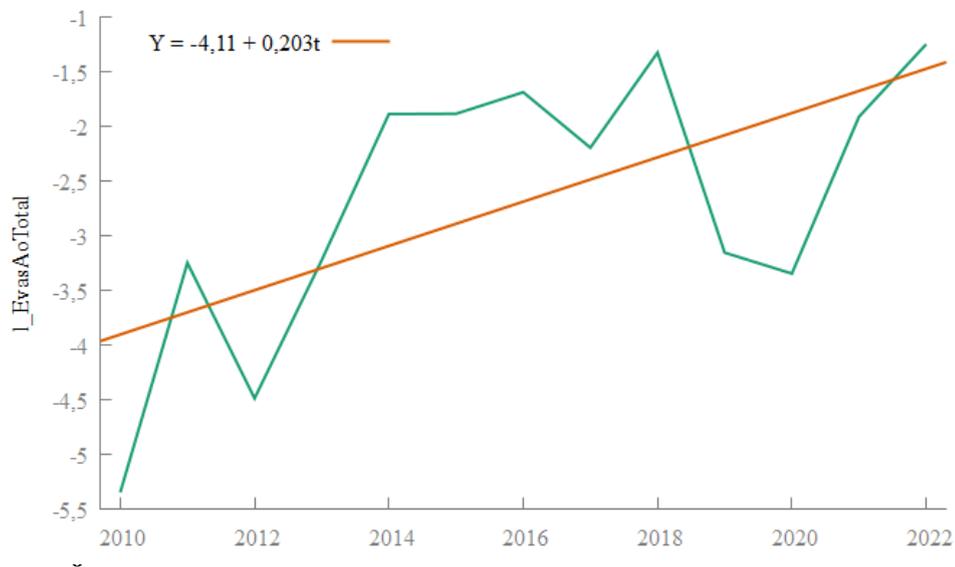
**Fonte:** Elaborado pela autora (2024)

**Tabela 7** - Regressão para análise de Tendência da série taxa de evasão total

Modelo 2: MQO, usando as observações 2010-2022 (T = 13)					
Variável dependente: l_EvasAoTotal					
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>	
const	-4,10696	0,592667	-6,930	<0,0001	***
time	0,202518	0,074669	2,712	0,0202	**
Média var. dependente	-2,689334		D.P. var. dependente	1,245877	
Soma resíd. quadrados	11,16207		E.P. da regressão	1,00734	
R-quadrado	0,400743		R-quadrado ajustado	0,346265	
F(1, 11)	7,356052		P-valor(F)	0,020211	
Log da verossimilhança	-17,45542		Critério de Akaike	38,91084	
Critério de Schwarz	40,04074		Critério Hannan-Quinn	38,6786	
rô	0,229354		Durbin-Watson	1,351898	

**Fonte:** Elaborado pela autora (2024)

A regressão da Tabela 7 estimou que a taxa média anual de variação da taxa de evasão (l\_EvasAoTotal) no período analisado foi de aproximadamente 20,25%. Na Figura 9 está o gráfico temporal da série 'l\_EvasAoTotal'.

**Figura 9** - Tendência da série taxa de evasão total

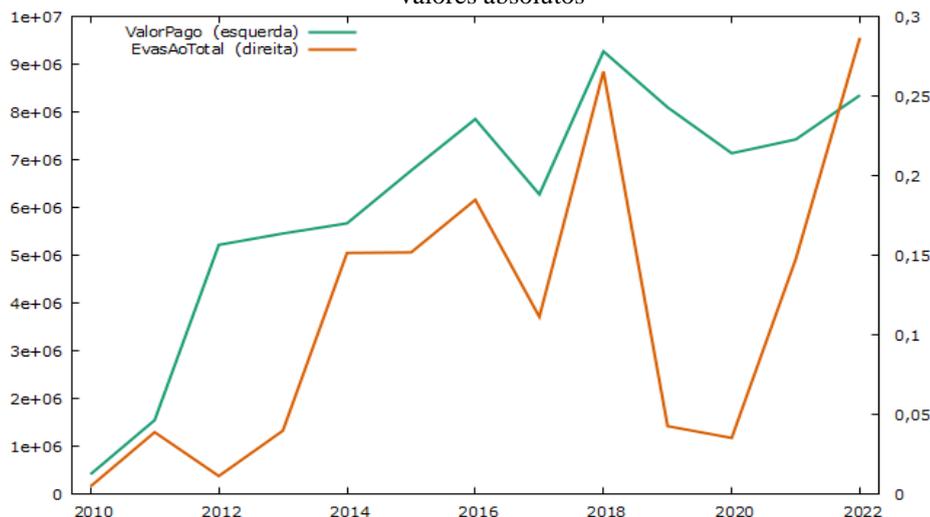
**Fonte:** Elaborado pela autora (2024)

Conforme as Figura 8 e Figura 9, verifica-se que as séries de evasão e valor pago possuem Tendência crescente, desse modo, não há uma relação inversa entre as variáveis, refutando, portanto, a hipótese teórica deste estudo. Ressalta-se que a tendência não reflete em uma análise de causa e efeito entre as séries.

### 6.5.2 Cointegração (Engle-Granger) entre séries

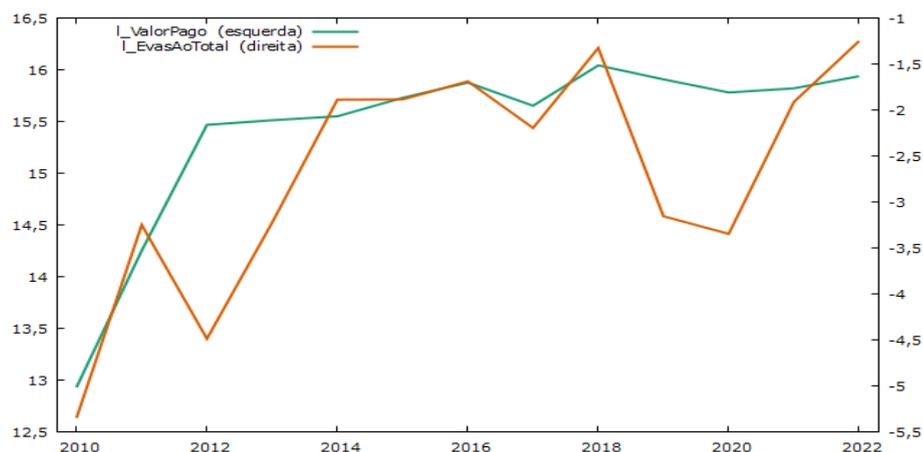
As Figura 10 e Figura 11 mostram a evolução conjunta das séries, em valores absolutos e logaritmizados.

**Figura 10** - Evolução conjunta das séries de valor pago total e taxa de evasão total, em valores absolutos



**Fonte:** Elaborado pela autora (2024)

**Figura 11** - Evolução conjunta das séries de valor pago total e taxa de evasão total, em valores logaritmizados



**Fonte:** Elaborado pela autora (2024)

Ademais, as Figura 10 e Figura 11 evidenciam uma associação evolutiva entre as séries. Sendo ambas as séries – evasão e valor pago não estacionárias<sup>2</sup>, a regressão de uma

<sup>2</sup> Ambas apresentam raiz unitária. Ver no Apêndice os respectivos testes de raiz unitária ADF.

contra outra pode produzir uma regressão espúria<sup>3</sup>. Estimou-se a regressão da série evasão em relação ao valor pago, conforme descrito no modelo da Tabela 8.

**Tabela 8** - Regressão da série taxa de evasão total em relação a série valor pago total

Modelo 3: MQO, usando as observações 2010-2022 (T = 13)					
Variável dependente: l_EvasAoTotal					
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>	
const	-18,7430	4,55386	-4,116	0,0017	***
l_ValorPago	1,04112	0,294894	3,53	0,0047	***
Média var. dependente	-2,689334		D.P. var. dependente	1,245877	
Soma resíd. quadrados	8,732032		E.P. da regressão	0,890966	
R-quadrado	0,531204		R-quadrado ajustado	0,488586	
F(1, 11)	12,46436		P-valor(F)	0,004711	
Log da verossimilhança	-15,85952		Critério de Akaike	35,71904	
Critério de Schwarz	36,84893		Critério Hannan-Quinn	35,48679	
rô	0,080647		Durbin-Watson	1,760352	

**Fonte:** Elaborado pela autora (2024)

A fim de se verificar se a regressão acima faz sentido, ou seja, ela não é espúria submeteu-se os resíduos da regressão a uma análise de raiz unitária e verificou-se que o mesmo é estacionário. A Tabela 9, mostra a regressão da diferença dos resíduos da regressão contra o resíduos defasado, para fins de confirmação da estacionariedade dos resíduos pelo teste de Engle-Granger.

**Tabela 9** - Regressão para análise da raiz unitária dos resíduos

Modelo 4: MQO, usando as observações 2011-2022 (T = 12)					
Variável dependente: d_uhat3					
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>	
const	0,0118548	0,270011	0,0439	0,9658	
uhat3_1	-0,918006	0,332322	-2,762	0,02	**
Média var. dependente	0,080713		D.P. var. dependente	1,179109	
Soma resíd. quadrados	8,674151		E.P. da regressão	0,931351	
R-quadrado	0,432813		R-quadrado ajustado	0,376094	
F(1, 10)	7,630862		P-valor(F)	0,020047	
Log da verossimilhança	-15,07991		Critério de Akaike	34,15981	
Critério de Schwarz	35,12963		Critério Hannan-Quinn	33,80075	
rô	0,04016		Durbin-Watson	1,79284	

**Fonte:** Elaborado pela autora (2024)

3 Entende-se por espúria, a regressão sem sentido (GUJARATI; PORTER, 2011).

O resultado significativo (a 5%) do resíduo na regressão acima confirma sua estacionariedade, como também evidência que as séries evasão e valor pago são cointegradas, ou seja, as séries possuem uma relação de longo prazo, ou de equilíbrio. Portanto, a regressão da evasão contra a valor pago pode ser considerada como uma regressão cointegrante e o parâmetro do coeficiente angular, conhecido como parâmetro cointegrante, assim o valor 1,04 representa o efeito da variação de longo prazo no valor pago sobre a evasão.

### 6.5.3 Cointegração e mecanismo de correção de erro

A relação de equilíbrio de longo prazo, demonstrada no item anterior nada diz respeito ao equilíbrio de curto prazo entre as séries. Para tanto, faz-se a regressão da diferença entre as séries e considera o valor defasado de um período do erro da regressão cointegrante (Tabela 10).

**Tabela 10** - Regressão da diferença entre as séries

Modelo 5: MQO, usando as observações 2011-2022 (T = 12)				
Variável dependente: d_1_EvasAoTotal				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>
const	0,0823237	0,321474	0,2561	0,8036
d_1_ValorPago	0,770453	0,596875	1,291	0,2289
uhat3_1	-0,882740	0,354987	-2,487	0,0346
Média var. dependente	0,341597		D.P. var. dependente	1,162203
Soma resíd. quadrados	8,480385		E.P. da regressão	0,970703
R-quadrado	0,429232		R-quadrado ajustado	0,302395
F(2, 9)	3,384121		P-valor(F)	0,08018
Log da verossimilhança	-14,94436		Critério de Akaike	35,88872
Critério de Schwarz	37,34344		Critério Hannan-Quinn	35,35013
rô	-0,042886		Durbin-Watson	1,898327

**Fonte:** Elaborado pela autora (2024)

Na regressão acima, como o termo de erro de equilíbrio é diferente de zero (-0,882740), o modelo 5 está em desequilíbrio. Portanto, sugere-se que não há relação de equilíbrio no curto prazo entre as séries ‘evasão’ e ‘valor pago’, ou seja, variações na evasão não se ajustam a variações no valor pago no mesmo período, pois o valor absoluto do termo de erro decide quão rapidamente o equilíbrio é restaurado.

Diante do exposto, constata-se que as séries de taxa de evasão total e valor pago total são cointegradas quando analisado todo o período, entretanto, não há uma relação entre essas séries no curto prazo.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo se pautou na verificação da efetividade das ações de assistência estudantil implementadas na Ufopa no combate à evasão, no período de 2010 a 2022, entendendo que o Pnaes tem como um dos seus objetivos reduzir as taxas de evasão nas Instituições Federais de Ensino Superior, bem como promover a equidade nas condições de permanência dos jovens na educação superior pública, atenuar os impactos das disparidades sociais e regionais para os estudantes conseguirem concluir os cursos de graduação e auxiliar na promoção da inclusão social por meio da educação.

Para tanto, foi elaborada uma base de dados para relacionar as ações de assistência estudantil à execução orçamentária do Pnaes e, posteriormente, realizado o método de Cointegração entre as séries de execução orçamentária e evasão universitária para analisar a relação funcional entre essas proxies, e, portanto, verificar a efetividade da Política de Assistência estudantil na Ufopa. Ademais, foi utilizada a estatística descritiva para sumarizar e descrever as informações das ações supracitadas, da trajetória acadêmica e do perfil dos estudantes.

No que tange a análise quantitativa da trajetória acadêmica, conclui-se que há o ingresso na universidade por meio de três tipos de processos seletivos o regular, o indígena e o quilombola. Sendo que teve elevações mais expressivas em períodos de ingresso de novas turmas, como logo que a universidade foi criada e com as novas turmas do Forma Pará. Além disso, percebeu-se que há uma grande oscilação no quantitativo de estudantes matriculados, visto que são dados influenciados por ingressantes, trancamentos, concluintes e desvinculados. Quanto ao quantitativo de alunos trancados, verificou-se que a universidade tem uma alta estatística de retenção, especialmente, durante a pandemia do Covid-19, momento em que também o número de desvinculados foi superior ao de concluintes.

Contatou-se que o quantitativo de desvinculados/cancelados apresenta alguns picos devido aos editais de prescrição de vínculo institucional, por isso, foi calculada a taxa de evasão sem considerar a prescrição, a fim de realizar uma comparação com a taxa de evasão total. Identificou-se que nos dois cenários houve um pico de evasão em 2022 provavelmente relacionado a pandemia. Cabe ressaltar que no transcorrer da coleta de dados e tabulação das informações foram observadas não conformidades relacionadas às limitações no controle dos dados dos estudantes evadidos, dificuldades estas que não foram possíveis de serem sanadas no sentido de melhor elucidação devido a não existência de informações de quando a maioria dos estudantes realmente desistiram. Assim, observou-se que os dados de desistência anual da

Ufopa não correspondem totalmente à realidade de quando o estudante efetivamente deixou a graduação, dificultando a análise de correlação da evasão com outras variáveis.

Quanto a análise de desvinculados por área específica, verificou-se que o modelo acadêmico interdisciplinar adotado pela Ufopa com o intuito de integrar diferentes áreas do conhecimento, não teve grande aceitação pelos discentes, visto que uma parte significativa das desistências foram dos programas interdisciplinares, seguido pela área da educação. Essa informação é ratificada quando avaliado a nível de curso, onde o maior quantitativo de desvinculados foi da Formação Interdisciplinar. Atualmente os estudantes ingressam diretamente nas disciplinas do seu curso, embora ainda tenha a interdisciplinaridade como ênfase na grade curricular.

A respeito do perfil dos estudantes da Ufopa, identificou-se que, em todo o período analisado, a maioria dos estudantes ingressantes, matriculados e concluintes são do sexo feminino, com idade até 24 anos e autodeclarados pardos. É interessante notar que em 2022 o percentual de estudantes matriculados brancos (13,0%) e pretos (12,2%) ficaram próximos, mas quando avaliado o percentual de concluintes, constata-se uma diferença significativa: os estudantes da cor preta representam 5,9%, enquanto os brancos correspondem a 16,9%. Além do mais, é perceptível que na Ufopa houve um aumento de estudantes ingressantes beneficiados pela política de reservas de vagas após a implementação da Lei de cotas, mesmo assim em 2019, quando atingiu o maior número de estudantes matriculados que ingressaram por reserva de vagas, apenas 44,6% do total de matriculados eram cotistas, não representando os 50% definido na lei.

O número de beneficiários com recurso do Pnaes foi maior no ano de 2014. Nos anos posteriores houveram sucessivas reduções até que em 2019 foi implementada a Portaria nº 186/2019/UFOPA, a qual definiu o teto de recebimento dos auxílios. Essa medida foi eficaz para aumentar o número de alunos contemplados com o recurso supracitado, mesmo com os cortes ocorridos no orçamento. Salienta-se que os cortes orçamentários no Pnaes não geraram tanto impacto negativo, pois a instituição teve dificuldade em implementar alguns editais em tempo hábil, portanto, não executaram o orçamento dentro do exercício financeiro, fazendo com que inscrevesse em restos a pagar, desse modo, a Ufopa teve o recurso recebido na LOA com corte mais o RAP, esse fato propiciou o aumento de beneficiários.

A partir da revisão de literatura e a análise do perfil dos estudantes, verificou-se que a faixa etária dos estudantes matriculados e dos assistidos com ações de assistência estudantil mantém-se prevalescente os jovens de até 24 anos. Quanto a forma de ingresso na universidade, averiguou-se que a predominância é de estudantes assistidos que ingressaram

pelo processo seletivo regular, considerando o ingresso de cotistas que participaram do programas de reservas de vagas.

Em relação a análise da execução do orçamento, foi possível identificar as vinte ações realizadas na universidade durante o período estudado. Desse modo, constatou-se que a Bolsa Permanência foi a ação com maior orçamento executado (71,0%), sendo a sua implementação um marco como o início da política de assistência estudantil na Ufopa, visto que contempla os primeiros auxílios disponibilizados nas áreas alusivas à alimentação, moradia e apoio pedagógico. A bolsa de iniciação científica foi a segunda grande ação realizada na Ufopa, seguida pelas bolsas de monitoria, língua estrangeira e extensão, sinalizando que a instituição obedece ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, enfatiza-se que no período da pandemia a Ufopa implementou ações que visavam a redução da vulnerabilidade socioeconômica dos discentes, uma vez que dispôs de editais com o escopo de promover condições adequadas para a permanência dos estudantes nos cursos de graduação e a participação nas aulas remotas, através da concessão de subsídio integral na refeição do restaurante universitário, o auxílio inclusão digital e a aquisição de notebooks, mesmo assim em 2022 teve o maior número de estudantes desvinculados.

Em suma, este estudo teve como hipótese teórica a existência de uma relação inversa, na qual ocorreria uma diminuição na taxa de evasão da Ufopa com o aumento da execução de ações de assistência estudantil realizadas com o orçamento do Pnaes. Contudo, a partir das análises estatísticas, foi observado que ambas as séries de execução e evasão total exibiram uma tendência crescente e que estas são cointegradas, isto é, apresentam uma relação quando analisadas ao longo de todo o período da série, embora não possua uma relação no curto prazo. É importante salientar que a Cointegração não implica uma relação de causa e efeito<sup>4</sup> entre a evasão da Ufopa e a execução de ações de assistência estudantil, porém, devido a tendência crescente dessas variáveis, conclui-se que a hipótese não foi comprovada.

A relação entre as taxas de evasão (sem prescrição e total) e o valor pago total não se caracteriza como linear. Isso se deve ao fato de que o orçamento do Pnaes não apresentou um crescimento constante em todos os anos, em virtude de cortes orçamentários, bem como as taxas de evasão exibem picos acentuados. Portanto, ao realizar o ajustamento quadrático,

---

<sup>4</sup> A relação de causa e efeito, também conhecida como causalidade, é um conceito que descreve a relação entre um evento inicial (a causa) e um evento subsequente (o efeito), onde o evento subsequente é uma consequência direta do evento inicial, isto é, a causalidade é a noção de que um determinado evento precipita a ocorrência de um segundo evento (GUJARATI; PORTER, 2011).

verifica-se que no cenário da taxa de evasão sem prescrição houve uma tendência decrescente, enquanto a taxa de evasão total apresentou uma tendência crescente. Contudo, considerando que a taxa de evasão sem prescrição exclui um quantitativo significativo de estudantes desvinculados, seu resultado não reflete a realidade.

Diante do exposto, esses resultados serão de grande importância para fornecer subsídios para a gestão da Ufopa fazer um replanejamento das ações de assistência estudantil que estão sendo implementadas com o orçamento do Pnaes, visto que no curto prazo não há evidência que a evasão reduza com a execução dessas ações, o que pode ser explicado com base em que demora um tempo para verificar os efeitos das políticas públicas. Entretanto, esse estudo avaliou todo o período que existe dados disponíveis e ao longo dos treze anos ambas as variáveis tiveram a tendência crescente. Assim, os resultados contidos neste estudo possibilitarão o estabelecimento de um debate público sobre o tema da assistência estudantil, tendo por base dados e informações obtidos a partir de métodos cientificamente reconhecidos, servindo para fundamentar a avaliação do Pnaes nas Instituições Federais de Ensino Superior.

Contudo esta pesquisa apresenta algumas limitações: 1) não foi possível realizar um vínculo entre as informações de alunos desvinculados e os que foram contemplados com o orçamento do Pnaes; 2) presença de cenários adversos como o estabelecimento do teto de recebimento de auxílio, os cortes orçamentários e a pandemia; 3) a dificuldade de contatar os estudantes que evadiram para identificar as principais motivações da evasão, visto que geralmente estes alunos não mantêm seus contatos atualizados junto à Ufopa e, por conseguinte, não contribuem com a disponibilização de respostas sobre os motivos que levaram ao abandono e o impacto que as ações de assistência tiveram ou não durante a sua trajetória acadêmica.

Essas limitações não invalidam os resultados encontrados, que permitiram alcançar o objetivo proposto, porém elas ensejam reflexões e sugestões para pesquisas futuras, visto que para uma avaliação da efetividade do Pnaes, é crucial realizar uma análise focalizada em dois grupos principais: o primeiro composto por estudantes que concluíram a graduação, independentemente do tempo necessário, e o segundo formado por aqueles que não concluíram. Posteriormente, o primeiro grupo deverá ser subdividido em dois subgrupos: os que foram beneficiados pelas ações de assistência estudantil e os que não foram. Esta estratégia permitirá uma avaliação mais precisa e detalhada da efetividade do Pnaes no combate à evasão.

É importante salientar que este estudo viabiliza a elaboração de pesquisas futuras dado o volume significativo de informações sobre a trajetória acadêmica, o perfil dos

estudantes e a execução orçamentária das ações de assistência estudantil, que foram obtidas através da coleta de dados e da elaboração das bases de dados. Isso permite uma análise complementar e/ou mais aprofundada sob diferentes parâmetros a respeito do acesso e permanência dos estudantes na graduação.

Ademais, sugere-se estudos considerando: 1) a inclusão da variável de desempenho acadêmico; 2) o impacto do aumento no valor das bolsas da Ufopa que passaram a ser setecentos reais desde maio de 2023; 3) a possível aprovação da PL nº 5.395/2023 que propõe ampliar as ações de assistência estudantil e o público alvo para estudantes de mestrados e doutorados que comprovem a situação de vulnerabilidade; e 4) as motivações que levam os estudantes da Ufopa a evadirem. Essas análises permitirão verificar as causas da evasão para além das bolsas e auxílios, visto que a evasão ultrapassa as questões orçamentárias e, atualmente, no cenário nacional, percebe-se a presença de vagas ociosas com baixa adesão aos cursos não direcionado para o mercado de trabalho e uma maior demanda pelo ensino a distância.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. R.; SACRAMENTO, A. R. S.; RAUPP, F. M. Os desafios das Universidades Federais diante dos constantes cortes orçamentários. In: ROSSI, R. A.; TUDE, J. M (Org). **Cortes no orçamento das Universidades Federais: Significados e efeitos**. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2021, v. 3. 81 p. Disponível em: <https://ea.ufba.br/wp-content/uploads/2021/08/v3-Cortes-no-Orcamento-das-Universidades-Federais-1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ANDRADE, D. C. T. de. *et al.* A gestão pública e o Reuni: entre o social e o gerencial. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 9, n. 2, p. 154-170, ago./dez. 2011.

ARAÚJO, Sandy A. de L.; ANDRIOLA, Wagner B.; CAVALCANTE, Sueli M. de A.; MOREIRA, Denise M. M. C Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 722-743, dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772019000300009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/CW7CvT8tqBYZs5wWp8V7WFs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2022.

BARBOSA, Alex Trindade. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Alfenas**. 2018. 101f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Gestão Pública e Sociedade, Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2018. Disponível em: <http://bdtd.unifal-mg.edu.br:8080/bitstream/tede/1104/5/Disserta%20a7%20de%20Alex%20Trinda%20Barbosa.pdf>. Acesso em: 08 out. 2022.

BETZEK, Simone Beatris Farinon. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES na UFTFPR campus Medianeira**. 2015. 139f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Educação, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2015. Disponível: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124477/000834383.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 out. 2022.

BIAGI, M. C. **Pesquisa científica: roteiro prático para desenvolver projetos e teses**. Curitiba: Juruá, 2015.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da Pesquisa: monografia, dissertação e tese**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRAND, Joice Backes. **Análise do impacto dos benefícios PNAES no desempenho acadêmico dos estudantes nos cursos noturnos das áreas sociais e aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande**. 2017. 61f. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2017. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/7600>. Acesso em: 08 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da**

**União**, Brasília, 20 jul. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 23 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 15 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Seção 1, p. 1. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acesso em: 10 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Lei complementar n. 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 maio 2000. Seção 1, p. 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 13 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 13 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: [https://avr.ifsp.edu.br/images/pdf/Comissoes\\_Outros/PermanenciaExito/Documento-Orientador-SETEC.pdf](https://avr.ifsp.edu.br/images/pdf/Comissoes_Outros/PermanenciaExito/Documento-Orientador-SETEC.pdf). Acesso em: 12 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 748, de 22 de setembro de 2021. Dispõe sobre a Matriz Orçamentária. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=61&data=24/09/2021&captchafield=firstAccess>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BRITO, L. S.; BARBOSA, A. Programa de auxílio moradia em uma unidade acadêmica de uma universidade de Pernambuco: uma avaliação na perspectiva dos discentes beneficiados. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, v. 21 n.1, p. 125-145, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9989/6595>. Acesso em: 02 jun. 2022.

BRITO, Eugênio Nunes Silva; PINHEIRO, Daniel Calbino; TAMEIRÃO, Cinthya Rocha. Avaliação da efetividade do programa nacional de assistência estudantil: o caso da UFVJM. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 18, n. 49, p. 1-19, 18 ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9611>. Acesso em: 08 out. 2022.

BRITO, Tatiana Feitosa de., **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O direito à educação para além da dimensão do acesso**. Brasília: Senado Federal, 2023.

CARRANO, Davi Pereira; BERTASSI, André Luiz; SILVA, Gustavo Melo. Efetividade do PNAES enquanto política pública do Estado para o combate à evasão universitária na UFSJ.

**Revista Educação Online**, Rio de Janeiro, n. 28, p.1-19, mai-ago 2018. Disponível em: <http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/417/203>. Acesso em: 08 out. 2022.

CARVALHO, Marinez de. **A assistência estudantil no IFPR (2015-2019): avaliação da efetividade do PNAES, entre os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no campus Palmas-PR**. 2020. 239 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Cascavel, Cascavel, 2020. Disponível em: [https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5146/5/Marinez\\_Carvalho2020.pdf](https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5146/5/Marinez_Carvalho2020.pdf). Acesso em: 05 out. 2022.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. REIS, Luiz Fernando. GUIMARÃES, André Rodrigues. Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil. **Acta Scientiarum. Education**, 40(1), e37668. ISSN on-line: 2178-5201. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i1.37668>. Acesso em: 15 mar. 2022.

COIMBRA, Camila Lima; SILVA, Leonardo Barbosa e; COSTA, Natália Cristina Dreossi. A evasão na educação superior: definições e trajetórias. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, e228764, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147228764>. Acesso em: 07 out. 2022.

COLARES, Maria Lilia Imbiriba Sousa. **As políticas educacionais da Secretaria Municipal de Santarém (1989-2002)**. 2005. 169p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2005.

COSTA, Rafaela Paz da Silva Brito da. **Aplicabilidade do planejamento orçamentário público**. 2018. 41 f. Monografia (especialização) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018. Disponível em: [https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1003/1/2018\\_mono\\_rafaelacosta.pdf](https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1003/1/2018_mono_rafaelacosta.pdf). Acesso em: 12 mar. 2022.

COSTA, Silvio Luiz da. **A luta pelo ensino superior: com a voz, os evadidos**. 2016. 222p. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, SP, 2016.

EZCURRA, A. M. Masificación y enseñanza superior: una inclusión excluyente. Algunas hipótesis y conceptos clave. En: LAMARRA, Norberto Fernandez y Paula, Maria de Fátima Costa (Compiladores). **La democratización de La educación superior em América Latina**. Argentina: EDUNTREF, 2011.

FERREIRA, Luiz Cláudio Costa. **Assistência estudantil na universidade de Brasília: uma avaliação de sua efetividade**. 2021. 45 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Profissional em Gestão Pública, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/43199/1/2021\\_LuizCl%C3%A1udioCostaFerreira.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/43199/1/2021_LuizCl%C3%A1udioCostaFerreira.pdf). Acesso em: 05 out. 2022.

FLORES, Joana Tibola. **Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: um estudo de caso para analisar a eficácia das ações através da taxa de desperdício de matrícula**. 2022. 88f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade

Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/236383/001138932.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 out. 2022.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS - FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 anos: Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis**, coordenação. ANDIFES. – UFU, PROEX: 2012.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS - FONAPRACE. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018: Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis**, coordenação. ANDIFES. – UFU, PROEX: 2019.

FRITSCH, R., ROCHA, C. S. da., VITELLI, R. F. (2015). A evasão nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior privada. **Revista Educação Em Questão**, 52(38), 81–108. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7963>. Acesso em: 07. Jan. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIÚDICE, J. Z.; LORETO, M. D. S.; AZEVEDO, D. S. O programa de assistência estudantil: características e repercussões nos indicadores acadêmicos e nas condições de vida dos beneficiários. Oikos: **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 24, n.2, p. 038-067, 2013.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOBO, Maria Beatriz Carvalho de Mello. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. **Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**. Cadernos, Brasília, DF, v. 25, 2012.

LOPES, Selma Regina de Assis. **Evasão de alunos no Ensino Superior: ações para reduzir a evasão nas IES**. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Profissional em Economia, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2022. Disponível em: [http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/45879/1/2022\\_SelmaReginadeAssisLopes.pdf](http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/45879/1/2022_SelmaReginadeAssisLopes.pdf). Acesso em: 10 set. 2023.

LOZANO, Daniele Lozano. *et. al.* Tendências neoliberais nas reformas e no financiamento do ensino superior brasileiro no início do século XXI. **Revista Educere Et Educare**, Vol. 15, N. 36 (2020) Especial Educere, Out. 2020. Ahead of Print. Disponível em: DOI: 10.17648/educare.v15i36.24409. Acesso em 12 jan. 2024.

MACEDO, Geórgia Dantas; SOARES, Swamy de Paula Lima. A eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para permanência dos ingressantes do Sistema de cotas na UFPB. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 25,

n. 2, p. 439-457, jul. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772020000200011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/9C6KSdbH6qgbj4WdSp3LMJn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 08 out. 2022.

MACHADO, Gabriel Costeira; OLIVEIRA, Cristiano Aguiar; FREITAS, Tiarajú Alves de. Avaliação do impacto dos benefícios PNAES sobre o desempenho acadêmico: o caso da Universidade Federal do Rio Grande. In: 3º Simpósio de Avaliação da Educação Superior, 2017, Florianópolis, **Anais [...]**. Florianópolis: Avalies, 2017. p.1-16. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179399/103\\_00764%20-%20ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179399/103_00764%20-%20ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 05 out. 2022.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MILIONI, K. C.; BEHR, A.; GOULARTE, J. L. L. Análise do processo de elaboração da proposta de Lei Orçamentária Anual em uma Instituição Pública Federal de Ensino Superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, v. 8, n. 4, p. 164-188, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2015v8n4p164/30869>. Acesso em: 05 maio 2022.

NIEROTKA, Rosileia Lucia; SALATA, Andre; MARTINS, Melina Klitzke. Fatores associados à evasão no ensino superior: Um estudo longitudinal. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v.53, e09961, 2023, e-ISSN 1980-5314. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053149961>. Acesso em: 16 jan. 2024.

OLIVEIRA, Marcos Simon de. **Orçamento em Instituições Federais de Ensino Superior: Proposta de matriz orçamentária associada aos elementos da qualidade**. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional, Universidade Federal de Goiás, Campus Aparecida de Goiânia, , Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/10175/5/Disserta%20de%20Oliveira%20-%202019.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PALAVEZZINI, Juliana; ALVES, Jolinda de Moraes. Assistência estudantil nas universidades federais: o orçamento do programa nacional de assistência estudantil (PNAES) garante a permanência do estudante?. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL. 2019, Londrina. **Anais eletrônicos**. Londrina: UEL, 2019. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-231334-35803-2019-04-04.pdf>. Acesso em: 05 maio 2022.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Orçamento público e administração financeira e orçamentária e LRF**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PANTOJA, Jean Adriano Sena. **Ensino Superior: um estudo sobre a política de assistência estudantil na trajetória da UFOPA**. 2020. 122f. Dissertação (Mestrado) Mestrado em Ciências da Sociedade, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade do Instituto de Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, Santarém, 2020.

Disponível em: Acesso em: 05 out. 2022.

PAZ, C. T.do N. **As Trajetórias Estudantis em Licenciaturas com Baixas Taxas de Diplomação: Tendências e Resistências**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2016.

PEREIRA, B. M. D.; FERREIRA, M. M. A vulnerabilidade social-economica-academica dos discentes da Universidade Federal da Bahia e a Lei Orçamentária Anual (LOA). In: ROSSI, R. A.; TUDE, J. M (Org). **Cortes no orçamento das Universidades Federais: Significados e efeitos**. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2021, v. 3. 81 p. Disponível em: <https://ea.ufba.br/wp-content/uploads/2021/08/v3-Cortes-no-Orcamento-das-Universidades-Federais-1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

PEREIRA, Terezinha do Socorro Lira. **Os indígenas e o ensino superior na Amazônia: realidade e perspectivas da política de ação afirmativa da Universidade Federal do Oeste do Pará (2010-2015)**. 2018. 249 f. Dissertação (Mestrado) Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, Santarém, 2018. Disponível em: [http://www.ufopa.edu.br/ppge/images/dissertacoes/turma\\_2015/terezinha\\_do\\_socorro\\_lira\\_pe\\_reira.pdf](http://www.ufopa.edu.br/ppge/images/dissertacoes/turma_2015/terezinha_do_socorro_lira_pe_reira.pdf). Acesso em: 08 out. 2022.

PORTELA, Aparecido. Políticas de Assistência Estudantil: Um plano com impacto ou nem por isso? – Estudo de caso. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v. 6, n. 2, p. 554-574, 2019.

QUEIROZ, Juliana Ferreira de. **Assistência estudantil: uma avaliação com foco no campus avançado Pedro Afonso do Instituto Federal do Tocantins**. 2016. 138f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, 2016. Disponível em: [https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/10648/2/Retensao\\_e\\_evasao\\_no\\_ensino\\_superior\\_brasileiro\\_uma\\_analise\\_dos\\_efeitos\\_da\\_bolsa\\_permanencia\\_do\\_PNAES.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/10648/2/Retensao_e_evasao_no_ensino_superior_brasileiro_uma_analise_dos_efeitos_da_bolsa_permanencia_do_PNAES.pdf). Acesso em: 07 out. 2022.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. **Considerações sobre a evasão**. In: VASCONCELOS, Silvia Ines Coneglian Carrilho de (org.). Expressão sobre a graduação. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 1997. p. 09-32.

RODRIGUES, G. K. M.; SILVA, F. B. Para além de cortes orçamentários: Cortes de sonhos. In: ROSSI, R. A.; TUDE, J. M (Org). **Cortes no orçamento das Universidades Federais: Significados e efeitos**. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2021, v. 3. 81 p. Disponível em: <https://ea.ufba.br/wp-content/uploads/2021/08/v3-Cortes-no-Orcamento-das-Universidades-Federais-1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ROSSI, R. A.; TUDE, J. M (Org). **Cortes no orçamento das Universidades Federais: Significados e efeitos**. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2021, v. 3. 81 p. Disponível em: <https://ea.ufba.br/wp-content/uploads/2021/08/v3-Cortes-no-Orcamento-das-Universidades-Federais-1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SACCARO, Alice; FRANÇA, Marco Tulio Aniceto; JACINTO, Paulo de Andrade. Retenção e evasão no ensino superior brasileiro: uma análise dos efeitos da bolsa permanência do PNAES. In: 44º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2016, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: Anpec, 2016. p. 1-19. Disponível em: [https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/10648/2/Retensao\\_e\\_evasao\\_no\\_ensino\\_superior\\_brasileiro\\_uma\\_analise\\_dos\\_efeitos\\_da\\_bolsa\\_permanencia\\_do\\_PNAES.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/10648/2/Retensao_e_evasao_no_ensino_superior_brasileiro_uma_analise_dos_efeitos_da_bolsa_permanencia_do_PNAES.pdf). Acesso em: 05 out. 2022.

SALES, Edriene Cristine da Silva Santos et al. O programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): uma análise de seu processo de avaliação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 24, p. 658-679, 2019.

SANTOS, C. C. B.; ABRANTES, P. P. M.; ZONTA, R. Limitações Orçamentárias: Desafios à assistência estudantil da UNB em tempos de pandemia. **Revista Cadernos Cajuína**, V. 6, N. 3, 2021.

SANTOS JUNIOR, J. V. **Perspectivas sobre a Autonomia Universitária e o Financiamento das Universidades Federais Brasileiras**. Brasília - DF: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2022 (Coleção Premio SOF de Monografia). Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6927>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, modelos de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendações de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

SILVA, Frank Van Rikard Santos da. **Configuração institucional do processo orçamentário nas IFES: o caso da Universidade de Brasília**. 2020. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento, Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2020. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5631/1/Frank%20-Disserta%20a7%20a3o\\_VERS%2083O%20FINAL%20com%20ficha.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5631/1/Frank%20-Disserta%20a7%20a3o_VERS%2083O%20FINAL%20com%20ficha.pdf). Acesso em: 08 fev. 2022.

SOUZA, Celina. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 18, p. 15-20, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Prestação de contas ordinárias anual: Relatório de Gestão do exercício de 2010**. Santarém: UFOPA, 2011.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufopa 2012-2016**. Santarém: UFOPA, 2015.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufopa 2019-2023**. Santarém: UFOPA, 2019.

\_\_\_\_\_. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 210/2017, de 22 de agosto de 2017**. Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do

Oeste do Pará. Santarém: UFOPA, 2017.

\_\_\_\_\_. Gabinete da Reitoria. **Portaria nº 186/2019, de 25 de abril de 2019**. Dispõe sobre critérios de concessão de auxílios estudantis. Santarém: UFOPA, 2019.

\_\_\_\_\_. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução Nº 331/2020, de 28 de setembro de 2020. Dispõe sobre o novo Regimento de Graduação da Ufopa. Santarém: UFOPA, 2020.

\_\_\_\_\_. Pró-reitoria de Gestão Estudantil. **Portaria Nº 16/2020 - PROGES/UFOPA, de 15 de setembro de 2020**. Aprova as normas para o funcionamento, as ações e os serviços realizados pelo Núcleo de Serviço Social. Santarém: UFOPA, 2020.

\_\_\_\_\_. Pró-reitoria de Gestão Estudantil. **Resolução Nº 338/2020 - CONSEPE/UFOPA, de 14 de dezembro de 2020**. Aprova a Política de Acompanhamento Pedagógico e a regulamentação do Núcleo de Gestão Pedagógica, vinculado à Pró-Reitoria de Gestão Estudantil, e dos Núcleos de Acompanhamento e Apoio Pedagógico, vinculados às Unidades Acadêmicas da Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém: UFOPA, 2020.

\_\_\_\_\_. Pró-reitoria de Gestão Estudantil. **Edital nº 13/2021, de 31 de maio de 2021**. Dispõe sobre a consulta pública referente a nova Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém: UFOPA, 2021.

\_\_\_\_\_. **Plano de Gestão Orçamentária – PGO 2021**. Santarém: UFOPA, 2021.

\_\_\_\_\_. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 386/2022, de 22 de setembro de 2022**. Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém: UFOPA, 2022.

\_\_\_\_\_. Pró-reitoria de Ensino de Graduação. **Perguntas Frequentes – PSR**. Santarém: UFOPA, 2024.

YIN, R. K. **Estudo de caso** – planejamentos e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## APÊNDICE A – TESTES ADF DE RAIZ UNITÁRIA DAS SÉRIES

### Teste Aumentado de Dickey-Fuller para ValorPago

testar para baixo a partir de 4 defasagens, critério AIC

tamanho da amostra: 8

hipótese nula de raiz unitária:  $a = 1$

teste sem constante

incluindo 4 defasagens de  $(1-L)\text{ValorPago}$

modelo:  $(1-L)y = (a-1)*y(-1) + \dots + e$

valor estimado de  $(a - 1)$ : -0,0572673

estatística de teste:  $\tau_{nc}(1) = -0,644198$

p-valor assintótico 0,4385

coeficiente de 1ª ordem para e: 0,259

diferenças defasadas:  $F(4, 3) = 2,205 [0,2710]$

teste com constante

incluindo 0 defasagens de  $(1-L)\text{ValorPago}$

modelo:  $(1-L)y = b_0 + (a-1)*y(-1) + e$

valor estimado de  $(a - 1)$ : -0,378955

estatística de teste:  $\tau_c(1) = -2,58699$

p-valor assintótico 0,09563

coeficiente de 1ª ordem para e: -0,550

com constante e tendência

incluindo 3 defasagens de  $(1-L)\text{ValorPago}$

modelo:  $(1-L)y = b_0 + b_1*t + (a-1)*y(-1) + \dots + e$

valor estimado de  $(a - 1)$ : -0,621384

estatística de teste:  $\tau_{ct}(1) = -0,915585$

p-valor assintótico 0,9529

coeficiente de 1ª ordem para e: 0,017

diferenças defasadas:  $F(3, 3) = 1,217 [0,4377]$

### Teste Aumentado de Dickey-Fuller para EvasAoTotal

testar para baixo a partir de 4 defasagens, critério AIC

tamanho da amostra: 12

hipótese nula de raiz unitária:  $a = 1$

teste sem constante

incluindo 0 defasagens de  $(1-L)\text{EvasAoTotal}$

modelo:  $(1-L)y = (a-1)*y(-1) + e$

valor estimado de  $(a - 1)$ : -0,1179

estatística de teste:  $\tau_{nc}(1) = -0,484416$

p-valor assintótico 0,5064

coeficiente de 1ª ordem para e: -0,199

teste com constante

incluindo 4 defasagens de  $(1-L)\text{EvasAoTotal}$

modelo:  $(1-L)y = b_0 + (a-1)*y(-1) + \dots + e$   
valor estimado de  $(a - 1)$ : -2,38478  
estatística de teste:  $\tau_c(1) = -2,17707$   
p-valor assintótico 0,2149  
coeficiente de 1ª ordem para e: -0,630  
diferenças defasadas:  $F(4, 2) = 1,019 [0,5500]$

com constante e tendência  
incluindo 4 defasagens de  $(1-L)EvasAoTotal$   
modelo:  $(1-L)y = b_0 + b_1*t + (a-1)*y(-1) + \dots + e$   
valor estimado de  $(a - 1)$ : -2,92824  
estatística de teste:  $\tau_{ct}(1) = -1,24897$   
p-valor assintótico 0,8994  
coeficiente de 1ª ordem para e: -0,696  
diferenças defasadas:  $F(4, 1) = 0,574 [0,7425]$